

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL
CAMPUS DO PANTANAL**

ANA MARIA CORREA SILVA

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES QUE
ULTRAPASSARAM O “TETO DE VIDRO” E ASSUMIRAM
FUNÇÕES DE ALTO NÍVEL EM ÂMBITO EDUCACIONAL**

**Corumbá/MS
2018**

ANA MARIA CORREA SILVA

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES QUE
ULTRAPASSARAM O “TETO DE VIDRO” E ASSUMIRAM
FUNÇÕES DE ALTO NÍVEL EM ÂMBITO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção ao título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Josiane Peres Gonçalves.

**Corumbá/MS
2018**

ANA MARIA CORREA SILVA

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO
TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES QUE
ULTRAPASSARAM O “TETO DE VIDRO” E ASSUMIRAM
FUNÇÕES DE ALTO NÍVEL EM ÂMBITO EDUCACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração em Educação Social, do *Campus* do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação da Profa. Dra. Josiane Peres Gonçalves.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josiane Peres Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Profa. Dra. Flavinês Rebolo (Titular)
Universidade Católica Dom Bosco – UCDB

Prof. Dr. Tiago Duque (Titular)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

Profa. Dra. Célia Beatriz Piatti (Titular)
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS

**Corumbá/MS
2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me permitir esta oportunidade de estudo e ter me dado forças para chegar até aqui.

À minha mãe, que sempre esteve ao meu lado, apoiando e incentivando, até o dia em que foi morar com Deus, e que, bem sei, junto dele intercede por mim.

Agradeço aos professores, que me deram a base do conhecimento para que eu pudesse escolher o melhor caminho durante a formação e durante o desenvolvimento da pesquisa, e principalmente à minha orientadora, Josiane Peres Gonçalves, pelos conselhos e pelas orientações necessárias.

Agradeço aos colegas que me incentivaram e compreenderam minhas ausências nos momentos que foram necessários ao longo desses dois anos.

Agradeço também à minha família, aos meus filhos – Joao Vitor Corrêa Silva e Murilo Enrique Corrêa Silva –, às minhas irmãs – Fabiana Corrêa e Cândida Waldira Corrêa –, por me incentivarem quando não tinha mais forças para continuar, e me apoiaram a cada momento, mesmo quando pensei em desistir.

Aos funcionários das instituições onde a pesquisa foi realizada, por abrirem as portas e me acolherem em cada fase do desenvolvimento do estudo e pela troca de experiências valiosas.

Às mulheres que aceitaram participar da pesquisa, por compartilharem suas histórias de vida e significações, contribuindo não somente com a pesquisa, mas principalmente com o meu aprimoramento pessoal e profissional.

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de identificar as representações sociais de mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas. Assim, o estudo trata da atuação profissional docente, bem como das relações de gênero na educação e da divisão sexual do trabalho. Os estudos de gênero anteriormente realizados constituem o referencial teórico para explicar a história das mulheres, o princípio de igualdade e estereótipos de gênero, a mulher do lar ao mercado de trabalho, entre outros tópicos, além da análise da questão da profissionalização na área da educação, a metáfora "teto de vidro" e representações sociais. O estudo incluiu pesquisa de campo, de natureza qualitativa, mediante a gravação de entrevistas realizadas a partir de um roteiro semiestruturado de questionamentos, com 5 (cinco) mulheres que conseguiram alcançar funções de alto nível na carreira em âmbito educacional, tendo desempenhado funções de reitor e de pró-reitor em três universidades públicas no estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados indicam que a trajetória profissional de sucesso das mulheres que ultrapassaram o fenômeno "teto de vidro" e alcançaram nível elevado na carreira em educação foi marcada por ganhos, mas também por perdas, tendo elas encarado o preconceito e desafiado os padrões de suas épocas. As representações sociais das mulheres entrevistadas são de que não existe a divisão sexual do trabalho e tudo o que um homem faz, em âmbito profissional, a mulher também pode fazer. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir para o reconhecimento de que, quanto mais mulheres conquistarem postos de trabalho em níveis hierárquicos elevados, maior influência haverá nas relações de gênero no âmbito das profissões, inclusive nas universidades. Espera-se ainda que a sociedade passe a valorizar cada vez mais o trabalho desenvolvido pelas mulheres, por se entender que uma maior diversidade de gênero em postos de níveis elevados possa resultar em maior equidade nas relações profissionais.

Palavras-chave: Gênero. Divisão sexual do trabalho. Mulheres. "Teto de vidro". Educação.

ABSTRACT

The present study aims to identify women's social representations who have managed to overcome the glass ceiling, and have achieved high level career roles in public universities. Thus, the study deals with teachers' professional performance, as well as gender relations in education and sexual division of labor. The gender studies previously carried out constitute the theoretical framework to explain women's history, equality principles and gender stereotypes, the housewife to the labor market, among other topics, besides the analysis of the question of professionalization in the field of education, the metaphor of the glass ceiling and social representations. The study included qualitative field research, through the recording of interviews conducted from a semi-structured questionnaire, with 5 (five) women who were able to reach high-level career roles in the educational field, having served as rector and pro-rector at three public universities in Mato Grosso do Sul State. The results indicate that the successful professional trajectory of women who have surpassed the glass ceiling phenomenon and attained a high level in their careers in education was marked by gains, but also by losses, having faced prejudice and challenged the standards of their times. Interviewed women's social representations are that there is no sexual division of labor and everything that men do, in a professional context, women can also do. It is hoped that the results of the research may contribute to the recognition that the more women gain jobs at higher hierarchical levels, the more influence there will be on gender relations within professions, including in universities. It is also hoped that society may increasingly appreciate the work done by women, as it is understood that greater gender diversity in high-level working positions may result in greater equity in professional relations.

Keywords: Gender. Sexual division for labor. Women. Glass ceiling. Education.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURA

ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

CAAE – Certificado de Apresentação de Apreciação Ética

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CEO – Chief Executive Officer

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa

CPAN – *Campus* do Pantanal

GT – Grupo de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFMS – Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

GEPDGE – Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação

MS – Mato Grosso do Sul

ONMT – Observatório Nacional do Mercado de Trabalho

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RS – Representações Sociais

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFMS – Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Participação feminina no mercado de trabalho formal	26
GRÁFICO 2 – Remuneração entre homens e mulheres por faixa etária	27
GRÁFICO 3 – Participação feminina por setor de atividade.....	29
GRÁFICO 4 – Relação da remuneração mulheres/homens por setor.....	30
GRÁFICO 5 – Funções docentes da educação básica por sexo – por etapa – 2014.....	37
GRÁFICO 6 – Levantamento da produção por descritor – SciELO, anos 2000 a 2016	52
GRÁFICO 7 – Levantamento das teses e das dissertações – CAPES, anos 2010-2016.....	57

LISTA DE TABELAS

- TABELA 1** – Professores dos anos iniciais do ensino fundamental (Naviraí/MS, 2013)..... **36**
- TABELA 2** – Dados da ANPED por reunião, ano e nº de trabalhos entre 2004 a 2014 **50**
- TABELA 3** – Dissertações e teses / ano de defesa e quantidade – CAPES, 2010 a 2016..... **56**

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Teto de Vidro I.....	43
FIGURA 2 – Teto de Vidro II	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	17
2.1 A História da Mulher e as Relações de Gênero	17
2.2 O Princípio de Igualdade e Estereótipos de Gênero	20
2.3 A Mulher do Lar ao Mercado de Trabalho	23
2.4 A Mulher no Mercado de Trabalho: alguns dados quantitativos	25
2.5 Relações de Gênero entre os Profissionais da Educação	32
2.6 O Fenômeno "Teto de Vidro" e a Área da Educação	41
2.7 A Teoria das Representações Sociais	45
2.8 Levantamento de Publicações em Bases de Dados	49
2.8.1 Publicações da ANPED – G.T. 23	50
2.8.2 Publicações da base de dados da SciELO	52
2.8.3 Publicações do banco de teses e dissertações da CAPES	56
2.8.4 Considerações sobre as buscas em bases de dados	59
3. METODOLOGIA	61
3.1 Objetivos	61
3.1.1 Objetivo geral	61
3.1.2 Objetivos específicos	61
3.2 Problematização	62
3.3 Caracterização e Linha de Pesquisa	62
3.4 Local ou Campo de Estudo	63
3.5 Participantes da Pesquisa	64
3.6 Instrumentos para coleta de dados	64
3.7 Análise dos Dados Coletados	65
3.8 Procedimentos para a Realização da Pesquisa	65

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	67
4.1 Perfil das Participantes da Pesquisa	67
4.2 Trajetória Profissional de Sucesso.....	68
4.3 Topo de Carreira: perdas	78
4.4 Relações de Gênero e Poder	82
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	91
APÊNDICE A – Guia de Orientação para as Entrevistas	101
APÊNDICE B – Solicitação para Realização da Pesquisa.....	103
APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	104
ANEXO A – Cadastro do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética	106

1 INTRODUÇÃO

A história da humanidade, em diferentes momentos, evidencia que mulheres e homens desempenharam papéis sociais muito diferentes. Por séculos, as diferenças sexuais foram valorizadas e a figura feminina foi associada à ideia de fragilidade, que colocava a mulher em total dependência da figura do homem, cabendo a ela exercer o papel de esposa, mãe e dona de casa, enquanto que aos homens foram atribuídos papéis no espaço público e político, sendo o trabalho apresentado como uma função essencialmente masculina, conforme David E. Zimmerman (2005).

No decorrer do tempo, essa realidade, aos poucos, foi se modificando, impulsionada, em grande parte, pelas alterações sociais, econômicas e culturais, que ganharam força principalmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A origem e evolução da mulher no mercado de trabalho se iniciaram com a primeira e segunda guerras mundiais, em que as mulheres tiveram que assumir a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou e com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres se sentiram na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos. (PROBST, 2003, p. 2).

Assim, surge a figura de mulher trabalhadora e que traz consigo uma redefinição da condição feminina, rompendo com a imagem concebida da mulher até então compatível com as tarefas familiares e domésticas. Com tal característica, a mulher começa a percorrer caminhos antes não trilhados, despertando não somente para a sua capacidade produtiva, como também para a possibilidade de garantir o seu próprio sustento e, gradativamente, o público feminino foi conquistando espaços cada vez maiores, passando, assim, da vida privada do lar para vida pública do mercado de trabalho.

Mesmo assim, muito embora as mulheres tenham entrado de forma decisiva nos espaços públicos, galgando carreiras profissionais importantes, esse progresso parece contrapor-se a um limite que resulta na pouca mudança na organização da divisão sexual do trabalho, na presença da discriminação sexual e na segregação vertical ou hierárquica conhecida como “teto de vidro”¹, que, para Daniela Verzola Vaz (2013, p. 765), “[...] caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira”.

¹ Informação sobre a origem dessa expressão consta da seção 2.6, sob o título "O teto de vidro e a área da educação".

Segundo Arlene Martinez Ricoldi e Amélia Artes (2016), a ocupação de postos de maior prestígio ainda é um horizonte a ser alcançado, pois, nessas esferas, a participação da mulher é relativamente menor, dado que, muitas vezes, a mulher prefere posições que permitem a conciliação com os afazeres domésticos e com os cuidados com a família.

Dessa maneira, os estudos sobre a questão da mulher e o trabalho constituem um campo fértil para entender as relações de gênero na sociedade. Para esta proposta de pesquisa optou-se, no entanto, por delimitar o estudo ao âmbito das universidades públicas do estado de Mato Grosso do Sul, quais sejam, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS, a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS e a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, por se considerar importante analisar as peculiaridades desse contexto. É certo que, pela legislação vigente, a carreira profissional na área da educação evolui de forma ascendente e de acordo com a titulação e o tempo de serviço, independentemente de sexo/gênero, porém os cargos de gestão, em que há maior prestígio e remuneração, como é o caso das pró-reitorias e das reitorias, por exemplo, normalmente são mais ocupados por homens.

Ao observar os profissionais que atuam na área da educação, é possível perceber que existe a predominância de mulheres nas primeiras etapas da educação básica, mas, conforme avança o nível de ensino e, conseqüentemente, a remuneração, aumenta o número de homens. Assim, os cargos mais elevados na área da educação costumam ser ocupados por profissionais do gênero masculino, principalmente nas universidades, mas existem algumas poucas mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e se tornaram pró-reitoras ou reitoras em universidades públicas.

Esta pesquisa objetiva compreender o sentido que essas mulheres atribuem à própria trajetória profissional. A intenção é desenvolver uma pesquisa empírica para analisar as representações sociais de mulheres que atingiram funções de nível elevado em âmbito educacional, ou seja, para verificar qual é a análise que essas mulheres fazem da própria atuação profissional, das relações de gênero na educação e da divisão sexual do trabalho, assim visando evidenciar o perfil profissional dessas mulheres e os principais desafios vivenciados por elas no exercício da função de alto nível.

O interesse referente ao tema surgiu a partir de discussões realizadas durante as reuniões do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação – GEPDGE, do qual faço parte desde o ano de 2012, em que tive a oportunidade de ler o livro “Mulheres no Topo de Carreira: flexibilidade e persistência”, de Tânia Maria Fontenele-Mourão (2006) e me identifiquei com o tema relativo a gênero e educação.

Posteriormente, ao cursar uma disciplina optativa intitulada “Desenvolvimento Humano, Gênero e Educação”, do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação – PPGE, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/*Campus* do Pantanal, tive a oportunidade de retomar a leitura do livro de Fontenele-Mourão (2006) e percebi que seria interessante desenvolver uma pesquisa relacionada às mulheres que ultrapassaram o “teto de vidro” ao terem alcançado funções de nível elevado na área da educação, em especial nas universidades públicas, pois, como já posto, estes postos ainda são, predominantemente, ocupados por homens.

E também por verificar que, apesar de existirem estudos sobre o tema, há muito ainda a ser estudado. Em portais eletrônicos e em periódicos científicos, resulta que as buscas encontram poucas pesquisas que estudam os cargos mais elevados hierarquicamente das universidades públicas: pró-reitor e reitor. Também não há, no portal de Transparência do Governo Federal, no portal do Ministério da Educação – MEC, ou ainda no *site* da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES dados relacionados à representação de mulheres no exercício desses cargos.

Por isso percebi que havia um amplo tema a ser explorado, inclusive com a possibilidade de aprofundar as discussões sobre as relações de gênero entre os profissionais da educação, mais especificamente sobre a temática relativa às mulheres que conseguiram superar barreiras e atingir postos de alto nível nessa área, justamente por serem cargos mais frequentemente desempenhados pelo público masculino.

Acredito, portanto, que esta proposta de pesquisa agrega relevância acadêmica e social, pois acrescenta o intuito de ampliar a visibilidade do trabalho feminino, considerando as características, permanências e mudanças ocorridas na sociedade, tornando-se um auxílio importante para as pesquisas na temática. Assim, esta proposta de pesquisa alçando qualidade e profundidade, poderá servir como apoio para um melhor entendimento das questões que permeiam as relações da mulher com as atividades profissionais, possibilitando visibilidade à presença feminina no mercado de trabalho, em especial no trabalho na educação.

Dessa forma, esta pesquisa poderá ainda contribuir para desmistificar algumas questões que ainda fazem parte do imaginário social no que se refere à mulher no mercado de trabalho, ou seja, um estudo sobre mulheres que desbravaram novos caminhos oferecerá uma referência para romper com estereótipos de gênero no trabalho, evidenciando, para a sociedade, as perspectivas, os desafios e a possibilidade de cada vez mais existirem mulheres trabalhando e atingindo posições de destaque na carreira.

Destaco que esta dissertação de mestrado se encontra organizada em cinco partes: Após a “Introdução”, apresento o “Referencial Teórico” baseando-me em autores que discutem sobre a história da mulher, as relações de gênero e o fenômeno "teto de vidro" – autores como Joan Scott (1990), Michelle Perrot (1998), Mary del Priori (1998), Manuel Caltells (1999), David E. Zimmerman (2005), Josiane Peres Gonçalves (2006), Guacira Lopes Louro (1997), Marlene Neves Strey (1998), entre outros. Também apresento alguns dados quantitativos extraídos do Boletim Especial do Observatório, divulgado pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho – ONMT, sobre a mulher e o mercado de trabalho. Disserto ainda sobre a Teoria das Representações Sociais proposta por Serge Moscovici (2003) e, para finalizar a abordagem teórica, apresento o levantamento realizado nas bases de dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e Scientific Electronic Library Online – SciELO. Quanto aos descritores utilizados, foram os seguintes: "mulher" + "relações de gênero”, “divisão sexual do trabalho”, “teto de vidro” e “atuação profissional”.

Após a apresentação da pesquisa bibliográfica, descrevo como se caracteriza a “Metodologia” da pesquisa, com destaque para os objetivos, a problematização, a natureza da pesquisa qualitativa, a modalidade da investigação participante, o perfil dos participantes do estudo, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a realização da coleta de dados.

Em seguida trago os “Resultados e Discussões”, seção em que procuro apreender conteúdos significativos das representações sociais das mulheres que ultrapassaram o "teto de vidro" e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas do Mato Grosso do Sul.

Por fim, apresento as “Considerações Finais” relativas à pesquisa.

As Referências, os Apêndices com os documentos utilizados para a coleta de dados e um Anexo, este relativo à submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética, são apresentados por último, finalizando assim a dissertação.

2 RELAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O referencial teórico apresenta discussões sobre relações de gênero na sociedade e na área da educação, discussões sobre o “teto de vidro” e representações sociais, além de levantamento em bases de dados, conforme apresentados na sequência.

2.1 A História da Mulher e as Relações de Gênero

Historicamente não se percebe a existência de muitas pesquisas realizadas por mulheres e sobre as mulheres, visto que, conforme Margareth Rago (2015), durante muito tempo a história da mulher foi um tema sombrio e sem sentido, sendo habitualmente escrita a partir da ótica masculina. Assim, o que predominou foi o silêncio delas e sobre elas, pois os estudos realizados pelos historiadores refletiam meramente a figura do homem, como sujeito absoluto, que produzia um material limitado ou quase inexistente sobre o gênero feminino.

Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravatura, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava a imagem de homens robustos, brancos ou negros e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção. (RAGO, 2015, p. 81).

Nesse cenário, foi mantida a tradição intelectual que realçava a divisão homem/cultura e mulher/natureza, marcada por estereótipos, por preconceitos e por uma hierarquia de valores que se sustentavam pela ideia da desigualdade entre os dois sexos, uma vez que o universo masculino foi associado à cultura, à objetividade, à racionalidade e à vida pública, enquanto que o feminino foi congregado à natureza, à subjetividade, à afetividade e à vida privada, o que resultou na dominação do primeiro em relação ao segundo. Para Josiane Peres Gonçalves (2006), as próprias narrativas históricas exaltavam os homens em suas façanhas e heroicidade, a ponto de excluir, quase que por completo, as mulheres, enquanto personagens e autoras da história.

A história das mulheres só começou a ser impulsionada em razão do movimento feminista, que, no Brasil, alcançou sua totalidade entre os anos de 1960 e 1970, quando as representantes do gênero feminino passaram a buscar, com maior afinco, o direito ao trabalho, ao voto, à igualdade entre os sexos, etc. Tais atitudes foram influenciadas pelas campanhas feministas e então as mulheres buscaram acompanhar as perspectivas que essa nova realidade poderia exercer em suas vidas, de acordo com Joan Scott (1990).

Diogo da Silva Roiz (2008) comenta que os movimentos feministas, juntamente com os movimentos de massa da década de 1960 e os movimentos estudantis de maio de 1968, resultaram em repercussão por todo o mundo, vindo a fomentar os estudos sobre a mulher, sobretudo com a abertura dos campos de pesquisa produzidos na década de 1970.

Rago (2015) revela o surgimento de uma grande quantidade de produções acadêmicas sobre as mulheres a partir da explosão do feminismo. A autora enfatiza a capacidade feminina de lutar para a transformação de sua realidade e condição social, havendo o cuidado de resgatar a existência feminina como agente de transformação, capaz de contestar as invenções da ciência que defendiam sua pobreza física, mental e intelectual – isso em comparação ao homem – e seu total afastamento da vida política e social.

Daí para frente, protagonistas de suas histórias, as mulheres foram paulatinamente sendo reveladas, tanto na esfera privada (como família, maternidade, lar...), quanto na esfera pública (como organizações políticas, mercado de trabalho, conflitos...), situações que até então eram proibidas ao universo feminino. Evidenciam-se, assim, na sociedade, novas atitudes por parte das donas de casa, trabalhadoras e rebeldes, que, amotinadas nas casas e nas praças, se metamorfosearam e se transformaram a partir das tramas do poder e das resistências, como aponta Michelle Perrot (1998).

Surgem, dessa forma, novos questionamentos e novos olhares sobre as formas de investigação de gênero, deixando de priorizar a divisão binária mulher/homem ou o universo feminino paralelo, para predominarem os estudos sobre o feminino e o masculino em suas interações sociais, “[...] buscando nas atitudes e sensibilidades coletivas, nos fatos e práticas cotidianas, os espaços onde se abriga a relação homem e mulher”, como descreve Mary Del Priori (1998, p. 224).

Novos desafios então se fazem presentes, por se entender que é necessário desmontar as identidades globalizantes, descobrir em quais estruturas estão alicerçadas as supostas superioridade e dominação masculinas e mudar as relações de poder e de subordinação entre os dois sexos, conforme Suely Gomes Costa (2009).

Nesse cenário emergiu a categoria gênero enquanto objeto investigativo, que contribuiu para ampliar o espaço da produção historiográfica, trazendo à tona a questão da diferença entre os elementos que realçam a ideia de unicidade entre as categorias masculinas e femininas. Embora inicialmente os estudos de gênero se tenham focado somente nas mulheres, com o tempo “O objeto de gênero sofreu deslocamentos, pois passou do objeto empírico mulheres para o objeto teórico gênero”, segundo Roberta Alencar-Rodrigues, Marlene Neves Strey e Leonor Cantera Espinosa (2009, p. 423).

Trata-se da perspectiva analítica que compreende o gênero como resultado das construções históricas e culturais.

O gênero enquanto instrumento analítico tem por objetivo principal demonstrar que o masculino e o feminino são formulados em suas relações e interações num determinado tempo e espaço, ou seja, são construções socioculturais e, portanto, históricas. (GONÇALVES, 2006, p. 72).

Isso significa que não basta apenas identificar semelhanças ou diferenças entre homens e mulheres, mas entendê-las como resultados das relações e das desigualdades que integram a sociedade. Para Scott (1990), o gênero, como ponto de vista teórico, baseia-se na ideia de construção social, direcionado para o caráter relacional e histórico desse processo.

Corroborando tais pressupostos, Guacira Lopes Louro (1997) considera que a compreensão nas relações de homens e mulheres se dá não exatamente por seus sexos, e sim por toda a construção social sobre seus sexos. A discussão se dá em torno de uma nova linguagem, na qual gênero é a essência fundamental.

Faz-se necessário então que ocorra a superação daqueles conhecimentos genéricos que incluem homens e mulheres na categoria de gênero sem relacioná-los ao contexto social. Assim, não cabe mais a utilização do termo "mulher" sem considerar as relações sociais e as circunstâncias históricas e culturais em que está inserida essa mulher, pois a problemática é mais complexa. É crucial que haja a desconstrução das identidades integradas e a redefinição das relações de poder e de subordinação entre os dois sexos:

Embora seja utilizado o termo gênero quando se fala de mulheres, sempre ficará claro que não se pode obter informações sobre elas sem, ao mesmo tempo, obter informações sobre os homens. Assim, para conhecer-se como são as mulheres, socialmente construídas, faz-se necessário saber sobre os homens, socialmente construídos. É imprescindível conhecer a história do desenvolvimento de ambos os gêneros, assim como é importante estudar todas as classes para compreender o significado da história de como funcionou e funciona a ordem social ou para promover sua transformação. (STREY, 1998, p. 184).

Assim, entende-se que as produções historiográficas passam a ter novos posicionamentos referentes às concepções das diferenças e semelhanças e da igualdades e desigualdades. Para Costa (2009), as mudanças ocorridas despertaram os estudiosos sobre a necessidade de respeitar a diversidade humana, não somente em sua dimensão biológica, mas também em outras diferenças que produzem e corroboram os sistemas de poder e as desigualdades sociais entre as pessoas, tais como: mulher, homem, negro, homossexual, rico, branco, pobre, etc.

2.2 O Princípio de Igualdade e Estereótipos de Gênero

Diante do que foi exposto sobre a história das mulheres, é possível afirmar que o ser homem ou o ser mulher tornou-se uma prática social, porém, ao longo da história, foi concedido maior valor aos atributos masculinos, em detrimento dos femininos. Nesse caso, se, em uma mesma especificidade, existem situações de maior ou menor valor, isso acaba por resultar em condições de desigualdades.

O tema da igualdade entre homem e mulher é um tanto complexo quando se pretende analisar o caráter institucional da igualdade, pois a história das mulheres está alicerçada em uma sociedade patriarcal, na qual se incutiu um valor de superioridade ao homem e de subalternidade à mulher. Para Humberto Bergmann Ávila (2003), a igualdade está relacionada aos valores fundamentais vinculados a outros princípios, tais como liberdade, bem comum, justiça, entre outros, que conduzem ao desenvolvimento ético-social da humanidade:

[...] a igualdade pode funcionar como regra, prevendo a proibição de tratamento discriminatório; como princípio, instituindo um estado igualitário com o fim a ser promovido; e como postulado, estruturando a aplicação do Direito em função de elementos [critério de diferenciação e finalidade da distinção] e da relação entre eles [congruência dos critérios em razão do fim]. (AVILA, 2003, p. 93).

Desta maneira, ressalta-se que atender ao princípio de igualdade seria tratar desigualmente os desiguais no grau de suas diferenças e, ao mesmo tempo, tratar todos como se fossem iguais. De acordo com Alessandra Benedito (2008), o princípio de igualdade é dividido em formal e material ou substancial. A igualdade formal determina os direitos e os deveres globais e está direcionada ao legislador, incorporado à criação de um direito igual para todos os cidadãos mediante textos legais; já a igualdade material prevê um tratamento equânime de todos os seres humanos e a sua equiparação no que diz respeito às possibilidades de concessão de oportunidades.

Assim, por meio do processo de socialização é que são organizados e tipificados papéis sociais, influenciando a construção da identidade de gênero dos indivíduos, visto que existem interpretações resistentes ao tempo e presentes em diversas culturas. Uma delas refere-se precisamente à caracterização da mulher, porque, desde muito cedo, as crianças aprendem que os meninos devem ser grosseiros e as meninas dóceis. A própria educação formal da sociedade, na maioria das vezes, reforça essas diferenças sob a forma de estereótipos sexistas relativos aos mais diversos pontos de vista.

A visão estereotipada da mulher constitui-se em um dos mecanismos de dominação do

homem sobre a mulher e os preconceitos relacionados a sexo e a gênero são ligados a essa prática. Logo, os estereótipos de gênero são entendidos como características fixas determinadas aos homens e às mulheres, bem como as crenças culturais que as sociedades vão produzindo sobre os gêneros, segundo Cecilia L. Ridgeway e Shelley Correll (2004).

De acordo com Scott (1990), masculino e feminino são tomados como interpretações culturais dos sexos biológicos e questiona a naturalização dos atributos determinados culturalmente para ambos os sexos. Para a autora, as noções de homem e mulher, masculino e feminino são categorias historicamente construídas, cuja especificidade passa pelas diferenças culturais particulares envolvidas em conflitos de poder. Ao defender essa mesma linha de pensamento, Gustavo Espíndola Winck e Marlene Neves Strey (2007, p. 247-248) consideram que:

A falta de equidade entre homens e mulheres, longe de ser natural, é imposta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, e pelos agentes envolvidos nas tramas das relações sociais. O poder apresenta duas faces: a da potência e a da impotência. As mulheres são educadas para conviver com a impotência; os homens são instigados ao exercício do poder e da virilidade, e geralmente convivem mal com a impotência. Por isso, uma das grandes questões da dinâmica das relações entre os sexos está não somente no fato das desigualdades serem colocadas previamente, mas – essencialmente – de poderem ser construídas.

Diante desses pressupostos, destaca-se que as relações de gênero são construídas e se concretizam nas relações sociais, podendo ser percebidas nos símbolos culturais, nas normatizações, na política, nas organizações sociais e nas identidades intrínsecas. Dessa forma, acredita-se que as determinações sociais sobre as singularidades de ser mulher ou de ser homem contribuem para as discriminações de gênero.

Os estereótipos costumam ser associados a conceitos negativos manifestados quando é emitido julgamento acerca de algum tema, de uma determinada pessoa, de um grupo, ou mesmo relacionado a ações. Entretanto, diversos autores mostram que os estereótipos podem significar igualmente uma forma de lidar com as incertezas do mundo, facilitando a comunicação e inserindo os indivíduos em diversos grupos sociais. (Maria Tereza Machado Teles WALTER, Sofia Galvão BAPTISTA, 2007, p. 2).

Cabe salientar que os estereótipos são entendidos como características fixas determinadas a homens e a mulheres, bem como as crenças culturais que as sociedades vão produzindo sobre os gêneros. Dessa maneira, é possível dizer que existe um quadro variado de estereótipos que caracterizam as mulheres como menos capacitadas, ocasionando, por exemplo, padronizações referentes aos tipos de profissões consideradas masculinas e femininas, dificultando, assim, entre outras coisas, as suas oportunidades de entrada ou de ascensão no mercado de trabalho, conforme Raquel Pereira Belo e Leôncio Camino (2010).

Entretanto, embora as desigualdades entre homens e mulheres sejam construídas cultural e socialmente, existem autores que defendem a ideia de que a divisão dos papéis entre eles muitas vezes é determinada pela condição biológica, ou seja, pelo fato de homens e mulheres nascerem com algumas especificidades.

Nessa linha de pensamento, destaca-se o trabalho de Maria Cecília Pacheco Lassance e Mauro de Oliveira Magalhães (1997), que consiste em fazer uma reflexão sobre como a diferença biológica entre os sexos é assumida segundo a hierarquização de papéis sociais, influenciando os processos de formação da identidade profissional. Assim, cada vez mais têm sido naturalizadas profissões vistas socialmente como femininas ou como masculinas. As femininas seriam aquelas que permitiriam às mulheres a realização de seu autoconceito, como aquelas que envolvem o cuidado, o relacionamento interpessoal e a expressão de afeto, aspectos valorizados em seu processo de socialização. Já as carreiras masculinas necessitariam de características como a autonomia, a competitividade e a racionalidade; seriam também carreiras de maior *status* social, por demandarem competências socioculturalmente associadas a uma maior maturidade e a um maior desenvolvimento no contexto do trabalho.

Outro aspecto importante refere-se à incapacidade de a cultura valorizar essas características “femininas” nas profissões, sendo, portanto, as profissões ditas “femininas”, mais voltadas para o cuidado do outro, menos valorizadas socialmente do que as ditas “masculinas”. Diga-se, no entanto, que nomear como feminina ou masculina determinada profissão é reconhecer que o futuro das mulheres está limitado por seu sexo, dando força a estereótipos ideológicos, em que o sexismo se torna uma barreira para as opções pessoais, os desejos, as vocações, as profissões, o desenvolvimento pessoal e a satisfação de poder fazer aquilo de que mais se gosta, bem como desenvolver plenamente seu potencial (BELO; CAMINO, 2010).

Assim sendo, pressupõe-se que, para a mulher escolher uma profissão, torna-se uma tarefa duplamente difícil, pois, em seu processo de decisão profissional, precisa compatibilizar o autoconceito, que é formado com forte ênfase na expressividade, no cuidado do outro, na interdependência, na afetividade, na obediência, etc., com as características consideradas socialmente como femininas e os conceitos atribuídos às ocupações.

Ademais, ganhando força, esses estereótipos contribuem para reproduzir a exclusão e a segregação sofrida por mulheres. Conforme Nara Maria Guazzelli Bernardes (1993), não se trata apenas de identificar semelhanças ou diferenças entre homens e mulheres, mas entendê-las como produto das relações de desigualdade, pois a própria história, em diferentes

momentos, vem mostrar o processo de exclusão e de segregação sofrido por mulheres, desde a vida privada do lar ao espaço público do mercado de trabalho.

2.3 A Mulher do Lar ao Mercado de Trabalho

Como já elencado, durante muito tempo a sociedade considerou a mulher inferior ao homem e, segundo Manuel Castells (1999), mesmo na atualidade, apesar de avanços alcançados, não existe qualquer sociedade no mundo onde mulheres e homens recebam um tratamento igualitário. Isso se dá porque a sociedade moderna está alicerçada em uma estrutura patriarcal, que, no âmbito familiar, se distingue pela autoridade imposta pelo homem em relação à mulher e aos filhos, espaço onde os relacionamentos interpessoais são marcados pela dominação e pela violência.

Historicamente, em uma sociedade patriarcal, aos homens foram conferidas atividades ligadas à aventura, à conquista, ao perigo físico, à dominação e ao exercício do poder, enquanto que, às mulheres, foram atribuídas as tarefas de reprodução, de educação dos filhos e dos cuidados com a família. Para Gilberto Freyre (1992), o patriarcalismo exerceu uma influência decisiva na formação da sociedade brasileira e essa influência foi tão poderosa que, nesta nação, as mulheres permaneceram e ainda permanecem bastante afastadas do ideal de cidadania.

Ao retratar o mundo do entendimento e dos sentimentos femininos desde o início da colonização até o período que antecedeu a Independência do Brasil, Del Priore (1993), em seus estudos sobre as mulheres brasileiras, destaca sobre a existência da dominação e da opressão da mulher. Nessa época, a condição feminina era marcada pela exploração e o modelo escravagista reforçava as relações de gênero, sendo que o discurso usado como regra médica sobre o funcionamento do corpo feminino efetivava o sermão religioso, na medida em que assegurava “cientificamente” que a missão da mulher era a procriação. Dessa forma, cabia às mulheres brancas o papel de mãe e de esposa dedicada, restringindo-as à função caseira materna, enquanto que as mulheres negras escravas trabalhavam na lavoura, nos afazeres domésticos e amamentavam os filhos das sinhás.

Paralelamente, aos homens foram atribuídos papéis no espaço público e político e lhes foi conferido o poder. Assim, os trabalhos considerados tipicamente femininos envolviam as atividades com agulha, como costura e bordados, que foi responsável pela maior parte da jornada de trabalho das mulheres na época, o que demonstrava o frágil limite entre atividade doméstica e atividade produtiva (ZIMMERMAN, 2005).

Tais diferenças foram essenciais na constituição dos papéis femininos e serviram para a construção de preconceitos bastante utilizados pela sociedade colonial e, mais tarde, agregadas, pela historiografia. A ideia predominante nesse tempo era a de que, se as mulheres servissem à família, estariam prontamente servindo à nação. Acreditava-se que, enquanto elas estivessem desinformadas do contexto político, indiferentes aos problemas sociais, inteiramente voltadas para as questões domésticas, maternas e de esposa, estariam alheias para qualquer relação com as funções masculinas, de acordo com Semiramis Nahes (2007).

O primeiro sinal de transformação da posição das mulheres começou a surgir nos países ocidentais a partir do século XX, nos períodos pós-guerra, em especial no último, manifestando-se a partir da expansão da atividade feminina, sobretudo entre as mulheres casadas. Nesse contexto, quando os homens iam para as frentes de batalha, muitas delas eram obrigadas a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Essa realidade no Brasil alcançou especial expressão ao longo da década de 1970, conforme Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira (1997).

Com tal característica, a mulher começou a trilhar por caminhos antes não percorridos, despertando não somente para a sua capacidade produtiva, como também para a possibilidade do autossustento. Muitas mulheres, antes vistas apenas no âmbito das relações pessoais e do doméstico, que não precisavam nem deveriam trabalhar, conseguiram transpor as barreiras de ser apenas esposa, mãe e senhora do lar, tanto por necessidade, quanto por decisão própria, e, gradativamente, foram conquistando um espaço maior no mercado de trabalho, passando definitivamente da vida privada do lar e dos afazeres domésticos para a vida pública e para mercado de trabalho.

Emerge então uma redefinição da condição feminina, condição que, apoiada na figura de trabalhadora, contrariava a imagem idealizada de mulher predominante até então, conjugada com as tarefas familiares e domésticas. O gênero feminino passou então a opor-se aos discursos e às opiniões do que era concebido a respeito das atividades femininas e, para um número crescente de mulheres, trabalhar fora se tornou sinônimo de ganhar salário.

Embora essa redefinição tenha ocorrido no século XX, os primórdios desse movimento se localizam nos tempos da Revolução Industrial europeia, quando mulheres passaram a deixar o espaço privado (casa, marido, filhos) e passaram a ocupar os espaços públicos, assumindo algumas profissões no incipiente universo das fábricas e da crescente urbanização. Para Oliveira e Pereira (1997), nesses tempos passados a mulher deixou de ser esposa e mãe somente, para ser, também, operária, enfermeira, professora, e, com o passar do tempo, arquiteta, juíza, motorista de ônibus, entre outras profissões.

Logo, as mulheres passaram a ter acesso a funções mais qualificadas e de maior importância no arcabouço ocupacional. Isso foi possível principalmente devido ao crescimento do nível de escolaridade feminina, nível que, com o passar dos anos, se foi igualando, outras vezes até superando a masculina. Existe também o fato de ganhos consideráveis no que se refere à legislação principalmente, quanto à busca de igualdade de oportunidades na entrada no mercado de trabalho (OLIVEIRA, 1997).

2.4 A Mulher no Mercado de Trabalho: alguns dados quantitativos

Conforme mencionado anteriormente, a revolução industrial e, posteriormente, os períodos de pós-guerra contribuíram para o surgimento um novo contexto social, que, mesmo a passos lentos, influenciaram o início e o prosseguimento do processo da emancipação feminina (OLIVEIRA, 1997). A partir de então, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, seja nas esferas públicas, no movimento feminista e na vida política (em âmbito nacional, estadual e municipal), tem sido responsável por conquistas importantes numa perspectiva de gênero também no Brasil.

Assim, surgem mudanças significativas nas políticas governamentais, como, por exemplo, o Programa de Saúde da Mulher, criado em 2004, e a Lei Maria da Penha, em 2006, esta última para proteger a mulher contra a violência masculina (BRASIL, 2006). Essas são, sem dúvida, boas decorrências da conquista alcançada na Constituição Federal de 1988, em que inscrita a igualdade de direitos entre homens e mulheres (BRASIL, 1988). Outra decorrência positiva foi a implantação do sistema de cotas para um número mínimo de mulheres como candidatas à representação política dentro dos partidos políticos e dos sindicatos (BRASIL, 1995), entre outros.

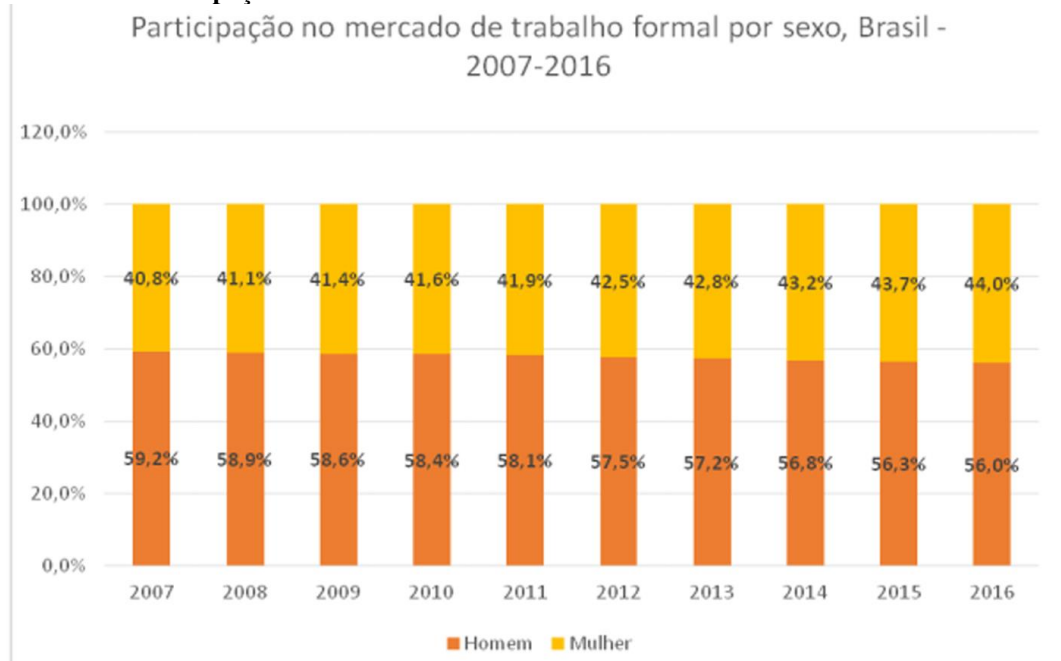
Ademais, na atualidade as mulheres não somente estão presentes no mercado de trabalho, como ocupam cargos tradicionalmente masculinos. Ainda há muito preconceito, mas as mulheres estão conseguindo se destacar em áreas antes pouco ocupadas pelo sexo feminino. Todavia, há de se convir que ainda falta muito para haver um mercado de trabalho equilibrado no que se refere à igualdade nas relações de gênero. As mulheres estão se qualificando e buscando a inserção em áreas antes não ocupadas por elas e, gradativamente, a sociedade está se atentando para a qualidade do serviço feminino.

Tais avanços ainda não foram suficientes para eliminar os traços marcantes do sistema patriarcal, que, por tanto tempo, dominou o entendimento da sociedade ocidental. Entende-se então que as desigualdades ainda se manifestam de diferentes maneiras em

diferentes situações, contribuindo para as discriminações de gênero. Além do mais, as diversas formas de discriminação influenciam diretamente na perspectiva de acesso e de permanência e ainda são responsáveis pela insegurança, gerando barreiras adicionais para que a mulher entre no mercado de trabalho.

Sendo assim, considera-se importante analisar como se encontra a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, considerando: i) a participação no mercado de trabalho formal por sexo, ii) a relação de remuneração mulheres/homens por faixa etária, iii) a participação feminina por setor de atividade e iv) a relação da remuneração mulheres/homens por setor. Os dados são oriundos dos Registros Administrativos do Ministério do Trabalho, seja a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, seja o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e estão disponíveis no Boletim Especial do Observatório, divulgado pelo Observatório Nacional do Mercado de Trabalho – ONMT, entre os anos de 2007 e 2016.

Gráfico 1 - Participação feminina no mercado de trabalho formal.



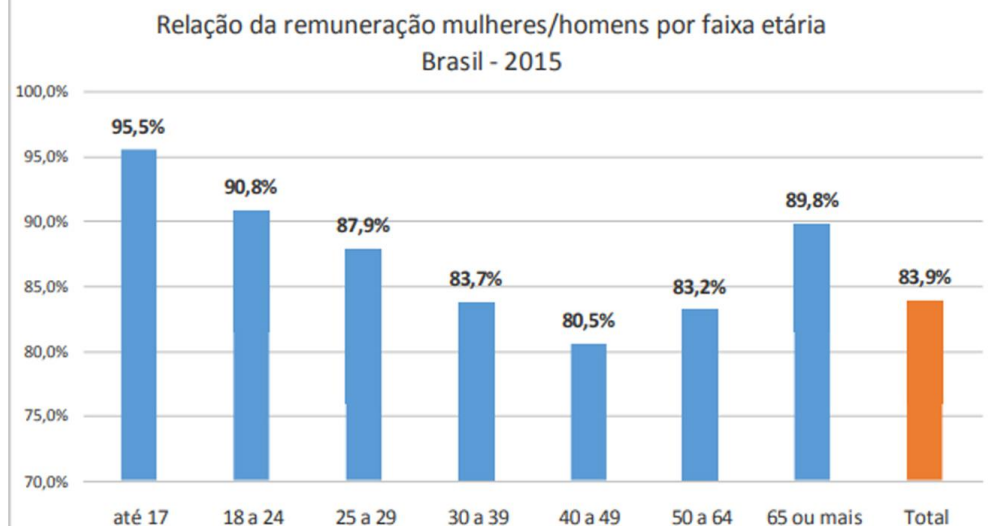
Fonte: RAIS/MTb.

Os dados presentes no Gráfico 1 evidenciam o número de trabalhadores formais com vínculo ativo em 31 de dezembro na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. A

sistematização dos indicadores permite visualizar que, em 2016, 44% dos trabalhadores formais eram mulheres e, ainda, que, no estoque de trabalhadores homens, houve uma redução de 18% nos últimos 10 anos, sendo que, em contrapartida, as mulheres, de 40,8% em 2007, saltaram para 44,0% de participação em 2016.

Diante dos dados, foi possível perceber que persistem as diferenças entre homens e mulheres no que se refere à participação no mercado de trabalho. Nathalia Borges (2009) explica tal fato a partir de dois fatores: i) fatores culturais, devido ao ressurgimento do movimento feminista nacional, que foi possibilitado a partir da rebelião feminina na Europa no final da década de 1960, movimento que evidenciou a mulher e resultou no aumento da visibilidade política feminina na sociedade brasileira e ii) fatores econômicos, relacionados ao progresso da industrialização, que transformou a estrutura produtiva abrindo vagas para mulheres, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando assim o aumento das chances das mulheres de entrarem no mercado de trabalho formal. Apesar de ter aumentado o número de mulheres no mercado de trabalho formal, existem evidências de que permanece a discriminação salarial. Assim, o gráfico a seguir ilustra a constante da diferença de salários entre homens e mulheres, sendo possível acompanhar a evolução dos rendimentos médios de homens e de mulheres por faixa etária no Brasil em 2015.

Gráfico 2 – Remuneração entre homens e mulheres por faixa etária.



Fonte: RAIS/MTb.

Ao elaborar o Gráfico 2 foi possível constatar que, em todas as faixas etárias, as mulheres ganham menos que os homens, sendo que a maior diferença salarial entre homens e

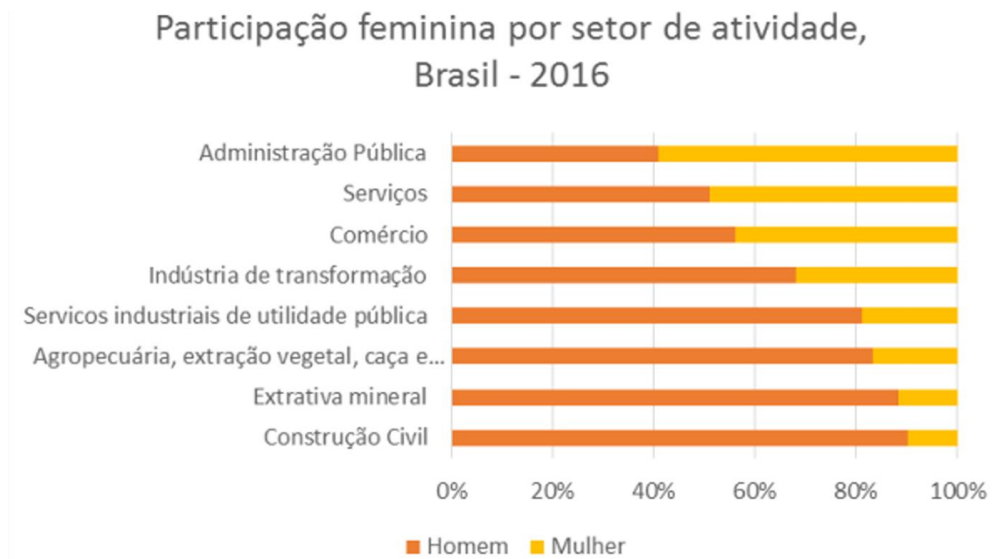
mulheres se refere à faixa etária de 40 a 49 anos de idade, chegando a uma diferença a menor de 19,5% na remuneração das mulheres. Segundo notícia publicada pela Revista Exame em 2015, não há em nenhuma faixa etária situações que retratem uma elevação do salário médio feminino em comparação com o salário médio dos homens, visto que sempre são elas que recebem os menores salários.

Em nenhum cenário os homens enfrentam uma discriminação estatisticamente significativa antes dos 51 anos. [...] Entre as mulheres, a discriminação por idade começa mais cedo e nunca diminui. Em todos os tipos de empregos, em vendas e administrativos, os pesquisadores descobriram uma “inequívoca” discriminação por idade contra as mulheres nas duas faixas etárias mais avançadas na comparação com as mulheres mais jovens. (EXAME.COM, 2015).

Também Fontenele-Mourão (2006, p. 19) destaca que, em relação à legislação sobre “[...] a igualdade de salários, as diferenças entre os salários de homens e mulheres têm sido significativas e persistentes. As mulheres estão, ainda, sub-representadas em empregos com responsabilidade de comando e que demandam maiores qualificações técnicas”. A autora também destaca que existe a ideia equivocada de que:

[...] é mais caro contratar uma mulher do que um homem devido, basicamente, aos custos indiretos associados à maternidade e ao cuidado infantil, apesar de os seus salários serem em média inferiores, tem uma forte presença no imaginário social e empresarial. (FONTENELE-MOURÃO, 2016, p. 19).

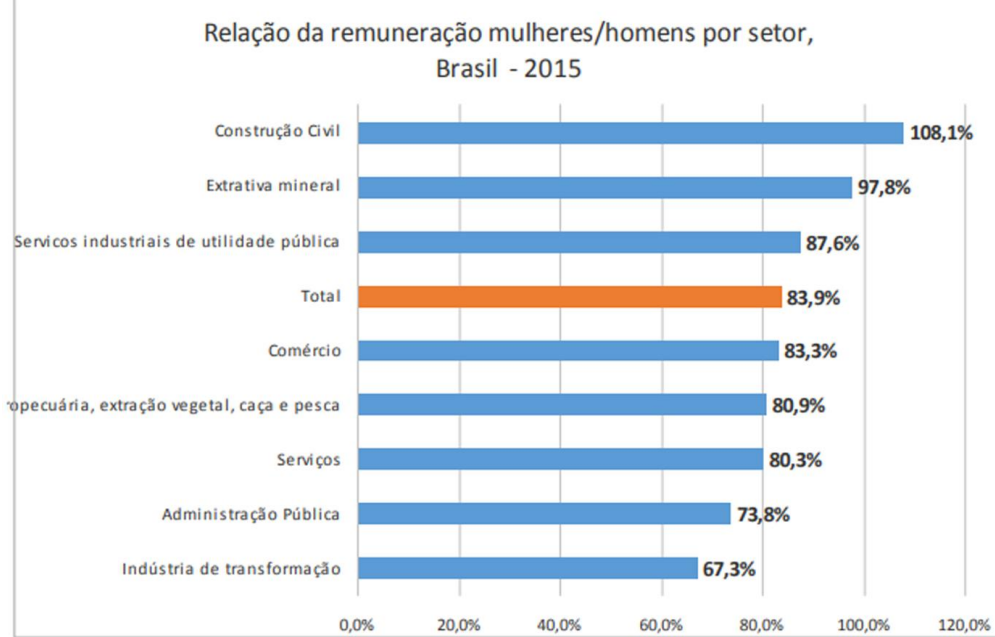
A desigualdade salarial entre homens e mulheres se apoia, além dos fatores internos do mercado de trabalho, também no fato de que as mulheres são as maiores responsabilizadas pelos cuidados domésticos e com os filhos e, por essa razão, se veem forçadas a empregos compatíveis com tais responsabilidades, ocupando, por exemplo, postos que permitam flexibilidade de horários, ou que se exijam menos horas extras, o que as direciona a ocupações que pagam menos, apesar de possuírem maior nível de escolaridade. Trata-se especialmente das mulheres que estão nos empregos de tempo parcial, empregos em que, muitas vezes, o salário é menor, como se pode perceber no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Participação feminina por setor de atividade.

Fonte: RAIS/MTb.

A observação do Gráfico 3, aponta que as mulheres estão mais concentradas no setor de administração pública e no de serviços, enquanto os homens são maioria na indústria de transformação, na agropecuária, na extração vegetal, caça e pesca, na construção civil, nos serviços industriais de utilidade pública e na extrativa mineral. No comércio, a participação de homens e mulheres é bem equilibrada, sendo que 20,1% dos homens e 19,9% das mulheres estão no setor.

Para Fontenele-Mourão (2006, p. 18), “[...] no setor de serviços, as mulheres permanecem majoritárias (mais de 70%) nas atividades de saúde e de ensino (setor privado e setor público), na administração pública e nos serviços pessoais, atividades moldadas pelo tradicional lugar do feminino na esfera da reprodução”. Entretanto, quando se discutem as diferenças salariais, percebe-se uma disparidade no que se refere à remuneração homem/mulher, como se observa no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Relação da remuneração mulheres/homens por setor.

Fonte: RAIS/MTb.

Em relação à remuneração por setor de atividade, observa-se maior diferencial entre homens e mulheres na indústria de transformação, em que as mulheres recebem 67,3% do salário dos homens na mesma área de atuação profissional. Nos setores da construção civil e de indústria extrativa mineral, os valores da remuneração média de homens e mulheres são mais próximos.

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no mundo do trabalho propriamente dito, e a essas dificuldades devem ser acrescentados os afazeres domésticos e os cuidados com a família, sobrecarregando-as com as chamadas duplas jornadas. Isso é decorrente da divisão sexual do trabalho, acarretando um acesso desigual ao emprego. A divisão sexual do trabalho separa as mulheres e os homens e os hierarquiza com valores diferentes, como sinaliza Daniele Kergoat (1988).

Dessa forma, compreende-se que a divisão sexual do trabalho se evidencia a partir de práticas discriminatórias, tais como a diferença salarial, uma persistente segregação dos empregos femininos aos mais baixos segmentos do mercado de trabalho, no maior número de mulheres no setor informal e nas maiores taxas de desemprego para as trabalhadoras. Assim, José Ribeiro Soares Guimarães (2012, p. 61-62) ressalta:

Tradicionalmente, as mulheres participam menos que os homens no mercado de trabalho, entre outros fatores devido a barreiras culturais que ainda persistem, e a uma divisão sexual do trabalho que lhes atribui as funções de cuidado e reprodução social na esfera doméstica, que não são consideradas trabalho, subtraindo assim tempo para a inserção no mercado de trabalho.

As diferenças de gênero são motivadoras para a diferenciação de papéis sociais particulares, em que se estabelece prioritariamente aos homens a área produtiva e, conseqüentemente, o espaço público e de poder, enquanto que, para as mulheres são destinados o âmbito reprodutivo, os cuidados com o lar e a família. Ou seja, aos homens são prioritariamente atribuídas funções relativas à produção ou trabalho assalariado e as mulheres ainda continuam sendo relacionadas às funções voltadas para a reprodução ou trabalho doméstico.

De acordo com Helena Hirata e Daniele Kergoat (2007, p. 599), a divisão do trabalho entre homens e mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho, resultante das relações sociais entre os sexos, distinguida pela “[...] designação prioritária dos homens na esfera produtiva e das mulheres, na esfera reprodutiva e, simultaneamente, da apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosas, militares, etc.)”.

Diante do que foi exposto, reconhece-se que as diferenças de gênero são, em grande parte, responsáveis pela diferenciação de papéis sociais específicos, o que contribui para a valorização/desvalorização dos trabalhos desempenhados por homens e por mulheres.

Cabe destacar que, tal como mencionado anteriormente, grandes têm sido as conquistas das mulheres em décadas recentes, entretanto se percebe que esses progressos não foram suficientes para a eliminação de peculiaridades do sistema patriarcal, pois as desigualdades ainda permanecem contribuindo para as discriminações de gênero, influenciando na probabilidade de acesso e de permanência da mulher no mercado de trabalho.

Além disso, acredita-se que os dados aqui apresentados são limitados para se propor uma discussão acerca da divisão sexual do trabalho, por abordarem o tema da participação da mulher no âmbito do trabalho formal, desconsiderando, porém, a realidade das trabalhadoras rurais, as atividades que essas trabalhadoras executam no seu cotidiano, o trabalho não remunerado desenvolvido no espaço doméstico, principalmente relativo ao cuidado do próprio domicílio, dos filhos, dos idosos e dos doentes como uma atividade que contribui para a produção e reprodução da vida e que gera valor. Exclui-se, portanto, já de imediato, pouco menos de metade das mulheres que, por razões diversas, mas especialmente devido às responsabilidades domésticas, não conseguem lançar-se ao mercado de trabalho.

Outro aspecto relevante a ser evidenciado se refere à atuação profissional feminina na área da educação, pois se percebe que, embora as mulheres sejam maioria na educação básica, no ensino superior há uma mudança significativa, especialmente quando se refere aos cargos

de prestígio e de maior remuneração. É isso que discutiremos na sequência.

2.5 Relações de Gênero entre os Profissionais da Educação

Na história do Brasil, nos primeiros séculos a educação escolar foi conduzida por professores homens (padres jesuítas e padres de outras congregações religiosas) e essa educação era, majoritariamente, destinada à formação da elite branca e masculina, uma vez que mulheres eram excluídas do sistema escolar, pois, como já mencionado, nesses tempos passados, as mulheres estavam socialmente destinadas ao casamento, aos trabalhos domésticos e aos cuidados com o lar, com o marido e com os filhos. Para Mariana Maluf e Maria Lúcia Mott (1998, p. 374), as mulheres tinham “[...] a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como principal e mais importante função que correspondia àquilo que era pregado pela igreja, ensinado por médicos e juristas, pelo Estado e divulgado pela imprensa”.

A educação da mulher era voltada para a formação moral e a valorização dos bons costumes da sociedade. Segundo Maria Inês Sucupira Stamatto (2002, p. 2), “[...] no período colonial, as mulheres tiveram acesso restrito ou nulo à escolarização, podendo, em alguns casos, estudar em casa, com preceptores, ou em alguns conventos visando à vida religiosa”. Somente em meados do século XIX é que teve início a participação feminina na educação brasileira, porém timidamente, pois os colégios destinados às mulheres eram particulares e somente as moças de origem mais rica, que apresentavam boa posição social e econômica, é que a eles tinham acesso, conforme Graziela Cucchiarelli Werba (1999).

Ainda assim, para a educação das moças persistia a ideia antiga de educação doméstica, sendo que a escolaridade destinada a elas não se comparava à dos rapazes. Tal pressuposto fica nítido em um pensamento português bastante utilizado pelas moças da elite brasileira e que dizia: “[...] uma mulher é suficientemente educada quando pode ler com propriedade seu livro de orações e sabe como escrever a receita de geleia de goiaba; mais do que isso põe o lar em perigo”, de acordo com Charles Expilly (1935, p. 401).

Essa realidade do passado começou, no entanto, a mudar no passado mesmo, com a Reforma Pombalina, especialmente com a abertura e a instalação de escolas régias para o público feminino. Acontece que esse ensino deveria ser feito separado por sexo, sendo que as professoras mulheres davam aulas para meninas e professores homens aos meninos (STAMATTO, 2002). Nesse processo, porém, passaram a ocorrer iniciativas de criação de escolas mistas regidas por professoras, o que aumentou gradualmente os contratos de docentes mulheres, resultando na regulamentação do magistério e o estabelecimento de escolas normais

para a formação de professora, como evidencia Simon Schwartzman (2000, p. 108):

O projeto do Plano Nacional de Educação de 1937 previa a existência de um ensino dito ‘doméstico’, reservado para meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Seu conteúdo era predominantemente prático e profissionalizante, e fazia parte, no plano, do capítulo destinado ao ensino da “cultura de aplicação imediata à vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices”. Era, pois, destinado principalmente a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada, que dessa forma poderiam manter-se em regime escolar estritamente segregado. Segundo o plano, o ensino feminino se dividiria em doméstico geral (dois ciclos), doméstico agrícola (também dois ciclos) e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida no lar, o segundo formaria as professoras para esse sistema.

Desse ponto em diante abre-se o mercado de trabalho docente para as mulheres: O magistério público. Mesmo assim, no entanto, engana-se quem pensa ser esse um avanço na condição da mulher, visto que o seu lugar social continuava sendo o matrimônio e, nesse contexto, o magistério primário era visto como uma alternativa para aquelas que não casaram, ainda que sob a guarda masculina:

As legislações provinciais estão repletas de restrições ao exercício do magistério por parte das mulheres. Além da boa conduta, normalmente atestada pelo pároco, a professora deveria ter certa idade, solicitar autorização do pai, ou do marido se fosse casada, apresentar a certidão de óbito se viúva, e, se separada, justificar sua separação comprovando comportamento honrado. (STAMATTO, 2002, p. 6).

As mulheres que decidiam assumir o magistério, como profissão, tinham que assinar um documento contratual que regulamentava a vida pessoal das professoras, incluindo a aparência, comportamento moral e convivência com os homens. O modelo desse documento contratual é apresentado por Jane Soares de Almeida (2009, p. 150), sendo transcrito na integralidade:

Exemplo de modelo de contrato de trabalho de professoras no ano de 1923.

A professora, senhorita....., por meio deste contrato de trabalho, fica obrigada a:

1. Ministras aulas na escola..... durante o tempo de vigência do contrato de trabalho.
2. Comportar-se com decoro e vestir-se com modéstia e asseio.
3. Não sair de casa no período entre 18 horas da tarde e 6 da manhã.
4. Não passear em sorveterias no centro da cidade.
5. Não sair de carro ou automóvel em companhia de homens, a não ser seus pais e irmãos.
6. Não usar saias e vestidos a menos de um palmo do tornozelo.
7. Não fumar, não beber uísque, vinho e cerveja.
8. Não usar maquiagem e tingir o cabelo.
9. Não usar palavras impróprias que ofendam sua pessoa e sua profissão.
10. Limpar a sala de aula antes dos alunos chegarem.
11. Cuidar da limpeza, da higiene e da moralidade em sua sala de aula.

O não cumprimento das obrigações acima implicará na sua demissão imediata e justa. (Grifos da autora).

Em meio a tantas exigências, nessa época, mesmo a passos lentos, gradativamente as mulheres começaram a adentrar o universo da profissão docente, isso aliado ao discurso de que as moças tinham grande habilidade com o ensino das crianças, atribuindo à docência um caráter altamente feminino. Ainda assim as mulheres não exerciam de fato a educação, elas apenas lecionavam, pois as carreiras de professor de segundo e terceiro graus eram, predominantemente, exercidas por homens, sendo para estes muito mais fácil progredir na carreira profissional (NAHES, 2007).

Dessa forma, o direito ao voto e à profissão de professora de primeiras letras – “as normalistas” – significavam as poucas conquistas sociais consentidas na época, devido ao valor que era dado ao aspecto da mulher educadora “de crianças”. Nesse cenário, o magistério então passa a ser estereotipado como sendo uma profissão feminina, o que resulta no fenômeno que se tornou conhecido como feminização do magistério. Tal fenômeno se caracteriza pela entrada maciça das mulheres na profissão docente, ao mesmo tempo em que há um afastamento dos homens (GONÇALVES, 2009).

Essa movimentação de gênero na docência se deu por diversos fatores, entre eles por as ideologias dominantes fazerem acreditar que a mulher teria o “dom” de cuidar de crianças e, dessa forma, a maternidade seria um fator importante para que as mulheres se tornassem professoras, uma vez que:

[...] os alunos e as alunas deveriam ser vistos como filhos e filhas e a profissão docente não subverteria a função feminina, podendo, ao contrário, ampliá-la ou sublimá-la. O magistério deveria ser entendido pelas mulheres como uma atividade de amor, de entrega e de doação, e, para isso, era fundamental ter a vocação para ensinar. (GONÇALVES, 2009, p. 38).

Também Almeida (2009, p. 145) salienta que “Os que defendiam o magistério exercido por mulheres se amparavam numa representação social que se edificava em torno de uma maior facilidade de cuidar de crianças [...]”, porque eram inerentes ao gênero feminino algumas características como “doçura e paciência”, além da “afabilidade e bondade”. Tais qualidades distinguiam as mulheres “[...] positivamente dos homens, dado que se ancoravam nos instintos maternos”.

Nesse cenário, o magistério passou a ser aceito como uma extensão do tradicional papel de mulher/mãe e as mulheres assumiram profissionalmente atividades inerentes ao cuidar de crianças, tornando-se professoras e assegurando os chamados princípios da moralidade. June Eddith Hahner (2003) observa que o magistério passou a ser uma alternativa profissional apropriada a mulheres mais pobres, pelo fato de que as professoras recebiam um salário bem inferior aos dos professores, sendo que a entrada de um grande número de

mulheres no magistério foi ponto decisivo para que sobre ele incidisse uma queda definitiva dos salários.

Dessa maneira, o fenômeno relativo à feminização do magistério não repercutiu nos cargos considerados de prestígios, pois as mulheres, por suas características “maternais”, começavam a dominar o mercado de trabalho do ensino elementar, no entanto o nível secundário, bem como a direção e a inspeção de ensino continuavam sob o domínio do professorado masculino (STAMATTO, 2002).

Tal realidade foi constatada por Daiane Antunes Vieira (2003), que, ao desenvolver um estudo sobre as experiências de homens que fizeram carreiras no magistério público do Estado de São Paulo entre as décadas de 1950 e 1980, revelou que boa parte deles exerceu funções administrativas e que um dos fatores pode estar relacionado com as representações sociais relativas ao significado de ser homem na sociedade. Os resultados apontaram que o trabalho administrativo exerceu um interesse por parte dos profissionais do gênero masculino, não somente devido aos interesses salariais, mas, sim, pelas chances de pertencer a uma esfera de poder em âmbito escolar.

Na atualidade, o que se percebe é que, na fase inicial da educação básica, predominam docentes do gênero feminino e somente em níveis mais elevados da área da educação é que aumenta o número de profissionais do gênero masculino. No ano de 2013, alguns integrantes do GEPDGE, ao fazerem um levantamento de dados sobre o número de professores homens que trabalhavam com turmas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas na cidade de Naviraí², se surpreenderam com o resultado da pesquisa, como afirmam Josiane Peres Gonçalves; Jéssica Barbosa Antunes (2015, p. 141):

Fizemos inicialmente um levantamento por meio de visitas a todos os Centros de Educação Infantil da rede municipal da cidade de Naviraí-MS, para identificar quantos homens trabalhavam nas instituições. Desde o início acreditávamos que teriam poucos professores homens, mas ficamos surpresos com o resultado ao perceber que não havia nenhum homem atuando como docente de crianças.

Se em 2013 não havia nenhum professor homem de educação infantil em Naviraí, nos anos iniciais do ensino fundamental foi percebido que, entre o total de 235 docentes de escolas municipais e estaduais, apenas 28, correspondente a 11,9%, eram homens, conforme explicitado na Tabela 1. Entre esses docentes do gênero masculino, a maioria trabalhava com

² O município sul-mato-grossense de Naviraí, onde eu e a orientadora da dissertação residimos, dista 370 quilômetros da capital, Campo Grande. O GEPDGE é o grupo de pesquisa criado em 2012 e coordenado pela professora Dra. Josiane Peres Gonçalves, orientadora da presente dissertação.

as disciplinas de Educação Física, alguns eram gestores escolares e somente 8 eram professores regentes, prioritariamente em turmas de 4º e 5º ano do ensino fundamental.

Tabela 1 – Professores dos anos iniciais do ensino fundamental (Naviraí/MS, 2013).

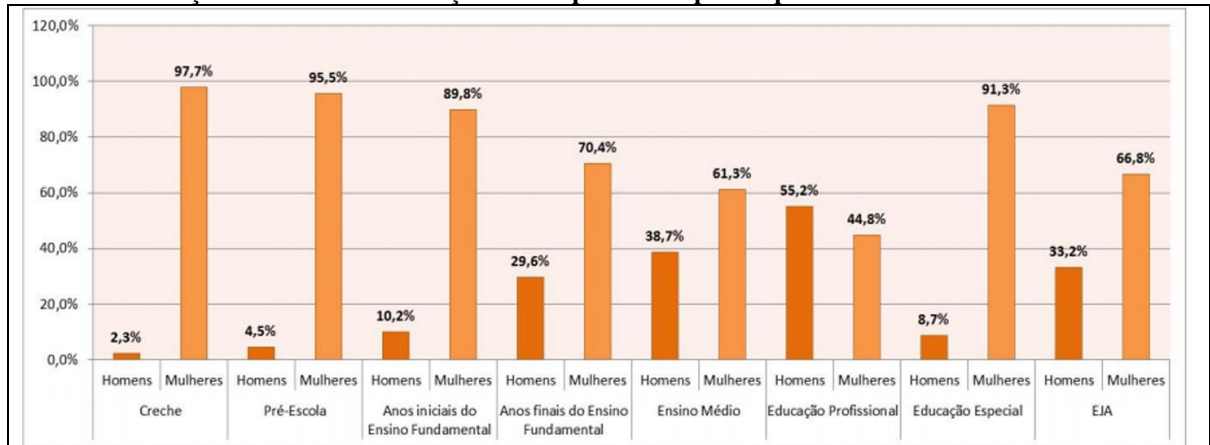
ESCOLA	A	B	C	D	E	F	G	H
Escolas Estaduais								
E. E. – A	14	2	0	2	0	2	0	14,2%
E. E. – B	23	4	1	2	1**	2*	1	17,3%
E. E. – C	18	3	0	2	1*	2	0	16,6%
E. E. – D	19	3	1	2	0	1	2	15,7%
Total	74	12	2	8	2	7	3	16,2%
Escolas Municipais								
E. M. – A	22	3	2*	1	0	3	0	13,6%
E. M. – B	25	3	1*	2	0	3	0	12%
E. M. – C	26	2	0	2	0	1	1	7,6%
E. M. – D	35	3	1	2	0	3	0	8,5%
E. M. – E	29	4	2*	1	1**	3	1	13,7%
E. M. – F	24	1	0	1	0	1	0	4,16%
Total	161	16	6	9*	1	14	2	9,9%
TOTAL GERAL	235	28	8	17	3	21	5	11,9%

Legenda:
A: Número de professores/as atuando nos anos iniciais do ensino fundamental.
B: Número de professores homens.
C: Quantidade de professores homens regentes.
D: Quantidade de homens professores de Educação Física.
E: Quantidade de professores gestores.
F: Quantidade de professores homens efetivos.
G: Quantidade de professores homens contratados.
H: Porcentagem de professores homens.

* E. E. – B: Os dois professores de Educação Física são efetivos.
** E. E. – B: O cargo do gestor em questão é o de diretor da escola.
*E.E. – C: O cargo do gestor em questão é o de coordenador pedagógico.
* E. M. – A: São regentes os professores de 3º e 4º ano.
* E. M. – B: O professor regente atua no 5º ano.
* E. M. – E: Os dois professores regentes atuam no 5º ano do ensino fundamental.
** E. M. – E: O gestor em questão é o diretor da escola.

Fonte: Adaptado de Gonçalves, Soares e Reis (2015, p. 331-332).

Os dados obtidos em Naviraí indicam que a idade dos alunos da educação básica exerce influência nas relações de gênero entre os profissionais da educação. Tal fato pode ser constatado entre os professores brasileiros, visto que os dados do Censo Escolar/INEP/MEC de 2014, divulgados por Todos pela Educação (2016), indicaram que na creche somente 2,3% são homens, na pré-escola a presença se amplia para 4,5% e, nos anos iniciais do ensino fundamental, corresponde a 10,2%, conforme consta no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Funções docentes da educação básica por sexo – por etapa – 2014.

Fonte: Todos pela Educação (2016).

O Gráfico 5 apresenta os percentuais da variação na participação de mulheres em função docente da educação básica entre 2007-2014 e destaca a representatividade feminina na base da educação escolar, ou seja, na educação infantil (creche e pré-escola), em que a mulher representa mais de 95% de participação, reforçando a tese de que as mulheres têm firme predomínio nessa etapa do ensino. Uma das hipóteses para essa superioridade poderia estar relacionada ao que se vem discutindo até o momento sobre a divisão sexual do trabalho, em que determinadas posições, carreiras e funções, são apreciados atributos conferidos aos homens e à masculinidade, e, no caso de outros atributos, são conferidos às mulheres e ao feminino.

Trata-se de estereótipos que ultrapassaram a barreira do tempo, visto que são históricos e perduram até os dias atuais, pois a cultura vigente dos séculos anteriores foi responsável por disseminar a representação do significado de papéis sexuais e em restringir a responsabilidade feminina às raízes domésticas. Dessa forma, está arraigada no senso comum a ideia de que, para um bom desempenho no mercado de trabalho, os gêneros feminino e masculino devem possuir características específicas: para os homens são valorizadas a racionalidade, a competitividade e a busca pelo sucesso, entre outras; já o amor, a compaixão, a submissão, a empatia, entre outras, que são características associadas aos cuidados da casa e da família, e que continuam sendo vistas como especificamente femininas, conforme Andreia Barreto (2014).

Observa-se assim que os diversos estereótipos conferidos aos gêneros influenciam também no significado conferido às ocupações e às carreiras profissionais, pois são comuns as representações de que existem ocupações mais adequadas para as mulheres e outras mais apropriadas para os homens. No caso da área da educação, por exemplo, conforme verificado

no Gráfico 5, as mulheres representam a grande maioria na educação básica, enquanto que, no ensino superior, os homens são maioria, justamente por ser a docência universitária considerada uma ocupação de nível elevado.

Nesse sentido, uma pesquisa realizada por Barreto (2014) sobre a mulher no ensino superior, considerando o recorte temporal de 2006 a 2012, destaca que, quando se trata de estudantes matriculados nas universidades brasileiras (públicas e privadas), as mulheres representam a maioria (57%), porém, quando se trata dos profissionais que atuam nesse mesmo nível de ensino, existe a predominância masculina (55%):

[...] a análise dos dados sobre a docência no ensino superior brasileiro é um estímulo para pensar os objetivos dos processos de formação e as dinâmicas do mercado de trabalho, uma vez que a *performance* feminina nos cursos superiores não se mantém a mesma quando o assunto é empregabilidade. Ao contrário da hegemonia feminina em praticamente todos os números relativos ao acesso ao ensino superior e à sua conclusão, o número de docentes do sexo masculino ainda é, em média, 10 pontos percentuais mais elevado do que o feminino. Em 2012, a composição ficou em 54,72% de homens e 45,28% de mulheres, e esta é uma média que se manteve mais ou menos inalterada no período avaliado (2006-2012). (BARRETO, 2014, p. 21).

No caso das mulheres que ocupam funções técnico-administrativas nas universidades, a autora constatou que elas eram maioria (52% nas públicas e 57% nas privadas, em 2012), porém nem sempre desempenhavam cargos de prestígio ou de maior remuneração. Assim, “[...] é ainda imprescindível a realização de análises mais aprofundadas sobre a distribuição dos cargos, tanto no que se refere aos rendimentos, quanto no que diz respeito ao valor simbólico ou prestígio dos postos ocupados” (BARRETO, 2014, p. 24). As considerações finais da pesquisa sobre mulheres na universidade sinalizaram que:

Ainda no âmbito das instituições de ensino superior, mas partindo para a análise dos recursos humanos que compõem os quadros de docentes e de técnicos-administrativos, o estudo mostra que há ainda uma dissonância na paridade entre homens e mulheres nestes diferentes âmbitos de inserção profissional. No caso dos/as docentes universitários, função considerada de elite entre os/as educadores, os homens ainda são maioria. (BARRETO, 2014, p. 44).

Cabe salientar que a manchete publicada por Borges (2011) na revista eletrônica Último Segundo, na página da Educação, alerta que “Mulheres já superaram homens em número de estudantes, mas a paridade em altos cargos ainda está longe de ser realidade”. Nessa reportagem, o professor Dr. José Eustáquio Diniz Alves, do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, enfatiza que “Houve um grande avanço, mas que não se traduziu na ocupação dos espaços de poder. A primeira razão é a divisão sexual do trabalho. Culturalmente, as mulheres se

responsabilizam mais pelo trabalho doméstico e sobra menos tempo para elas investirem na carreira”.

Também a professora Dra. Marlise Matos, coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em entrevista prestada à mesma reportagem (BORGES, 2011, p. 1), esclarece:

Existe um mito de que a ciência e a academia são lugares isentos. É fundamental que a gente compreenda que esses campos são políticos, lugares de disputa de poder. E, por isso, eles refletem o contexto social no qual estão inseridos: uma sociedade patriarcal, machista, racista e heterossexista. Não vamos encontrar mulheres, negros e homossexuais em postos de grande importância.

A professora menciona que a conquista da educação pelas mulheres se compara, em importância, ao direito ao voto, mas que as mudanças em todos os setores das universidades ainda levarão mais tempo para ocorrer, porque “Elas foram para o processo escolar em arenas segmentadas, se dirigindo para as profissões do cuidado. Isso porque o mundo privado sempre foi das mulheres e o público, dos homens”. A professora Marlise Matos também acredita que quantidade não representa qualidade, uma vez que “Somos mais de 50% da população e são as mulheres que socializam seus filhos. No entanto, essas relações não mudaram. As relações patriarcais e machistas não são patrimônios dos homens” (*apud* BORGES, 2011, p. 1).

A partir de tais reflexões pode-se entender que persistem sérios obstáculos referentes às relações de gênero na área da educação, pois esse campo é marcado pela desigualdade, produto de um sistema que privilegiou o homem em detrimento das mulheres. Por essa razão, acredita-se que é lenta a mudança no sistema simbólico, que considera certos tipos de trabalho como femininos e outros, masculinos, sendo consideradas aceitáveis certas atitudes para um gênero, mas não para outro.

Cabe aqui destacar os pressupostos de Pierre Bourdieu (2002), que, em sua obra “A Dominação Masculina”, sinaliza que tanto o sistema de ensino, quanto a própria cultura são decorrências de uma socialização androcêntrica, que hierarquiza o masculino sobre o feminino, configurando violência e dominação simbólicas permanentes, na medida em que são reproduzidas inconscientemente na própria dinâmica educacional.

Sendo assim, infere-se que essa dominação simbólica se faz presente na área da educação, principalmente nas universidades, porque dificilmente as mulheres atingem níveis profissionais elevados, como os cargos de reitor ou de pró-reitor, por exemplo.

Ambos os cargos mencionados desempenham funções importantes no ensino superior, visto que, conforme o regimento geral da UFMS, no capítulo VI, a reitoria é responsável por

fomentar, incentivar e criar mecanismos de manutenção para empreendimentos de desenvolvimento local, regional e nacional, recorrendo ao “tripé” ensino, pesquisa e extensão. Já a pró-reitoria – no caso de uma pró-reitoria de administração – é a unidade responsável pela superintendência, orientação, coordenação e avaliação das atividades do sistema administrativo de gestão de materiais, suprimentos e patrimônio e das atividades relacionadas a obras, reformas e manutenção da infraestrutura e serviços da universidade.

Dessa forma, além de características técnicas e especialistas que desenvolveram no decorrer de sua atuação profissional enquanto professores e pesquisadores, tanto pró-reitor como reitor precisam potencializar também competências gerenciais que os habilitem a alinhar o conhecimento técnico ao administrativo, além de habilidades de negociação e de análise do contexto econômico, político e social numa universidade.

Conforme Anelise Bueno Ambrosini (2017, p. 3), as funções de vice-reitor e de reitor das universidades federais brasileiras são exclusivas de servidores públicos civis da classe docente com título de doutor, devendo previamente seus nomes constarem de uma lista tríplice, constituída pelo seu conselho universitário máximo e são nomeados pelo presidente da República. Tais princípios constam no Decreto Federal nº 1. 916, de 23 de maio de 1996, que regulamenta o processo de escolha dos dirigentes de instituições federais de ensino superior.

A nomeação para os mais elevados cargos da gestão universitária federal também obedece alguns critérios e normas impostos em lei federal. Conforme Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, hoje quase toda revogada, mas que, com a redação dada pela Lei Federal nº 9.192/1995, mantém alguns artigos ainda válidos, como:

Art. 16. A nomeação de Reitores e Vice-Reitores de universidades, e de Diretores e Vice-Diretores de unidades universitárias e de estabelecimentos isolados de ensino superior obedecerá ao seguinte: (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

I - o Reitor e o Vice-Reitor de universidade federal serão nomeados pelo Presidente da República e escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo colegiado máximo, ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim, sendo a votação uninominal; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

II - os colegiados a que se refere o inciso anterior, constituídos de representantes dos diversos segmentos da comunidade universitária e da sociedade, observarão o mínimo de setenta por cento de membros do corpo docente no total de sua composição; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

III - em caso de consulta prévia à comunidade universitária, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerão a votação uninominal e o peso de setenta por cento para a manifestação do pessoal docente em relação às demais categorias; (Redação dada pela Lei nº 9.192, de 1995)

Parágrafo único. No caso de instituição federal de ensino superior, será de quatro anos o mandato dos dirigentes a que se refere este artigo, sendo permitida uma única recondução ao mesmo cargo, observado nos demais casos o que dispuserem os

respectivos estatutos ou regimentos, aprovados na forma da legislação vigente, ou conforme estabelecido pelo respectivo sistema de ensino. (Incluído pela Lei nº 9.192, de 1995).

No caso das universidades estaduais, o processo difere um pouco, dependendo de cada instituição, conforme se lê, por exemplo, no capítulo III do Estatuto da UEMS:

Art. 18. O Reitor e o Vice-Reitor, brasileiros e integrantes, há pelo menos três anos, do quadro efetivo da UEMS, portadores de qualificação de nível superior, são nomeados pelo Governador do Estado, após escolha pela comunidade universitária, em eleição direta e votação secreta, que deve ser realizada, no caso de existência de mais de duas chapas, em dois turnos, no caso de nenhuma chapa atingir a maioria de votos válidos na primeira votação, observada a legislação vigente.

Como já exposto, existem muitas disparidades no que se refere à ocupação de postos de nível elevado por mulheres. Adílio Renê Almeida Miranda (2010), em sua pesquisa nas universidades federais de Minas Gerais, identificou que os cargos de pró-reitoria e de chefe de gabinete eram ocupados por quase três vezes mais docentes homens (72,15%) do que por docentes mulheres (27,85%). Assim, na gestão universitária dessas instituições, docentes mulheres ainda representam uma pequena parcela nas altas posições hierárquicas. Diante desse cenário, Barreto (2014, p. 42) argumenta que:

[...] uma leitura que parece imediata e perpassa diversas análises nas relações de gênero é a questão do poder, no sentido do alcance feminino à diversidade de instituições e aos postos mais altos de comando e influência, e que poderiam contribuir para uma revisão mais ampla dos papéis de gênero na sociedade.

De fato, faz-se necessário investigar, de maneira mais aprofundada, as relações de poder existentes nas universidades no que diz respeito ao gênero dos profissionais da educação, a fim de se entender por que as mulheres, embora tenham maior nível de escolaridade, conforme Guedes (2008) e Barreto (2014), ainda não conseguem ultrapassar o “teto de vidro” e atingir os níveis profissionais mais elevados. Nesse contexto, torna-se importante compreender fenômeno “teto de vidro”, caracterizado por uma barreira invisível que as mulheres não conseguem quebrar para chegar aos postos de nível hierárquicos mais elevados no mercado de trabalho.

2.6 O Fenômeno Teto de Vidro e a Área da Educação

Neste estudo tem-se discutido a atuação profissional da mulher, bem como as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho e observa-se que uma implicação prejudicial

da divisão sexual do trabalho é a discriminação vertical, também chamada de *glass ceiling*, que, em uma tradução livre, significa “teto de vidro”, “labirinto de cristal”, “teto de cristal” ou “teto invisível”:

[...] este fenômeno caracteriza-se pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações. É observado mesmo quando as mulheres são dotadas de características produtivas idênticas ou superiores às de seus congêneres do sexo masculino. (VAZ, 2013, p. 765).

O teto de vidro refere-se a um conceito que surgiu nos Estados Unidos, na década de 1980, evidenciado por Katherine Lawrence, que descreveu de maneira simbólica sobre a presença de barreiras discriminatórias invisíveis, mas bastante fortes, para bloquear o avanço da mulher a níveis hierárquicos mais elevados.

De acordo com Cristina Tavares da Costa Rocha (2006), teria sido o *Wall Street Journal* que, em 1986, o popularizou por meio de um artigo acadêmico escrito por Ann M. Morrison, em que se verificou que, em grandes corporações na Europa e na América do Norte, as mulheres raramente passaram a representar mais de 10% das chefias e 4% dos *Chief Executive Office* (CEO) e presidentes, como aponta Linda Wirth (2002, p. 6):

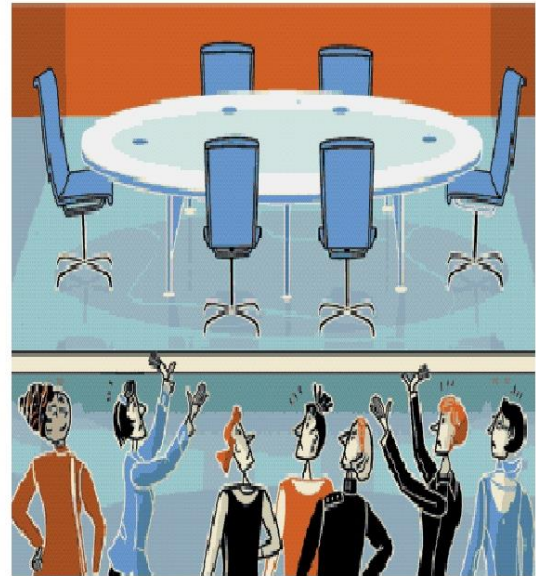
By 'glass ceiling' we mean the invisible artificial barriers that block women from senior executive jobs. There is also the problem of the 'sticky floor.' This term describes the forces that keep women stuck at the bottom of the economic pyramid. For [some] women the barrier to top jobs seems to be made of unbreakable Plexigla³.

Para ilustrar essa discussão faz-se uso de duas imagens, visto que a utilização de tal recurso contribui para demonstrar a frágil dinâmica relacional que envolve o fenômeno teto de vidro. Para Heloísa Penteado (1991), as imagens estão inseridas num contexto do qual não podem ser desvinculadas, pois retratam as particularidades da situação ou do fato que apresentam.

³ “Por “teto de vidro” queremos significar as barreiras artificiais invisíveis que bloqueiam o caminho das mulheres aos cargos executivos “sênior”. Há também o problema do ‘chão colante’. Este termo descreve as forças que mantêm as mulheres presas na base da pirâmide econômica. Para [algumas] mulheres a barreira aos cargos do topo parece ser feita de Plexiglass inquebrantável” (Tradução livre feita pela pesquisadora).

Figura 1: Teto de Vidro I

Fonte: Ramos (2017).

Figura 2: Teto de Vidro II

Fonte: The Conundrum (2005).

O chamado teto de vidro é a mais conhecida barreira encontrada pelas mulheres em suas trajetórias evolutivas. Sabe-se que a discussão em torno da temática do teto de vidro iniciou com uma metáfora jornalística cujo objetivo era chamar a atenção para os problemas enfrentados pelas mulheres no interior organizacional. Depois, com o passar do tempo, o termo ganhou espaço, transformando-se em objeto de pesquisas acadêmicas internacionais.

Na realidade, são diversas as pesquisas internacionais envolvendo o *glass ceiling* ou teto de vidro, sendo possível destacar o artigo de Carol Hymowitz e Timothy D. Schellhardt (1986) intitulado “The glass ceiling: why women cant seem to break the invisible barrier that blocks them from the top jobs?”⁴. Os autores investigaram o mundo corporativo, chegando à conclusão de que o caminho das mulheres em direção ao topo de suas carreiras estava diretamente relacionado não somente à cultura da sociedade, mas também e fortemente representado pela cultura corporativa de suas organizações.

Outro trabalho interessante é o artigo intitulado “Discriminación salarial por género ‘efecto techo de cristal’. Caso: siete áreas metropolitanas de Colombia”⁵, de Carol Meza et al. (2014), em que a pretensão era determinar a existência da discriminação ocupacional em relação às mulheres, o “efeito teto de cristal”, mediante a análise de um modelo probabilístico,

⁴ “O teto de vidro: por que as mulheres não parecem quebrar a barreira invisível que as bloqueia dos melhores empregos” (Tradução livre feita pela autora).

⁵ “Discriminação salarial por gênero ‘efeito teto de cristal’ – Caso: sete áreas metropolitanas de Colômbia” (Tradução livre feita pela autora).

tendo como recorte temporal o período de 1984 a 2010. Assim, foram feitas análises sobre os possíveis fatores que incidem no sentido de as mulheres não atingirem os cargos de direção, os quais normalmente são mais ocupados pelos homens.

No Brasil ainda existem poucos estudos sobre esse corpo de conhecimento, embora tal metáfora possa ser encontrada em discursos sobre responsabilidade social nas organizações, como no caso em investigações desenvolvidas em institutos de pesquisas.

Dentre os estudos encontrados no Brasil, destaca-se o trabalho de Vaz (2013), intitulado “O Teto de Vidro nas Organizações Públicas: evidências para o Brasil”, em que se procurou mostrar que, apesar de estarem sujeitas a métodos de seleção de pessoal mais objetivos e transparentes, as carreiras do setor público brasileiro não escapam ao fenômeno do teto de vidro. As conclusões são de que as práticas discriminatórias sozinhas não explicam o fenômeno, cujas raízes devem ser buscadas também nas intersecções entre vida doméstica e vida profissional.

Outro estudo brasileiro, intitulado “A Mão Invisível no Teto de Vidro”, foi desenvolvido por Anelise Manganelli (2012), com a intenção de investigar a existência do fenômeno teto de vidro no âmbito do trabalho, cujos resultados apontaram que as análises de mercado de trabalho não devem separar a esfera da produção, da esfera da reprodução, uma vez que a família, o mercado e o Estado estão intimamente entrelaçados e são dependentes entre si.

Dentre os pesquisadores brasileiros, pode-se destacar ainda o trabalho de Madalozzo (2011), intitulado “CEOs e Composição do Conselho de Administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?”. Para a realização desse estudo, a pesquisadora utilizou uma base de dados inédita, referente a 370 empresas, o que permitiu realizar uma singular investigação sobre a temática em relação a mulheres trabalhadoras brasileiras. Utilizou a metodologia empírica de probit, que permite fazer a análise de variáveis binárias qualitativas, como, por exemplo, a presença de uma mulher ou um homem no cargo mais elevado de uma empresa. Os resultados indicaram que o Conselho de Administração busca escolher um CEO (do inglês *Chief Executive Officer*) que represente ao máximo seu próprio perfil de atuação e que, sendo o Conselho majoritariamente masculino, indivíduos do sexo feminino sofrem maior resistência à promoção.

Sendo assim, ao estudar o “Fenômeno Teto de Vidro”, percebe-se que se trata de um termo que é mais utilizado em estudos empresariais. Mesmo assim, no entanto, a partir das definições e dos conceitos encontrados, torna-se possível fazer uma analogia com a proposta

desta pesquisa, que é investigar as representações sociais de mulheres que atingiram funções de nível elevado em âmbito educacional.

De acordo com Loíse de Lira Roedel Botelho (2008), nas influências sociais, a segregação ocupacional por gênero e os papéis e estereótipos vivenciados pelas mulheres repercutem de forma desdenhosa em sua trajetória profissional, pois, como já proferido, a sociedade espera da mulher valores e profissões diferentes daquelas esperadas pela população masculina. Nesse sentido, Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (1999) comentam que a docência e a enfermagem são entendidas socialmente como profissões tipicamente femininas e que, em contrapartida, o mundo corporativo é entendido como profissão masculina.

Diante do que exposto nesta pesquisa, percebe-se, no entanto, que, mesmo em profissões vistas socialmente como femininas, existe a discriminação vertical ou o chamado teto de vidro. Basta analisar o que ocorre nas universidades públicas, por exemplo, em que dificilmente uma mulher consegue se tornar reitora ou mesmo pró-reitora, porque tais atribuições, que, conseqüentemente, resultam em maiores salários, são predominantemente desempenhadas por homens.

Em síntese: na área da educação, o trabalho desenvolvido com crianças da educação básica, que implica atividades relativas ao cuidar, nele praticamente não ocorre a presença de homens; por outro lado, as funções educacionais de alto nível, com maior prestígio e remuneração mais elevada, são ocupadas pelo público masculino, porque as mulheres dificilmente conseguem superar o teto de vidro em âmbito educacional.

2.7 A Teoria das Representações Sociais

A expressão “Representação Social” foi mencionada por Serge Moscovici em sua tese de doutorado em 1961. O autor precisou de aproximadamente duas décadas de incessante trabalho intelectual entre a obra *La Psychanalyse: son image et son public*, de 1961, e a apresentação da teoria no livro *Social Cognition*, de 1984. Moscovici propôs-se a analisar a Representação Social como um “fenômeno”, o que até o momento era visto como “conceito”, de acordo com Sebastiana Liundura de Arruda Reis e Marta Bellini (2011).

Sandra Jovchelovitch (1998) relata que, nessa época, “representação” era entendida como sinônimo de cópia, ou seja, “representar” era copiar ou reproduzir o social. Desta maneira, tanto as ciências sociais como a psicologia foram, por muito tempo, influenciadas por esse entendimento, transmitindo a ilusão de igualdade entre o psíquico e o mundo.

O entendimento de Moscovici expõe uma “teoria geral dos fenômenos sociais” e uma

“teoria específica dos fenômenos psíquicos”, legitimando “[...] o que as sociedades pensam e de seus modos de vida, o sentido que conferem a suas instituições e às imagens que partilham constituem uma parte essencial de sua realidade, e não simplesmente um reflexo seu” (MOSCOVICI, 2003, p. 173).

Moscovici (2003) estabelece laços para o entendimento da construção da realidade social pelos sujeitos, constatando que, além de receber e processar as informações, as pessoas constroem significados para a realidade e que esses significados resultam da interação social dos indivíduos.

As ideia das Representações Sociais surge como teoria do senso comum, que regula as práticas e comportamentos de um dado grupo, mostrando-se a partir de peculiaridades de pensamentos, que se constroem com a finalidade de tornar algo que não lhes é conhecido em familiar, guiando-lhes as práticas diante do mundo e interferindo na difusão, assimilação do conhecimento de tal modo que acaba por determinar as transformações sociais através da definição das identidades pessoais e grupais, segundo Nilda Margarida de Castro Crusóé (2004).

Num primeiro sentido, Representação Social pode ser entendida como o conteúdo concreto apreendido pelos sentidos, pela imaginação, pela memória ou pelo pensamento; é, em síntese, a reprodução daquilo que se pensa, conforme Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1975).

De acordo com Moscovici (1978, p. 41), as relações sociais que se constituem no dia a dia são decorrentes de representações que foram aprendidas ao longo do tempo. Logo, a Representação Social, para Moscovici, possui uma dupla grandeza, que inclui sujeito e sociedade e situa-se na fronteira de uma série de julgamentos sociológicos e psicológicos. Para o autor, as Representações Sociais podem ser conceituadas como sendo:

[...] um sistema de valores, ideias e prática com uma dupla função: primeiramente, estabelecer uma ordem que habilitará os indivíduos a orientarem-se em seu mundo material e social e dominarem-no; e, em segundo lugar, possibilitar a realização da comunicação entre os membros de uma comunidade pelo fornecimento de um código para o “intercâmbio” social e de um código para nomearem e classificarem, sem ambigüidades, os diversos aspectos de seu mundo e de sua história individual e em grupo. (MOSCOVICI, 1978, p. 17).

Denise Jodelet (2001, p. 36), discípula de Moscovici, conceitua a Representação Social como “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um objeto social”. Dessa forma, as Representações Sociais são entendidas como sistemas de

interpretação que administram a nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais.

Conforme Jodelet (2001, p. 27), existem quatro características fundamentais no ato de representar: i) a Representação Social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito); ii) a Representação Social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações); iii) a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento; iv) qualificar esse saber de prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

Também Pedrinho A. Guareschi (1996, p. 18) expõe os princípios vinculados ao conceito de Representação Social: i) é um conceito dinâmico e explicativo, tanto da realidade social, como física e cultural, possui uma dimensão histórica e transformadora; ii) reúne entendimentos culturais, cognitivos e valorativos, isto é, ideológicos; e iii) está presente nos meios e nas mentes, isto é, ele se forma numa realidade presente nos objetos e nos sujeitos; é um conceito relacional e, por isso mesmo, social.

Tomando esses pressupostos como base, é possível perceber que as pessoas agem segundo os valores e as ideias preponderantes, ideias e valores que são necessários para haver o domínio do mundo material e social. Assim, entende-se a Representação Social como uma categoria de conhecimento particular, no sentido de que, para ser representação, o conhecimento tem que ter sido originado do senso comum, que foi formado na vida cotidiana e tem a intenção de agir sobre a realidade e interpretá-la, produzindo padrões de comportamento e de comunicação entre as pessoas, conforme Sandra Fonseca Conte de Almeida et al. (2006).

Conforme Oliveira e Werba (2003), as Representações Sociais transformam os sujeitos de determinado contexto social e o mundo ao seu redor, tendo a função de moldar o comportamento, modificando e reconstituindo as condições do ambiente para que o comportamento agora modelado se mantenha. Por se tratar de algo tão relevante, pois que interfere nos comportamentos das pessoas, torna-se importante identificar as Representações Sociais e, nesse sentido, Jodelet (2001) salienta que o processo de observação é facilitado em diversas situações, tendo em vista que as representações circulam nos discursos e são carregadas pelas palavras, mensagens e condutas. Desse modo, admite-se que as manifestações discursivas ou a comunicação num sentido mais amplo são capazes de

transportar mensagens em que as Representações Sociais estão impregnadas.

Para Jean-Claude Abric (1994), as Representações Sociais dispõem de quatro funções fundamentais, que caracterizam a assimilação da dinâmica das relações e práticas sociais: i) funções de saber: possibilitam compreender e explicar a realidade; ii) funções indentitárias: determinam os aspectos e a identidade do grupo; iii) funções de orientação: conduzem as atitudes, os comportamentos e as práticas dos sujeitos; e iv) funções justificadoras: comportam explicar as decisões tomadas e os procedimentos dos sujeitos.

Ao considerar as Representações Sociais, o pesquisador tem a oportunidade de investigar os elementos simbólicos que estão em jogo nas relações sociais, evidenciando a interface de relações existentes (FARR, 2005).

Conforme Farr (2005), a ação dos sujeitos entrelaça-se ao sistema que regula parte do comportamento humano, sendo responsável por controlar a conjuntura de significados dos objetos em uma perspectiva oblíqua e globalizada, considerando uma série de possibilidades metodológicas e tem como “característica singular”, grandemente democrática, “não privilegiar qualquer método particular de pesquisa”.

Considerando que a teoria original proposta por Moscovici já rendeu muitos estudos, é preciso registrar, todavia, que existem pelo menos três variantes teóricas desde então, sendo as de Denise Jodelet, de Jean-Claude Abric e de Willem Doise. Assim, em razão dessas diferentes variantes, passou a haver diferentes caminhos metodológicos (FREIRE, 2010).

A abordagem societal ou sociológica de Doise produz estudos relacionais com métodos quantitativos, que busca vincular explicação de ordem individual e de ordem societal a partir de atividades interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais (ALMEIDA, 2005). Já a abordagem cognitivo-estrutural de Jean-Claude Abric indica o método experimental como caminho para a quantificação dos objetos, sugerindo hierarquias entre os conteúdos da representação e apresentando a noção de núcleo e elementos periféricos, em que o núcleo é o “elemento” mais estável da representação, o que mais resiste à mudança (ABRIC, 2001). Por fim, a abordagem processual ou culturalista de Jodelet se utiliza de métodos qualitativos, conservando atual a teoria original de Moscovici, em que se entendem as representações como “definições partilhadas” nos processos e nos produtos simbólicos dos indivíduos, definições essas estabelecidas como uma visão “consensual da realidade” (JODELET, 2001, p. 71).

Para Reis e Bellini (2011), as Representações Sociais perpassam a teoria, possibilitando também métodos de trabalhos e de pesquisas que podem ser dedicados a diversas áreas científicas, o que possibilita trabalhar a historicidade do espaço – suas formas,

seus conteúdos e materialização –, bem como classificar, recortar e compreender a descontextualização dos discursos e das ideologias.

Os estudos baseados na teoria das Representações Sociais procuram compreender os fenômenos sociais e o modo como eles são captados, interpretados, vistos e expressos no dia a dia pelos indivíduos e pelos grupos sociais. Assim, a teoria das Representações Sociais se manifesta como um referencial teórico e instrumento para a educação, na identificação dos conhecimentos e das práticas sociais que se articulam no espaço das relações humanas (Joana Aires da SILVA; Luís Carlos SALES, 2000). Assim, uma pesquisa amparada em tal referencial é capaz de indicar o que, efetivamente, é necessário mudar e o que é preciso reforçar, segundo Joviles Vitório Trevisol (2004).

2.8 Levantamento de Publicações em Bases de Dados

Apresenta-se aqui a revisão sistemática da produção acadêmica a partir de levantamento em bases de dados, priorizando as publicações divulgadas pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, no GT23 intitulado “Gênero, Sexualidade e Educação”; na biblioteca eletrônica de periódicos científicos Scientific Electronic Library Online – SciELO; e banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Então, por meio de investigação de natureza bibliográfica, foram analisadas as produções acadêmicas encontradas mediante o uso dos seguintes descritores: “mulher” + “teto de vidro”; “mulher” + “relações de gênero”; “mulher” + “divisão sexual do trabalho”; “mulher” + “atuação profissional”.

O recorte temporal na ANPED se deu a partir de 2003, ano em que foi criado o GT 23, até o ano 2016. Já no *site* da SciELO, a pesquisa se deu refinada a partir dos marcadores: Pesquisa Artigos; Método (Integrada); Idioma (Brasil). No banco de teses e dissertações da CAPES, devido ao grande número de trabalhos encontrados, e para garantir uma maior precisão na análise e interpretação dos dados coletados, optou-se por refinar os resultados por: Tipo: Mestrado (dissertação), Doutorado (tese); Ano: (2013 a 2016); Grande área de conhecimento: (Ciências Humanas); e, em alguns descritores, por área de conhecimento: (Educação). Esta etapa do estudo se justifica no sentido de reunir mais informações que possam contribuir para um maior aprofundamento na temática pesquisada.

2.8.1 Publicações da ANPED – GT 23

O foco da análise deste estudo é Mulher e Atuação Profissional, Mulher e as Relações de Gênero, Mulher e a Divisão Sexual do Trabalho e Mulher e o Fenômeno Teto de Vidro, sendo que o recorte temporal na ANPED se deu entre os anos 2003 e 2016. A opção pelo ano de 2003 se originou pelo fato de ter sido nesse ano que foi criado o mencionado GT. Para a definição da temática abordada, foram analisados os resumos disponíveis no *site* da ANPED, sendo possível classificá-los de acordo com as reuniões nacionais anuais (ano e número de trabalhos apresentados), como pode ser visto na Tabela 02.

Tabela 2 – Dados da ANPED por reunião, ano e nº de trabalhos entre 2004 a 2014

Reunião Anual Anped	Trabalhos Apresentados	Descritor “A Atuação Profissional”	Descritor “Relações de Gênero”	Descritor “Divisão Sexual do Trabalho”	Teto De Vidro	Relação Indireta
27º (2004)	13	00	01	00	00	00
28º (2005)	13	00	00	00	00	00
29º (2006)	12	00	00	00	00	00
30º (2007)	16	00	00	00	00	01
31º (2008)	11	00	00	00	00	01
32º (2009)	12	00	00	00	00	00
33º (2010)	15	00	00	00	00	01
34º (2011)	15	00	00	00	00	01
35º (2012)	17	00	00	00	00	00
36º (2013)	17	00	01	00	00	00
37º (2014)	26	00	01	00	00	01
TOTAL	167	00	03	00	00	05

Fonte: Corrêa-Silva (2018).

A partir dos dados evidenciados na tabela acima, constata-se que, durante o recorte temporal analisado, foram apresentados 167 trabalhos, sendo que, dentre os inúmeros trabalhos voltados às temáticas de gênero e de sexualidade em sua articulação com o campo da educação, uma pequena parcela, ou seja, apenas 8 trabalhos, apresentavam alguma relação com a proposta deste estudo e, mesmo assim, 5 desses trabalhos evidenciavam relação apenas indireta no que diz respeito à temática pesquisada e outros 3 correspondiam propriamente ao descritor “relações de gênero”.

Então, no que se refere aos cinco estudos indiretos relativos ao tema aqui estudado, um deles se propunha a investigar as decorrências da condição feminina para o exercício da docência, abordava as percepções de professoras em relação à predominância de mulheres no magistério e propunha a inserção, nos currículos, bem como nas temáticas investigativas

futuras, das questões de gênero, conforme Marli Lúcia Tonatto Zibetti (2007).

Outro dos cinco trabalhos analisou as vantagens que os homens possuem quando competem com mulheres no acesso a funções de gestão escolar, abordando a questão da disputa por cargos de gestão a partir de complexas relações de poder e gênero, de acordo com Vanisse Simone Alves CORRÊA (2010).

Um terceiro desses mencionados trabalhos apresentou uma pesquisa em que foi investigado o uso do conceito de gênero em estudo sobre sindicalismo docente realizado em programas de pós-graduação da área de Ciências Humanas. O estudo discutia os motivos que levam as docentes mulheres a participação ou a não participação em movimentos sindicais, conforme Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel (2015).

Dessa forma, percebe-se que tais trabalhos estão relacionados às questões de relações de gênero e mulher, mas não na direção proposta por este estudo. Conforme indica a tabela acima, no banco de dados de trabalhos apresentados nas reuniões anuais da ANPED não foram encontrados trabalhos que se ocupavam especificamente do tema da Atuação Profissional da Mulher, da Divisão Sexual do Trabalho ou do Fenômeno Teto de Vidro. Mesmo assim, contudo, foram encontrados três trabalhos que abordavam o tema das Relações de Gênero.

Entre os três trabalhos que continham o descritor “Relações de Gênero”, o primeiro trabalho abordava questões de gênero na escola e expunha resultados de uma pesquisa etnográfica realizada em séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas, cujo problema principal consistiu em saber como é possível, a partir de pesquisas, enfrentar (e vencer) o desafio colocado pelo tradicional sistema educacional no que se refere ao fomento das desigualdades de gênero, segundo Daniella Auad (2004).

O segundo trabalho encontrado abordava a questão da experiência de estudantes de Pedagogia que trabalhavam com categorias de relações de gênero e sexualidades. O estudo foi realizado por Taísa de Sousa Ferreira (2013) a partir do enfoque de estudos pós-estruturalistas.

Já o terceiro trabalho de Raquel Quirino (2015), trazia informações para uma análise crítica das relações de gênero advindas de uma atividade de mineração, referentes aos impulsos da tecnologia e da formação profissional de mulheres para a inserção e ascensão nesse espaço laboral, em que, a partir de entrevistas, conversas informais e observação da atividade laboral, foram captados elementos para analisar as relações de gênero sob a ótica de mulheres trabalhadoras em cargos tradicionalmente masculinos

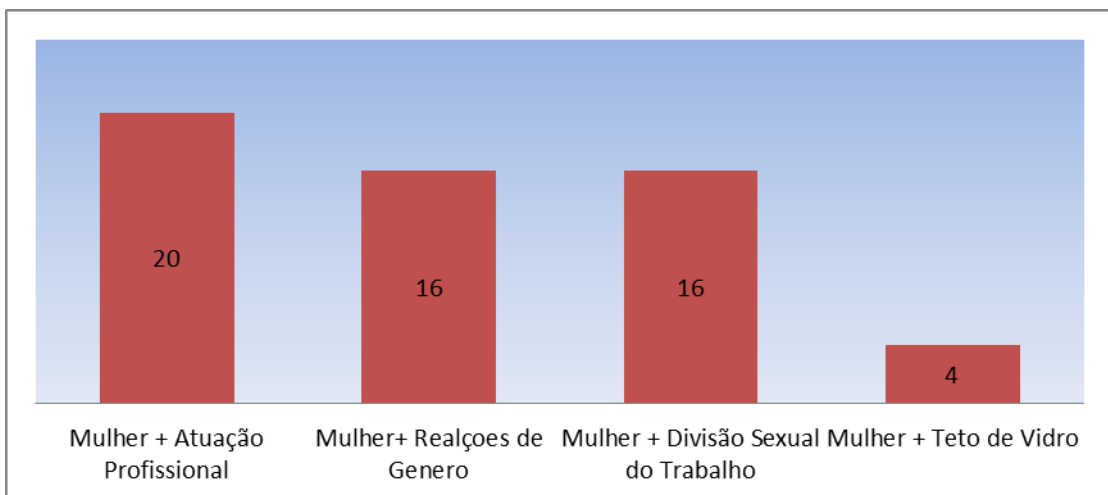
Como já mencionado em diferentes momentos deste trabalho, o foco deste estudo consiste em investigar a mulher e a atuação profissional na área da educação, as relações de

gênero, a divisão sexual do trabalho e o fenômeno do teto de vidro. Assim, a busca na base de dados da ANPED, mesmo que com poucos trabalhos encontrados e alguns somente indiretamente vinculados à temática, se caracteriza como relevante para a análise proposta, pois fornece discussões sobre ideias e inferências que permeiam reflexões mais profundas sobre o tema aqui estudado.

2.8.2 Publicações na base de dados da SciELO

Para a caracterização dos temas abordados na base de dados da SciELO, objetivando uma maior precisão nos resultados, foram trabalhados descritores articulados entre si. Assim, foram utilizados os decorrentes descritores “Mulher” + “Teto de Vidro”, “Mulher” + “Relações de Gênero”, “Mulher” + “Divisão Sexual do Trabalho” e “Mulher” + ”Atuação Profissional”. A pesquisa foi refinada a partir dos seguintes marcadores: Pesquisa Artigos; Método (Integrada); Idioma (Brasil). Sendo assim, foram encontrados 54 trabalhos com data entre os anos 2000 a 2016. Por meio do Gráfico 6 apresenta-se o demonstrativo do número de trabalhos encontrados por descritor.

Gráfico 6 - Levantamento da produção por descritor - SciELO, entre 2000 a 2016.



Fonte: Corrêa-Silva (2017).

A biblioteca eletrônica da SciELO tem uma política de acesso a todos os textos completos e todos os artigos encontrados são de acesso livre. Assim, ao analisar os trabalhos encontrados, observou-se que o descritor “Mulher + Atuação Profissional” acusou o maior número. Depois, no entanto, ao ler os resumos, percebeu-se que a grande maioria não se adequava a este estudo, restando apenas dois artigos, ou seja, apenas 10% do total foram

considerados pertinentes a este estudo.

Um deles, o trabalho de Beatriz Lucas Losada e Maria Lúcia Rocha-Coutinho (2007), com o título: “Redefinindo o Significado da Atividade Profissional para as Mulheres: o caso das pequenas empresárias”, revelava parte dos resultados de um estudo sobre empresárias no estado do Rio de Janeiro, em que se buscava investigar a percepção dessas mulheres quanto à conciliação entre trabalho e família. Os resultados apontaram uma ressignificação da importância da maternidade para a satisfação pessoal da mulher.

O outro artigo, intitulado “CEOs e Composição do Conselho de Administração: a falta de identificação pode ser motivo para a existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?”, de Regina Madolozzo (2011), demonstra que o Brasil, seguindo a tendência mundial, apresentou significativo aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas. Essa presença feminina na força de trabalho não impediu, entretanto, as diferenças com relação aos salários e à igualdade de tratamento nas promoções com relação ao gênero. Algo bem interessante, neste último trabalho, refere-se ao fato de a autora utilizar uma base de dados inédita, referente a 370 empresas, que possibilitou a investigação sobre a existência de teto de vidro para as mulheres no Brasil. Para a realização da pesquisa, utilizou a metodologia empírica de probit, que permite a análise de variáveis binárias qualitativas, como a presença de uma mulher ou de um homem no cargo mais elevado de uma empresa. Assim, a referida publicação aparece em dois dos descritores pesquisados.

Quanto ao descritor “Mulher + Relações de Gênero”, também foram encontrados 16 trabalhos, porém, como aconteceu na pesquisa anterior, ao ler os resumos constatou-se que somente 2, o que equivale a 12.5% do total, se relacionavam ao tema. Um dos trabalhos, com o título de “O Debate em Torno da Emancipação Feminina no Recife (1870-1920)”, de Noêmia Maria Queiroz Pereira da Luz e Alcileide Cabral do Nascimento (2014), apesar de ter o descritor “Relações de Gênero” nas palavras-chave, não tratava especificamente do assunto, e sim analisava o debate em torno da emancipação feminina no Recife entre os anos de 1870 e 1920, diante de um Estado nacional que mudava a forma de governo, porém se mantinha conservador, oligárquico e com difícil concepção de democracia e cidadania.

O segundo artigo, intitulado Uma Mulher ‘Recatada’: a deputada Suely de Oliveira (1950-1974)”, de Céli Regina Jardim Pinto (2014), se encontra dividido em duas partes. Na primeira aponta, ainda que rapidamente, um conjunto de questões teóricas que embasam a análise da presença das mulheres na política. Na segunda parte examina a trajetória de Suely de Oliveira, a primeira deputada estadual eleita no Rio Grande do Sul, isso em 1950, e reeleita cinco vezes, sendo que, por 16 anos, foi a única mulher no parlamento gaúcho. Assim, o texto

aborda questões relativas à presença das mulheres na vida política e as formas pelas quais elas foram produzidas pelas singularidades das relações de gênero.

Em relação ao descritor “Mulher + Divisão Sexual do Trabalho”, entre os 16 trabalhos encontrados, metade deles, ou seja, 8 foram considerados significativos no tocante ao tema.

O trabalho de Magda de Almeida Neves (2013), intitulado “Anotações sobre Gênero”, expõe um balanço da produção acadêmica na sociologia sobre gênero e trabalho, enfocando publicações que contribuem para dar visibilidade à presença feminina no mercado de trabalho, em suas diferentes ocupações, fomentando discussão sobre a divisão sexual, bem como sobre o espaço produtivo/reprodutivo e trabalho profissional/doméstico. Também reflete sobre as consequências das mudanças provocadas pela globalização e pela reestruturação produtiva nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho e na vida familiar.

Já Silvana Souza Nascimento (2011), no estudo denominado “Homem com Homem, Mulher com Mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás”, apresenta uma reflexão etnográfica a respeito da relação entre gênero e sociabilidade no sudoeste de Goiás em pequenos municípios rurais. Esse estudo mostrou que, para além da divisão sexual do trabalho e da complementaridade entre os sexos, as relações entre os “mesmos sexos” põem em risco a ideia de incompatibilidade entre homens e mulheres dentro da matriz da heterossexualidade, problematizando a reprodução da família patriarcal nas relações de gênero no campo.

Irene Rocha Kalil e Adriana Cavalcanti de Aguiar (2016), em “Trabalho Feminino, Políticas Familiares e Discursos Pró-Aleitamento Materno: avanços e desafios à equidade de gênero”, trazem à tona algumas questões ao pró-aleitamento materno, o trabalho feminino e as leis de proteção à infância, à maternidade, à paternidade e às políticas familiares no Brasil, apontando avanços e desafios à equidade de gênero, ressaltando como os discursos oficiais reforçam o valor da amamentação para a saúde da criança e secundarizam a divisão sexual do trabalho.

O quarto trabalho analisado foi o estudo de Daniela Peixoto Ramos (2015) intitulado “A Família e a Maternidade como Referências para Pensar a Política”. A autora nele apresenta uma discussão em que destaca, do ponto de vista teórico, alguns resultados de investigação qualitativa relacionados a como as representações da política se orientam por gênero e como representações de gênero e política se inter-relacionam, focando nas relações de masculinidade e de feminilidade e sua representação sobre a política.

A proposta de Flávio da Costa Higa (2016) foi a de trazer uma discussão acerca da igualdade de gênero nas relações de trabalho a partir da contextualização histórica da divisão sexista de atribuições sociais, buscando demonstrar as dificuldades inerentes à inserção da

mulher no mercado de trabalho diante das estruturas sociais patriarcais e de poder. Sob o título de “Assédio Sexual no Trabalho e Discriminação de Gênero: duas faces da mesma moeda?”, Higa (2016) propõe uma abordagem global como meio mais eficaz de enfrentamento da questão.

Também foi encontrado um texto datado de 1991, intitulado “Referencial de Análise para o Estudo da Relação Trabalho, Mulher e Saúde”, escrito por Jussara Cruz de Brito e Vanda D’Acri (1991). Nele foram feitas análises sobre a importância da abordagem de gênero na construção teórica da área de saúde do trabalhador, sendo destacado o contexto do capitalismo e do patriarcalismo como determinante para a existência da opressão sobre o gênero feminino nas relações hierárquicas de trabalho.

Nesse seguimento, cabe registrar outro estudo, este nomeado “Reestruturação Produtiva e Saúde no Setor Metalúrgico: a percepção das trabalhadoras”, de Ângela Maria Carneiro Araújo e Eleonora Menicucci de Oliveira (2005). O estudo foi realizado mediante uma pesquisa de natureza qualitativa e discute a divisão sexual do trabalho enquanto resultado do processo de reestruturação produtiva na indústria metalomecânica, enfatizando seus impactos sobre as condições de trabalho e de saúde das mulheres trabalhadoras.

Por fim, Adriane Vieira e Grazielle Alves Amaral (2013), utilizando-se principalmente do referencial teórico de Pierre Bourdieu, no estudo com o título “A Arte de Ser Beija-Flor na Tripla Jornada de Trabalho da Mulher”, analisam qualitativamente os mecanismos de dominação representados nas ações de mulheres que “conciliam” as atividades profissionais, o cuidado com a família e as cobranças da educação continuada.

Chegando ao descritor “Mulher + Teto de Vidro”, foram encontrados apenas dois trabalhos, sendo ambos pertinentes à temática, o que significa a totalidade dos trabalhos pesquisados. Dos dois textos, obteve-se, no entanto, acesso a apenas um trabalho completo, pois do outro só se encontrava disponível o resumo em português e o trabalho na íntegra se encontrava no idioma espanhol.

Então, no caso, a publicação de Néelson Manolo Chávez e Héctor Ríos (2014), em língua espanhola, buscava determinar a existência da discriminação ocupacional das mulheres ou o “Efeito Teto de Vidro”, fenômeno que, naquela língua, é denominado “Efeito Teto de Cristal”. Mediante a análise de um modelo incerto para o período entre 1984 e 2010, aponta, de forma descritiva, as possíveis razões pelas quais as mulheres têm dificuldade para atingir os cargos de direção.

Já o trabalho ao qual se teve acesso na íntegra, de Madolozzo (2011), já foi citado neste estudo, pois aborda dois dos descritores analisados, quais sejam, “Mulher + Teto de

Vidro” e “Mulher + Atuação Profissional”. Com esse seu estudo, Madolozzo demonstrou que o aumento significativo da participação feminina na força de trabalho não impediu as diferenças com relação aos salários e à desigualdade de tratamento nas promoções com relação ao gênero.

Assim, dos 54 trabalhos encontrados na base de dados eletrônica do SciELO, apenas 14 deles apresentam como foco de pesquisa a temática deste estudo, sendo que, entretanto, a maior parte deles, ou seja, mais de 70% desses trabalhos não se apresentavam relevantes para esta pesquisa.

2.8.3 Publicações do banco de teses e dissertações da CAPES

No banco de teses e dissertações da CAPES, as atividades de busca ocorreram entre os meses de junho e julho de 2017, tendo a seleção sido apoiada nos resumos das teses e das dissertações disponíveis *on-line*. Como nos demais banco de dados, a busca se deu a partir dos descritores “Mulher + Atuação Profissional”, “Mulher + Relações de Gênero”, “Mulher + Divisão Sexual do Trabalho” e “Mulher + Teto de Vidro”. Ao inserir os descritores surgiu uma infinidade de trabalhos. Assim, para garantir uma maior precisão na análise e na interpretação de dados coletados, optou-se por utilizar algumas técnicas de filtros, sendo os trabalhos refinados por idioma (português) e grande área de conhecimento (Ciências Humanas). O recorte temporal se deu entre os anos 2013 a 2016, salvo o caso do descritor “Mulher + Teto de Vidro”, que detectou trabalhos de 2010, e o caso do descritor “Mulher + Divisão Sexual do Trabalho”, que foi refinado também por área de conhecimento (Educação).

Os dados obtidos, de acordo com o ano e quantidade de teses e de dissertações defendidas, no banco de teses e de dissertações da CAPES, são evidenciados por meio da Tabela 3.

Tabela 3 – Dissertações e teses / ano de defesa e quantidade – CAPES entre 2010 a 2016.

Ano de Defesa	Mulher + Atuação Profissional	Mulher + Relações de Gênero	Mulher + Divisão Sexual do Trabalho	Mulher + Teto de Vidro
2010	-	-	-	04
2013	67	61	68	10
2014	72	56	58	07
2015	72	53	60	09
2016	99	50	73	05
Total	310	220	259	35

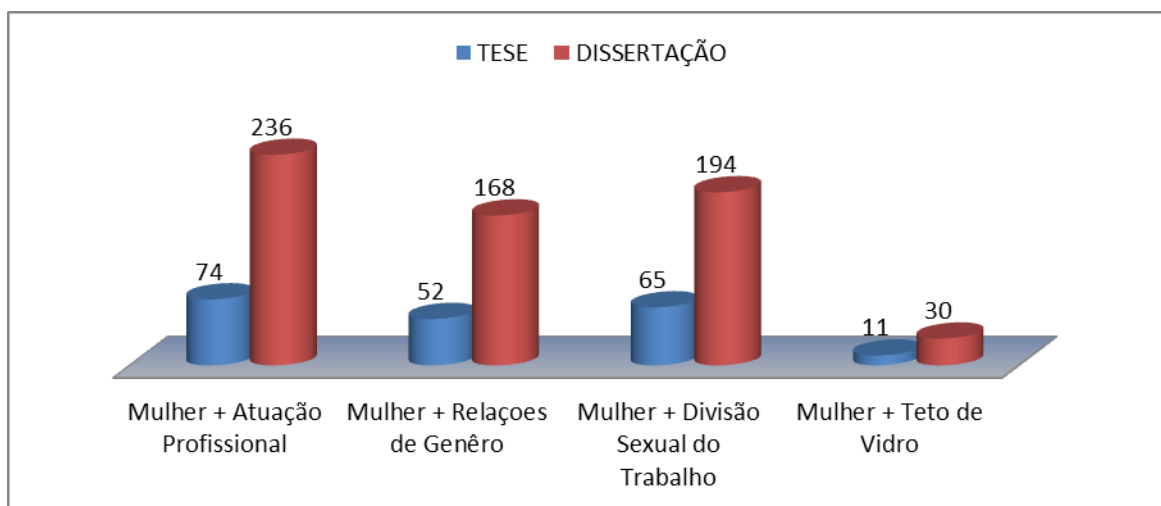
Fonte: Corrêa-Silva (2017).

Ao registrar a produção/ano no que se refere ao descritor “Mulher + Atuação Profissional”, foram encontrados 310 trabalhos, percebendo-se que, entre os anos de 2013 a 2015, existiu uma tendência oscilante entre a quantidade de defesas efetivadas. Já no ano de 2016 houve um considerável aumento no número de dissertações e de teses defendidas, ou seja, na última década ocorreu um crescimento de 27% das pesquisas relacionadas a esse descritor.

Quanto ao descritor “Mulher + Relações de Gênero”, a tendência foi diminuir o número de trabalhos no decorrer dos anos, passando de 61 trabalhos em 2013 a 50 trabalhos em 2016, o que corresponde a uma queda 16% das publicações. Logo, as pesquisas que se referem ao descritor “Mulher + Divisão Sexual do Trabalho” têm tido variação de quantidade no decorrer dos anos, havendo 68 em 2013, diminuindo para 58 em 2014, depois aumentando novamente para 73 em 2016, resultando em um total de 259 trabalhos encontrados.

No que concerne ao descritor “Mulher + Teto de Vidro”, foram encontrados 35 trabalhos com data de publicação entre 2010 e 2016. O Gráfico 7 representa o resultado do levantamento das dissertações e das teses defendidas nesse período.

Gráfico 7 – Levantamento das teses e das dissertações – CAPES, entre 2010 a 2016.



Fonte: Corrêa-Silva (2017).

Assim como aconteceu na biblioteca eletrônica da SciELO, também na CAPES, entre os 310 trabalhos encontrados, apesar de conterem o descritor, nem todos estavam diretamente relacionados a essa proposta de estudo. Chegou-se a essa conclusão após realizar uma leitura flutuante dos trabalhos encontrados. Laurence Bardin (1977) salienta que a leitura flutuante se caracteriza pela atividade que objetiva gerar impressões iniciais acerca do material a ser analisado. Foram então realizadas leituras de todas as unidades do material reunido, a fim de

captar de forma geral as principais ideias. Feito isso, foram selecionados dois resumos, sendo de uma tese de doutoramento e de uma dissertação de mestrado, pertinentes ao descritor “Mulher + Atuação Profissional”.

O primeiro resumo, relativo a uma dissertação de mestrado defendida por Maria Aparecida Casagrande (2013), intitulada "Mulheres Policiais: formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977)", discute sobre o processo de formação das primeiras mulheres na mencionada instituição, isso no período de 1967 a 1977, bem como suas trajetórias profissionais ao longo da carreira policial.

O segundo resumo, relativo a uma tese de doutorado defendida por Renata Pascoti Zuzzi (2016) com o título de “Gênero na Formação de Professores/as de Educação Física: da escolha à atuação profissional”, reflete sobre até que ponto a Educação Física se relaciona com ideais de feminilidade e de masculinidade e como transcorre a formação acadêmica e se estabiliza essa ideia de ocupação profissional, seja perante a família, seja no próprio âmbito dos graus de ensino.

Quanto ao descritor “Mulher + Relações de Gênero”, entre os 220 trabalhos encontrados, foram selecionados 15 que aludiam à temática, sendo 13 dissertações e 2 teses. Entre esses 15 trabalhos, 9 continham o descritor “Relações de Gênero” entre as palavras-chave. Esses nove trabalhos tratam das relações de gênero em diferentes situações, entre elas o processo de formação, de relações de gênero e poder, de relações de gênero e a participação da mulher na política, de relações de trabalho e educação, de análise das diferenças e semelhanças entre homens e mulheres na busca da formação profissional, de algumas rupturas das relações de gênero e de violência de gênero. Alguns trabalhos ainda articulam os descritores “Relações de Gênero” e “Divisão Sexual do Trabalho”, enquanto outros problematizam as relações de gênero embasados em uma mistura de atravessamentos sociais históricos e culturais.

No que diz respeito ao descritor “Mulher + Divisão Sexual do Trabalho”, foram encontrados trabalhos sob diversos pontos de vistas, no entanto somente um deles foi considerado bastante relevante para a temática estudada, pois apresenta aspectos consoantes a este estudo. Trata-se da dissertação de Mayra Rachel da Silva (2013), com o título de “Canteiro de Obras, Lugar de Mulher? Um estudo sobre as relações de gênero e trabalho no âmbito da construção civil de Fortaleza/CE”. Como consta do título, o estudo discute acerca de mulheres inseridas no setor da construção civil, considerado um mercado que anteriormente era preenchido exclusivamente por homens.

Sobre o descritor “Mulher + Teto de Vidro” surgiram 45 resultados, no entanto a

grande maioria não estava disponível em detalhes, pois foi defendida anteriormente à existência da Plataforma Sucupira (ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação – SNPG. Dessa maneira, foram selecionados 14 trabalhos, sendo que apenas um continha o descritor “Teto de Vidro” em suas palavras-chave, evidenciando um aspecto importante desta busca, o de que a grande maioria desses trabalhos era de programas da área de administração.

Entre os trabalhos selecionados, havia predominância para a inserção e ascensão das mulheres no mercado de trabalho, na carreira acadêmica, na política, em posições de gestão, na academia de polícia, na ciência. Tais estudos analisam os atributos e os comportamentos mais adequados para cada gênero, as facilidades e dificuldades encontradas por mulheres profissionais. Alguns verificaram as barreiras que dificultam a ascensão profissional das mulheres, outros mostravam o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, entre outros tópicos. Torna-se importante apontar aqui as dificuldades encontradas referentes aos distintos modos de apresentação dos resumos no banco de teses e de dissertações da CAPES, visto que alguns não se apresentavam bem organizados e nem todos os trabalhos catalogados possuíam os dados completos ou claros, impedindo a compreensão de informações mais específicas.

2.8.4 Considerações sobre as buscas em bases de dados

Ao analisar a produção escrita, percorrendo a trajetória do conhecimento sobre tema da Mulher e a Atuação Profissional, Relações de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e o Fenômeno Teto de Vidro, entende-se que o aumento de pesquisas relacionadas à temática vem contribuindo para reflexões mais profundas sobre essas questões envolvendo mulher, gênero e trabalho.

Ao percorrer a trajetória do conhecimento no banco de dados da ANPED, da SciELO e da CAPES não se obteve acesso a todos os trabalhos na íntegra, pois muitos estavam à disposição apenas na parte dos resumos e, também, porque havia aqueles resumos com informações insuficientes e, às vezes, impertinentes às necessidades da pesquisa. Entretanto, Norma Sandra Ferreira (2002, p. 268) acredita que:

Ao lidarmos com um conjunto de resumos de certa área do conhecimento, buscando identificar determinadas marcas de convencionalidade deste gênero discursivo, podemos constatar que eles cumprem a finalidade que lhes está prevista em catálogos produzidos na esfera acadêmica: informam ao leitor, de maneira rápida, sucinta e objetiva sobre o trabalho do qual se originam.

Assim, portanto, por meio da leitura de cada resumo pertinente à temática estudada, buscou-se identificar aspectos relevantes sobre o tema pesquisado, visto que, conforme Ferreira (2002), a alternativa de leitura de uma história pelo resumo não pode ser considerada a única, muito menos a mais verdadeira e correta, mas aquela argumentada pelo pesquisador. Entende-se que o fato de se ter acesso apenas aos resumos dos trabalhos não prejudicou o presente estudo, pois não foram considerados a metodologia, instrumentos e resultados das pesquisas. Neste momento, o maior interesse estava em analisar o quanto esses trabalhos apontavam interesse e iniciativa em relação ao tema da Mulher e Atuação Profissional, Relações de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e o Fenômeno Teto de Vidro.

O conjunto de pesquisas analisadas também possibilitou perceber que a participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo ano após ano, isso paralelamente ao fato de que as mulheres são maioria nas funções ainda consideradas femininas e com menor remuneração. Diferentemente, no que se refere às ocupações de maior prestígio e remuneração, as mulheres são minoria e existem muitas barreiras que precisam ser quebradas para uma realidade de equidade nesse âmbito. Ainda assim, a boa notícia é que houve inúmeros avanços no que se refere à inserção, à permanência e à ascensão das mulheres no mercado de trabalho.

3 METODOLOGIA

Diante da abordagem teórica apresentada, torna-se necessário esclarecer sobre o encaminhamento metodológico relativo à pesquisa de campo, a qual abrange os seguintes tópicos: objetivos que se dividem em geral e específicos; problematização; caracterização da pesquisa; local ou campo de estudo; participantes da pesquisa; instrumentos; procedimentos; análise dos dados. Cada um desses itens é apresentado na sequência para, posteriormente⁶, apresentar os resultados da pesquisa e realizar a discussão ou análise interpretativa dos dados coletados.

3.1 Objetivos

3.1.1 Objetivo geral:

A pesquisa tem o objetivo de identificar as representações sociais que mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas concebem sobre a própria atuação profissional, bem como sobre as relações de gênero na área da educação e sobre a divisão sexual do trabalho.

3.1.2 3.1.2 Objetivos específicos:

Para conseguir identificar as representações sociais de mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e alcançaram funções de alto nível, no caso em universidades públicas, estão previstos os seguintes objetivos mais específicos:

- descrever a trajetória profissional de mulheres que conseguiram alcançar funções de nível elevado no âmbito das universidades públicas de Mato Grosso do Sul;
- destacar o perfil profissional das mulheres entrevistadas e principais desafios vivenciados por elas no exercício da função de alto nível e
- analisar as representações sociais predominantes diante da experiência de atuar profissionalmente na área da educação, mas em função que poucas mulheres conseguiram atingir.

⁶ Para a banca de qualificação foi feita a pesquisa bibliográfica e apresentado o encaminhamento metodológico que será utilizado para a pesquisa de campo. Assim, o tempo verbal está no futuro, tendo em vista que ainda será realizada a pesquisa de campo e, posteriormente, apresentados os resultados da pesquisa.

3.2 Problematização

A problemática que norteia a presente pesquisa está relacionada com a busca de possíveis respostas para as seguintes indagações que aqui se caracterizam como as questões norteadoras:

- Quais são as representações sociais predominantes, entre as mulheres que atingiram funções de alto nível em universidades públicas do Mato Grosso do Sul, a respeito da sua atuação profissional, das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho?
- Como se desenvolveu a trajetória profissional de mulheres que conseguiram alcançar funções de nível elevado no âmbito das universidades públicas de Mato Grosso do Sul? e
- Qual é o perfil profissional dessas mulheres e quais são os desafios vivenciados por elas na trajetória de trabalho?

3.3 Caracterização e Linha de Pesquisa

Para tentar compreender toda a dinâmica que envolve as representações sociais acerca da atuação profissional, das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho de mulheres que alcançaram nível elevado na carreira educacional, fez-se a opção pela realização de uma pesquisa de natureza qualitativa, por se tratar de um tipo de investigação científica que busca entender um fenômeno específico em profundidade e trabalhar com descrições, comparações e interpretações dos dados coletados.

Para Minayo (2001, p. 2), “A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Já Gunther (2006, p. 204) profere que tais autores consideram o estudo de caso como o “[...] ponto de partida ou elemento essencial da pesquisa qualitativa. Em ambas as publicações, ressalta-se o princípio da abertura”.

Sendo assim, quanto à modalidade de pesquisa, prioriza-se a realização de estudo de caso. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que abrange tudo em abordagens específicas de coletas de dados, sendo útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Trata-se de um estudo empírico que conta com as entrevistas como uma das fontes de informação mais importantes, porque é através delas que os entrevistados vão expressar as suas opiniões sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações.

No que se refere à linha de pesquisa do PPGE/CPAN/UFMS, o presente estudo se

encontra vinculado à Linha de Pesquisa 3, intitulada “Gênero e Sexualidades, Cultura, Educação e Saúde”, por abordar a temática de gênero feminino no âmbito da educação escolar, mais especificamente, a temática da atuação feminina nas funções de reitor e de pró-reitor de universidades públicas de Mato Grosso do Sul.

3.4 Local ou Campo de Estudo

Os estudos sobre a mulher e o trabalho constituem um campo fértil e amplo para entender as relações de gênero. Para esta proposta de pesquisa optou-se, por isso, por delimitar o estudo ao âmbito das universidades públicas do Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS e à Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

A princípio, a intenção era incluir, como *locus* de pesquisa, também o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS, por se tratar de uma instituição pública do ensino superior no estado e por contar com a presença de mulheres que exercem ou já exerceram cargos de reitor ou de pró-reitor. Mesmo assim, no entanto, após contato e dificuldades diversas, por algumas dessas mulheres já não residirem mais em MS ou pela falta de disponibilidade de horário para a entrevista, entre outros motivos, foi feita a opção por realizar as entrevistas apenas com mulheres que atuam ou já atuam em cargos elevados na UEMS, na UFGD e na UFMS.

Considera-se importante analisar as peculiaridades desse contexto, visto que a carreira profissional na área da educação evolui de forma ascendente, de acordo com a titulação e o tempo de serviço, independentemente de sexo e de gênero. Diferentemente, porém – como já anunciado neste trabalho –, nos cargos de gestão, em que há maior prestígio e remuneração, como é o caso dos cargos de pró-reitor e de reitor, por exemplo, normalmente são mais ocupadas por homens.

Conforme Gonçalves (2009) e Rabelo (2010), na atualidade, embora seja possível perceber que existe a predominância de mulheres que atuam na área da educação, os cargos mais elevados e de maior remuneração costumam ser ocupados por homens. Isso constatado, existem, no entanto, algumas mulheres que ultrapassam o “teto de vidro” e conseguem alcançar as funções de alto nível, chegando a se tornarem pró-reitoras ou até mesmo reitoras de universidades públicas.

3.5 Participantes da Pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada com cinco mulheres que conseguiram alcançar funções de alto nível na carreira em âmbito educacional, mais especificamente em universidades públicas no estado de Mato Grosso do Sul. A escolha da amostragem se deu de forma intencional, visto que são poucas as mulheres que conseguiram atingir níveis elevados e atuar em funções que são mais frequentemente desempenhadas por homens. Assim, foram considerados os seguintes critérios para a escolha das participantes da pesquisa:

- ser do gênero feminino;
- atuar ou ter atuado profissionalmente em universidades públicas de Mato Grosso do Sul, especificamente na UEMS, UFGD e UFMS e
- ter atuado em cargos elevados, de maior prestígio, preferencialmente em pró-reitorias e reitorias, os quais são mais frequentemente ocupados por homens.

3.6 Instrumentos para a Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa de campo foi feita a opção por realizar entrevistas a partir de um roteiro semiestruturado de questões, conforme Apêndice A, por se entender que essa opção melhor atenderia ao objetivo proposto de analisar as representações sociais e trajetória profissional de mulheres que conseguiram alcançar funções de nível elevado no âmbito das universidades públicas de Mato Grosso do Sul. Para Augusto Nivaldo Silva Triviños (1987, p. 152), esse tipo de entrevista – comumente denominada "entrevista semiestruturada" – mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e ainda “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]”.

Dessa forma, o roteiro de entrevista foi elaborado a partir dos estudos bibliográficos, tendo em vista também os objetivos da pesquisa, com a intenção de possibilitar condições para que as participantes pudessem expressar, com clareza e liberdade, as suas representações sociais e experiências relativas à atuação em funções de reitor e de pró-reitor em universidades públicas. Para Álvaro Francisco de Britto Júnior e Nazir Feres Júnior (2011, p. 237), “[...] a entrevista é uma das técnicas mais utilizadas, atualmente, em trabalhos científicos. Ela permite ao pesquisador extrair uma quantidade muito grande de dados e informações que possibilitam um trabalho bastante rico”.

Para a realização da coleta de dados foram, inicialmente, feitos contatos com as próprias mulheres ou suas assessorias, via telefone e/ou e-mail, a fim de obter a autorização formal para a realização da pesquisa. Assim, foi possível agendar data, horário e local que fossem mais adequados para as participantes e as entrevistas foram gravadas em seus ambientes de trabalho ou em suas próprias residências. Após a gravação das entrevistas, foram feitas as transcrições dos dados, sistematização e análise, originando nos resultados da presente pesquisa.

3.7 Análise dos Dados Coletados

Após a realização da entrevista com cada uma das mulheres – com a devida gravação em áudio –, os dados transcritos foram sistematizados em forma de categorias e então discutidos segundo a perspectiva da análise de conteúdos proposta por Bardin (1977). Segundo essa pesquisadora francesa, a análise de conteúdo consiste em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A intenção da análise de conteúdos é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), interferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não. (BARDIN, 1977, p. 38).

Diante da constatação da autora, pode-se entender que, por meio de análise de conteúdo, os documentos são estudados e analisados de forma minuciosa, pois a técnica possibilita que se faça a interpretação do que está por trás dos discursos, ou seja, as motivações, os desejos, entre outras características. Com essa técnica foi, então, possível buscar dar respostas à problemática que motivou a pesquisa, permitindo assim uma melhor compreensão acerca das representações sociais de mulheres que ultrapassaram o “teto de vidro” e alcançaram nível elevado na carreira.

3.8 Procedimentos para a Realização da Pesquisa

Para a realização da pesquisa que resultou nesta elaboração de dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do *Campus* do Pantanal, foram consideradas cinco etapas, sendo elas:

Primeira etapa: Elaboração do projeto de pesquisa e submissão do projeto finalizado para ser avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, tendo recebido o número de

Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE 75893417.8.0000.0021, conforme o Anexo A.

Segunda etapa: Levantamento bibliográfico a partir de autores relacionados ao tema e à metodologia da pesquisa, bem como realização de levantamento em base de dados como a ANPED, a CAPES e a SciELO.

Terceira etapa: Seleção das cinco mulheres a serem investigadas e elaboração do roteiro semiestruturado para as entrevistas.

Quarta etapa: Contato com as assessorias, ou diretamente com cada mulher que participaria da pesquisa, para agendamento de horário e obtenção de autorização formal para a realização da coleta de dados, conforme Apêndices B e C.

Quinta etapa: Gravação, em áudio, de entrevista individualizada com cada mulher selecionada, mais anotações gráficas em relação a cada entrevista.

Sexta etapa: Transcrição das entrevistas, revisão do material coletado, com a sistematização e análise dos dados, resultando na elaboração da dissertação de mestrado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já exposto em alguns momentos ao longo desta pesquisa, de um contexto histórico para outro contexto diferente, também as respectivas sociedades percebiam diferentemente o comportamento feminino e assim foram sendo construídas as mais variadas representações sociais inerentes às mulheres nessas sociedades, mas com a persistência generalizada de certas concepções de inferioridade e de submissão das mulheres em relação aos homens. Ao longo da história, trata-se de discursos que reconheciam como sendo “natural” haver diferenças entres os sexos feminino e masculino, naturalização essa que então influenciava decisivamente a elaboração de códigos, de leis e de normas de conduta, justificando a situação de inferioridade em que o sexo feminino foi colocado. Conforme sinaliza Losandro Antônio Tedeschi (2008, p. 123):

Assim, a desigualdade de gênero passa a ter um caráter universal, construído e reconstruído numa teia de significados produzidos por vários discursos, como a filosofia, a religião, educação, o direito, etc. perpetuando-se através da história, e legitimando-se sob seu tempo.

Os dados obtidos neste estudo permitiram apreender conteúdos significativos das representações sociais de mulheres que ultrapassaram o teto de vidro e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas no Mato Grosso do Sul acerca da própria atuação profissional, bem como permitiram compreender as relações de gênero na educação e a divisão sexual do trabalho nesse universo profissional.

A análise dos relatos das mulheres que alcançaram nível elevado em campo educacional revelou a presença de quatro categorias de organização das representações sociais: i) perfil das participantes da pesquisa, ii) trajetória profissional de sucesso, iii) topo de carreira: perdas e ganhos e iv) relações de gênero e poder, conforme apresentados na sequência.

4.1 Perfil das Participantes da Pesquisa

Como posto em outros momentos desta pesquisa, o principal objetivo deste estudo consiste em identificar as representações sociais de mulheres que conseguiram ultrapassar o teto de vidro e alcançaram funções de alto nível. Isto posto, a pesquisa de campo foi realizada, como já acima informado, com cinco mulheres que conseguiram alcançar funções

de alto nível na carreira em âmbito educacional, mais especificamente em universidades públicas no Mato Grosso do Sul. Sendo assim, por se tratar de mulheres públicas, optou-se por não revelar os nomes, nem utilizar pseudônimos, sendo elas tratadas tão somente pelo termo "entrevistada", mediante as abreviações seguintes: ENT. 1, ENT. 2, ENT. 3, ENT. 4 e ENT. 5.

Como já informado, foram cinco as entrevistadas do estudo, todas tendo alcançado cargo de nível elevado na educação, tendo atuado ou estando na ativa em cargo de pró-reitor ou de reitor em universidade pública. A faixa etária das entrevistadas variou entre 54 e 69 anos, sendo que três delas são casadas e com filhos, uma delas é viúva e não têm filhos, e a outra é divorciada e tem filhos. Todas moram no Mato Grosso do Sul.

Todas possuem formação universitária, de áreas distintas, sendo da Físico-Química, da Geologia, da Pedagogia e de Ciências Contábeis. Uma delas possui pós-doutorado e outras duas possuem doutorado. As demais fizeram várias especializações nas suas respectivas áreas de atuação.

A pesquisa como já informado seguiu um roteiro semiestruturado para orientar as entrevistas. Assim, com essa orientação, algumas perguntas puderam ser acrescentadas ao roteiro a cada entrevista no intuito de auxiliar a pesquisadora a extrair o máximo possível de informações para um bom entendimento do fenômeno estudado. Importante é destacar também que, além da comunicação verbal, foram analisados também elementos da comunicação não verbal observados nas entrevistas, isso como forma de evidenciar e reforçar sentidos e sentimentos.

4.2 Trajetória Profissional de Sucesso

Esta categoria de organização das representações sociais apresenta a descrição elaborada pelas mulheres acerca de sua vida e ascensão no mundo do trabalho, descrição essa organizada em torno da “formação” e “trajetória profissional”.

Em comum, as entrevistadas apresentam relatos com características similares de recordações marcantes da infância, mencionando desde uma infância típica de cidade do interior cercada de brincadeiras até as dificuldades encontradas na época para estudar.

A minha infância foi uma infância bastante movimentada, principalmente pelas brincadeiras de faz de conta, a questão de batizados de bonecas, fazer comidinha, brincar de comadre, brincar de professora, ter realizado muitos teatros (ENT. 1).

[...] aquilo que eu vivi, meus filhos não vive hoje, brincar de amarelinha, de corda, pique-esconde, coisas que a juventude de hoje não tem, televisão não era uma coisa que chegava fácil assim lá no interior e todos já tinham, quando eu fui ver televisão eu já tinha uns dez anos de idade, então a minha infância foi uma infância muito pura, uma infância de cidadezinha de interior de Minas Gerais” (ENT. 2).

Meu pai era uma pessoa que ele não tinha uma escolaridade mais alta, mas tinha um compromisso com a educação muito sério ele tinha assim, uma tradição europeia, ele é descendente de alemães e a minha mãe, de italianos, e eles sempre exigiam de nós todos, nós éramos em 5 irmãos, que o nosso dever era estudar, então a gente estava lá pra estudar (ENT. 4).

O meu pai sempre comprava revistas para eu e meus irmãos poder manter a leitura em dia, e todo fim do mês, nos ganhávamos a coleção da revista Nosso Amiguinho, que chegava pelos correios, e isso foi uma questão muito marcante na minha infância (ENT. 1).

A partir dos relatos das entrevistadas, podem ser identificados os jogos e as brincadeiras tradicionais como parte importante de suas infâncias, como sinaliza Tizuko Morchida Kischimoto (2014, p. 42):

A brincadeira tradicional infantil, filiada ao folclore, incorpora a mentalidade popular, expressando-se, sobretudo, pela oralidade. Considerada como parte da cultura popular, essa modalidade de brincadeira guarda a produção espiritual de um povo em certo período histórico.

Percebe-se que as imagens da infância reorganizada pelas entrevistadas estão associadas a uma dupla ação: de um lado, ela está unida a todo um contexto de valores de um dado momento histórico, e, de outro, depende de suas próprias percepções, que absorvem memórias de seu tempo de criança.

Kishimoto (2014, p. 22) afirma ainda que: “Assim, se a imagem de infância reflete o contexto atual, ela é carregada, também, de uma visão idealizada do passado do adulto, que contempla sua própria infância”. A infância expressada pelas entrevistadas contém a realidade de suas vidas, com seus valores, modos de pensar e agir.

Unanimemente este momento da entrevista foi marcado por muita emoção, algumas das entrevistadas não conseguiram conter as lágrimas. O tempo período da criança foi relatado com muito carinho e bastante saudade, não sendo em nenhum momento encarado por elas de uma maneira trivial, e sim como acontecimentos importantes que ficaram registrado em suas memórias. A impressão que se teve foi que o acesso às lembranças da infância emocionaram muito as entrevistadas permitindo a pesquisadora enxergar além de todas as fachadas e defesas, chegando ao fundo do que elas realmente são.

No entanto, este momento da entrevista também revela algumas particularidades do que vem se discutindo ao longo deste estudo, no que se refere ao espaço conferido à mulher, revelando a repressão e a submissão às quais as meninas estavam sujeitas por práticas de

contenção que impunham modos de ser e comportar-se para homens e mulheres. Isto fica claro na fala da ENT. 1, quando se refere às brincadeiras de sua infância: “A minha infância foi uma infância bastante movimentada, principalmente pelas brincadeiras de faz de conta, a questão de batizados de bonecas, fazer comidinha, brincar de comadre, brincar de professora...”.

Entende-se aqui que os modelos de brincadeiras femininas preconizavam a preparação das meninas para o casamento, o trabalho das lides domésticas, o que vem confirmar o que se tem discutido, ao longo deste estudo, quanto ao papel da mulher na sociedade de dados momentos históricos, ou seja, o espaço privado de cuidados com a casa e com os filhos. Corroborando com tais pressupostos, Magda Carmelita Sarat e Maria Izabel Campos (2008) mencionam que as brincadeiras de meninas remetem ao ambiente doméstico, com bonecas, móveis, panelinhas e também Marcos Ribeiro (1996, p. 27) afirma que a menina costuma ser “[...] criada como um ser dócil, meigo, emotivo e ‘bem-comportado’ [...] não é à toa que as meninas são criadas para brincar de casinha e comidinha e de fazer ninar o filho: delas é esperado que, ao crescerem, reproduzam essas brincadeiras sendo mães e donas de casa”.

Dessa forma, a ENT. 1 ao indicar ‘casinha’, comidinha/panelinha’, batizado de boneca, reforça a ideia de que a mulher deve ser responsável pelo ambiente doméstico e pelo cuidado com os filhos. Esses comportamentos, com seus sinais e atitudes produzem referências que “[...] fazem sentido no interior da cultura e que definem (pelo menos momentaneamente) quem é o sujeito” (LOURO 2001, p. 83). Eles produzem marcas que propiciam o reconhecimento do indivíduo como pertencente ou não ao masculino e ao feminino. Desta maneira, evidencia-se que a cultura é quem vai indicar quais símbolos serão reconhecidos como pertencentes ao masculino ou ao feminino, como analisa Louro (2001, p. 11):

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade – das formas de expressar os desejos e prazeres – também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade.

Existe todo um aparato para conformar os indivíduos a um modo masculino ou feminino de vivenciar a sexualidade. Nosso grupo social (família, escola, amigos, religião, leis mídia, médicos) emprega recursos múltiplos e repetitivos para “[...] garantir a coerência e a permanência da norma”. (LOURO, 2001 p. 82).

É importante mencionar que as representações de gênero aqui estão organizadas no processo interno das práticas diárias das entrevistadas, sucedendo-se por meio do agrupamento das estruturas do mundo social do qual elas participavam no decorrer de suas vivências. Assim, as mulheres que alcançaram nível elevado na carreira em educação associam esquemas classificatórios que compõem o processo de construção de suas próprias representações.

Por conseguinte, no contexto geral dessa discussão, é possível dizer que as identidades são complexas, não são fixas e estão sempre em processo, sendo reposicionadas e constituídas dentro da representação, visto que outro ponto importante das falas das entrevistadas referiu-se ao mérito dado aos estudos desde a infância, enfatizando por meio de seus relatos, a importância do comprometimento da família, assim como de bons professores para a sua formação.

Eu entrei com seis anos na primeira série do Ensino Fundamental, então tive um professor do ensino público, e nessa época ainda nós tínhamos muitos bons professores no ensino público. Então eu tive muito incentivo à leitura, muita vivência com cultura, atividades culturais, teatro, dentro do ensino fundamental (ENT. 3).

[...] meu pai alfabetizar os amigos dele e a minha mãe também, e meu pai teve ajuda de outros professores que eram vizinhos que ajudavam na alfabetização dos ferroviários e ela tinha um sonho de votar, ela conseguiu tirar o título de eleitor, ela conseguiu votar e fazer as demais coisas que era impossibilitada de realizar quando não era alfabetizada (ENT. 1).

Pessoas marcantes na minha vida, meu pai, minha mãe e meus irmãos, eu sou uma filha, uma irmã muito ligada à família... Meus professores também foram marcantes na minha vida. Um deles era um padre professor, era uma grande referência de escola, um grande líder religioso e um grande homem da filosofia. Eu tive uma professora poetisa e escritora. Eu tive grandes professores no magistério, tanto no nível médio quanto na Universidade Federal, quando eu fiz Pedagogia, e sempre que eu assistia às aulas, eu ficava olhando, observando e com vontade de um dia estar ali na frente sendo uma professora da universidade (ENT. 1).

Eu tinha uma professora que se chamava irmã Maria de Lurdes. Eu estudava em um colégio normal das freiras. Só tinha mulher nas salas de aula e a minha professora irmã Maria de Lurdes me convidou até pra ser freira, e eu quis, mas minha mãe não deixou de jeito nenhum. E tinha a professora Nair, que também era a irmã Nair (ENT. 2).

Como já mencionado, a faixa etária das entrevistadas variava entre 54 a 69 anos. Como algumas delas mesmo relataram, viveram em um tempo em que, “supostamente”, era mais difícil o acesso à educação formal, conforme relata a ENT. 3: “Para nós era difícil estudar, então nós tivemos que enfrentar ter que mudar da fazenda para a cidade, para o interior de São Paulo”.

Compreende-se que as relações positivas, o incentivo da família e bons professores constituíram mola propulsora de desenvolvimento para a trajetória acadêmica das entrevistadas. Os pais exerceram papel fundamental na educação das entrevistadas e para uma

delas, o pai foi a principal referência em sua formação: “Quando teve o primeiro curso do MOBREAL, meu pai se interessou e me convidou, eu já estava fazendo o ginásio, então ele me convidou para ir fazer o curso com ele e eu fui, porque a nossa casa foi sede do MOBREAL” (ENT. 1).

Constata-se ainda que na educação escolar das entrevistadas, o interesse dos pais pelas atividades escolares, pelas descobertas e a aquisições de conhecimento manteve o entusiasmo delas pelos estudos e serviu de estímulo para elas a querer sempre aprender mais. Para Teresa Cristina Rego (2003), a família e a escola repartem funções sociais, educacionais e políticas na proporção em que influenciam e auxiliam a formação do cidadão. Também Maria Auxiliadora Dessen e Ana da Costa Polonia (2007, p. 22) mencionam que tanto família, quanto a escola “[...] emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras de seu crescimento físico, intelectual, emocional e social”.

Outro fato interessante percebido é que duas das entrevistadas citaram religiosos (padres e freiras) como pessoas importantes em sua formação escolar. Uma delas afirmou que estudou em um colégio de freiras e que a possibilidade de se tornar freira passou por sua cabeça, mas sua mãe não deixou.

Essa relação escola, Igreja e educação feminina fazia parte das crenças ilusórias que o imaginário republicano brasileiro tramou e que se estendeu ao século XX. A destinação vocacionada feminina para educar a infância, ancorado no potencial de redenção pela pureza e amor ao próximo, atributos dos quais as mulheres eram/são possuidoras, teve como efeito maximizar a importância feminina na educação. A mulher era chamada a moralizar os costumes da sociedade e a responsabilidade de guiar a criança, com isso contribuir para a civilidade da população e o progresso econômico e social do Brasil, conforme Jane Soares de Almeida (2006).

Segundo Calil de Siqueira Gomes e Jane Soares de Almeida (2014), os colégios religiosos tinham caráter privado, e não possibilitavam o acesso às camadas desfavorecidas da sociedade, exceto aquelas que conseguiam bolsa. É válido ressaltar que o governo fornecia algumas bolsas, e algumas congregações religiosas tinham como um dos carismas ajudar os pobres. O grande desafio das escolas religiosas era “[...] desabrochar nas educandas qualidades essenciais à mulher, oferecendo às alunas um aparato de conhecimentos que a sociedade patriarcal considerava pertinente e apropriado para as meninas e moças das classes sociais economicamente mais abastadas”. (GOMES; ALMEIDA, 2014, p. 172).

Para Almeida (2006), o modelo padrão de mulher, criado desde meados do século XIX, retirado dos arquétipos do Cristianismo, exaltavam a cultura vigente, indicando formas de comportamento em que se estipulam virtudes femininas, como castidade e abnegação. Então, acaba-se “[...] forjando 62 uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade, na qual o perigo era principalmente representado pela sexualidade” (GOMES; ALMEIDA, 2014, p. 68). De forma semelhante, Louro (2013) descreve com detalhes quais eram os requisitos básicos para uma mulher aceitável e de virtudes para a sociedade.

Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, 2013, p. 447).

Finalmente, o destino da mulher no Brasil, no século XX, já estava posto. Nesse período, grande parte da população ainda era constituída por moradores da zona rural e analfabetos, como foi falado pelas entrevistadas, pois uma delas comentou o fato de ter que deixar a fazenda e vir para a cidade estudar e outra relatou que a mãe que foi alfabetizada pelo pai.

Não cabe a este estudo entrar no mérito da questão, o que vem se discutindo nesta pesquisa são representações sociais das entrevistadas, assim como já foi exposto historicamente, a mulher tem sido representada com determinadas características, construídas socialmente em contextos que produzem e reproduzem múltiplas relações de poder. Sob essa ótica, entende-se que ser mulher é ter o destino traçado para a maternidade, o professorado, e vários outros campos que exigem o instinto maternal.

Louro (2014) ajuda a pensar a questão da representação feminina ao longo da história quando afirma que a mesma foi delineada, com seus modos e traços, através de discursos sociais que produzem e reproduzem as representações que fazem sentido para os sujeitos ou um grupo, considerando seu contexto histórico. Portanto, deve-se atentar para como “[...] as representações produzem sentidos, quais seus efeitos sobre os sujeitos, como elas constroem o real”. (LOURO, 2014, p. 103).

Nesse contexto, faz-se a utilização deste recorte para realçar o caráter prático da formação feminina, sendo que as mulheres entrevistadas tão pouco escaparam dessa representação que conferiam a mulher papéis sociais de esposa e mãe.

Ao refletirem sobre a perspectiva que tinham em relação à carreira profissional, as entrevistadas apontam muitos obstáculos que tiveram que ser vencidos, entre eles a desigualdade e o preconceito.

Eu não tinha perspectiva, qual que era a minha perspectiva, casar com um rapaz da região ali ou ser professora do grupo escolar, e eu tinha sonhos, meu sonho era ser psicóloga, e eu tinha um namoradinho, um cara que, assim, sabe aquele menino bonitinho da cidade, mas que pensava como menino do interior. Eu falava pra ele que tinha o sonho de ser psicóloga e ele falava assim: 'Mulher minha não pode ser psicóloga, que coisa é essa, mulher minha tem que trabalhar em casa!' (ENT. 2).

A nossa condição econômica e social daquele período, no término década de sessenta, era uma condição em que a mulher era preparada apenas para se casar, as famílias que tinham essa questão econômica (classe média baixa), que era a minha situação, preparavam as suas filhas para se casar (ENT. 1).

O meu primeiro trabalho foi como telefonista e como radialista, dois campos ligados à área da comunicação. Eu gosto muito de falar. Comecei como técnica de som e logo eu me ascendi pro campo de locutora. Fiquei pouco tempo nesta área, pois logo eu estaria noiva. Então eu tive que deixar. Após isso, eu fui para o campo da educação...O magistério era uma escola que me dava ascensão rápida a ser professora e que eu tinha os conhecimentos básicos para cuidar de um filho (ENT. 1).

Como vem se discutindo, ao longo deste estudo, a história da mulher é marcada por estigmas de fragilidade e desprovida de inteligência, desde pequena ela foi induzida a aprender a ser mãe e esposa e dar conta dos afazeres domésticos.

A trajetória profissional de sucesso das entrevistadas é marcada pelo estabelecimento da ordem patriarcal, ou pelo menos tudo concorria para que fosse assim. Percebe-se que a maioria delas era subordinada e dependente do pai ou do marido, pois a perspectiva era que ou se casassem e fossem ser donas de casa, ou ainda que estudavam dentro dos limites que a sociedade impunha na época, ou seja, iriam ser professoras. Tal fato é constatado nos relatos das entrevistadas, pois a figura do pai aparece com bastante importância quando se discute a escolha da profissão. Como se vê: "Eu acabei sendo professora porque meu pai quis assim. O meu irmão não perguntou pro meu pai o que ele queria fazer. Ele foi e fez Economia, que era o que ele queria fazer, mas para a filha o pai disse: 'Você vai ser professora!'" (ENT. 4), ou ainda, "Fiz Pedagogia porque era sonho do meu pai ter uma filha professora. Eu mesma queria fazer Direito, mas..." (ENT. 4).

Reconhece-se assim que a escolha encontra-se atrelada a oportunidade posta no momento, ou seja, a entrevistada foi incitada a optar pela carreira de professora e a ela não é perguntado se este é o seu desejo, visto que não são apresentados a ela outros caminhos.

As participantes da pesquisa evidenciam também que os valores e estímulos são absorvidos por elas compondo concomitantemente as identidades, criando assim

ambivalências que as induzem a se ajustar nas carreiras “tipicamente femininas”, como fica evidenciado no comentário a seguir:

Eu queria fazer Direito e o meu pai queria ter uma filha professora. Então eu falei: Tudo bem, vou fazer o vestibular. Fiz na Federal, meu curso era vespertino e eu passei. Era difícil. Aquela época... poucas universidades no país, naquela época, né, e aí, como eu, o curso era vespertino, eu falei pra ele assim: Deixa eu fazer Direito na Católica à noite, porque eu quero. Aí ele falou: Então vai lá, faz vestibular. Eu fiz, entrei na Católica. Abriu matrícula três dias apenas e todo mundo foi no primeiro dia e ele foi comigo, porque era noite. Filha, naquele tempo, mocinha, 17 anos, e ele viu que, na fila, tinha assim uns 60 homens e duas mulheres. Aí falou: Não, filha. Faz primeiro Pedagogia. Depois, quando você terminar, você vai fazer durante o dia o Direito e nunca mais eu fiz porque depois eu casei. Fui vivendo (ENT. 4).

As desigualdades vivenciadas no cotidiano das entrevistadas não devem ser consideradas como fato isolado, pois uma sociedade estabelecida sobre uma estrutura patriarcal segue a tendência de subjugação da mulher, sendo então legitimada a constante discriminação da mulher na sociedade.

No decorrer deste estudo distinguiu-se a educação como um campo considerado como “área de cuidado” e, como tal, foi destinada à mulher, mesmo antes da revolução sexual ou das discussões mais acirradas sobre os direitos e a autonomia da mulher. Assim, Louro (1989) explica que:

Constrói-se a relação magistério-domesticidade, ou seja, entende-se que o magistério é mais adequado para a mulher, por exigir o cuidado de crianças; ser professora é, de certa forma, uma extensão do papel de mãe. Além disso, o magistério passa a ser visto também como um bom preparo para a futura mãe de família (LOURO, 1989, p. 35).

Na perspectiva histórica, podemos entender que as entrevistadas viveram em um tempo em que de certa forma já rompiam, mesmo que timidamente com o modelo de educação posto. No entanto, o que chama a atenção e a relação entre gênero e educação, nota-se claramente que apesar de uma querer ser psicóloga, outra advogada, uma outra chegou a trabalhar como telefonista, todas acabaram indo para o magistério, como a (ENT. 1) mesmo disse “na década de sessenta era uma condição que a mulher fosse preparada apenas para casar”, diante disso confirma-se o que vem se discutindo, ou seja a inclusão da mulher na docência se deu por estar relacionado primário com a continuação do lar, maternidade, como já foi comentado aqui a mulher era vista pela sociedade como: boa mãe, delicada pura capaz de sacrificar-se com essas características ela tinha capacidade de assumir esse papel.

A ENT. 4, ao se referir ao episódio do curso de Direito, demonstra que teve que desistir com grande pesar, pois ela realmente queria fazer Direito e não foi possível, porque não poderia uma moça estudar em uma sala onde a grande maioria era homem. Ela então

obedeceu ao pai, como era para ser, porém demonstra mais a frente que, atualmente já aposentada, resolveu cursar Direito, como ela mesma expõe em outro momento da entrevista “Hoje estou realizando um sonho!”.

Cristina Bruschini (1999), socióloga que se tornou referência para os estudos sobre gênero e trabalho, atribui a continuidade do modelo de família patriarcal como um dos fatores que impedem uma melhor situação da mulher no mercado de trabalho. Nesse sentido, Ramos (2015, p. 89) salienta que:

A desigualdade de gênero, ao contrário de outras, como as de classe e raça, se constrói de forma irrefletida entre pessoas que convivem intimamente e que possuem laços fortes, assentados em valores de honra e afetividade, relacionados a cuidar dos filhos e de outros familiares. Trata-se de uma desigualdade sub-reptícia, mascarada e duradoura, porque a encoberta por relações de amor entabuladas por familiares e amigos, num contexto supostamente marcado pelo consenso e altruísmo, e desprovido de assimetrias de poder.

No entanto, mesmo em contexto desfavorável as mulheres entrevistadas “entram em cena” se tornam visíveis ocupando espaços sociais de grande prestígio, alcançando cargos de nível elevado. Assim, mediante os relatos das entrevistadas se distinguem a resiliência e o poder de superação, pois, apesar das limitações impostas pelo contexto social, das dificuldades e das barreiras enfrentadas por elas em suas trajetórias profissionais, todas apresentaram uma grande capacidade de enfrentar os desafios e de saírem das situações, chegando ao topo da carreira. Como se percebe nos trechos a seguir:

Eu acho que eu cheguei no topo daquilo que eu almejei sonhar[...], no topo de uma carreira [...]. Em termos de carreira e posicionamento, eu já cheguei no final dela, eu já passei na universidade em todas as áreas, todos os cargos que contribuíram para minha vida profissional e que eu pude contribuir pra constituição. E hoje, é o coroamento de uma vida institucional. Para além disso, eu tive a oportunidade de estar em Brasília, ocupando cargos estratégicos na educação, que foram muito proporcionais à minha carreira. Daqui pra frente, é contribuir com a universidade onde eu estou, fazer o melhor, e o melhor naquilo [em] que eu acredito (ENT. 2).

[...] no terceiro ano do Magistério eu já estava como professora. Eu fui alfabetizadora. Primeiro eu trabalhei na Prefeitura por pouco tempo e, depois, eu fui trabalhar como professora da educação infantil na rede estadual como concursada. Eu sempre fui de estudar e ir fazendo concursos. Surgiu um concurso para ser coordenadora da escola. Eu fiz esse concurso e passei. Quando saiu na Universidade Federal a primeira vaga para substituta para trabalhar na Pedagogia, eu concorri a essa vaga juntamente com umas vinte pessoas e eu consegui conquistar essa vaga ficando em primeiro lugar e assumindo esse cargo. Então eu fui fazendo concurso até estar definitivamente na Universidade Federal. Eu fui coordenadora da Pedagogia, fui chefe do Departamento da Educação e ganhei as eleições para ser diretora. Concorri com três colegas professores e era voto universal e foi uma eleição bastante acirrada, mas eu ganhei dos três colegas e faço a gestão da Universidade Federal (ENT. 1).

A minha vida toda foi voltada para gestão. Interessante, isso. Desde que quando eu fiz o primeiro concurso e foi no Paraná e depois que eu vim transferida para cá, é na escola, já no ensino básico, eu me identificava mais, porque eu era supervisora e não professora especialmente em sala de aula. Eu me

identificava mais com a gestão e, dali frente, ficava mais com a gestão e as coisas foram aparecendo sempre nessa área de gestão. [...]. Então as coisas foram aparecendo nessa área de gestão e eu fui exercendo. Era sempre assim: um leão a ser driblado... é, um leão por dia, e fez com que eu me identificasse, eu me identifico com gestão, gosto de fazer (ENT. 4).

Quando eu tinha dezoito anos, eu fazia Química durante o dia e, à noite, eu lecionava no colégio em Londrina, aonde eu fiz a minha faculdade. Em seguida eu fui já fazer o mestrado, com vinte e dois anos. Fiz mestrado em Físico-Química. Depois disso eu trabalhei durante dez anos e só depois de dez anos trabalhando na universidade eu fui fazer o meu doutorado. [...] Quando voltei do meu doutorado, eu ingressei no Programa de Pós-Graduação, onde trabalhei. Aqui então eu trabalhei na pós-graduação e também orientei na iniciação científica. Fui sempre voltada à pesquisa científica e o meu primeiro cargo foi de pró-reitora de Pesquisa. Fui coordenadora da universidade na pós-graduação, pois, da Coordenadoria de Pós-Graduação na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação eu me tornei pró-reitora e, depois, quando eu saí da pró-reitoria, me candidatei então ao cargo máximo da universidade, e fui então a primeira reitora da UFMS. Então só depois de vinte e cinco anos de universidade que eu concorri a um cargo eletivo. Foi assim. É, resumidamente, a minha trajetória (ENT. 3).

Eu me candidatei e um professor de Aquidauana também se candidatou, mas eu ganhei. [...] dia 15 de dezembro eu fui exonerada enquanto secretária e fui nomeada reitora (ENT. 4).

A característica inerentes à resiliência é conceituada por Maria Ângela Mattar Yunes e Heloísa Szymanski (2001) como processos que explicam a “superação” de crises e adversidades em indivíduos, grupos e organizações. Nesse sentido, no caso das entrevistadas, a palavra “resiliência” foi utilizada exatamente pela capacidade que as mulheres que alcançaram nível elevado na carreira educacional apresentaram em lidar com problemas, em adaptar-se a mudanças, em superar obstáculos e em resistir à pressão de situações adversas.

No decorrer das realizações das entrevistas, foi possível notar nos relatos que muito da ascensão profissional das entrevistadas está relacionada ao esforço pessoal, as falas apontam ainda outros possíveis fatores de influência como a experiência profissional e competência.

Percebe-se então que entramos em outro cenário, no que tange à trajetória profissional das entrevistadas, porque ao contrário do que aconteceu no início, e que a maioria das mulheres entrevistadas não teve condições de escolher o que queria estudar, tendo a sua carreira profissional influenciada pelas concepções sociais da época, quando algumas delas fizeram a opção pelo magistério, na atualidade são mulheres bem-sucedidas, que alcançaram função de alto nível dentro do âmbito educacional.

Assim, as mulheres se deram ao direito de escolher sua carreira, sendo possível fazer essa afirmação sem ambiguidades, pois elas escolheram chegar aonde chegaram e tiveram condições favoráveis para que atingissem o topo da carreira. Corroborando com tais ideias, Bruschini (1995) analisa que a mulher, devido principalmente ao seu grau maior de instrução, de evolução da sua escolaridade e da conquista pela sua cidadania, se dá ao direito de, assim como o homem, escolher a sua carreira. Além do mais, as mulheres cuidam melhor de suas carreiras, elas têm desempenho melhor numa rede de contatos, visto que, em atividades

coletivas são mais organizadas e compreendem quais atitudes são positivas.

Desse modo, entende-se que as mulheres entrevistadas prezam muito por suas carreiras e enfrentaram os obstáculos encontrados no desenvolvimento de sua carreira com muita determinação, além de considerarem a satisfação profissional como fator mais relevante.

Como se tem discutido ao longo desta pesquisa, é fato que ainda existam preconceitos e discriminação com relação à mulher no ambiente de trabalho, os salários são mais baixos em relação aos homens e poucas são as mulheres que conseguem chegar a cargos níveis elevados, Entretanto, mesmo com tantos obstáculos, as mulheres entrevistadas conseguiram alcançar o sucesso profissional.

4.3 Topo de Carreira: perdas e ganhos

Esta categoria diz respeito às relações, às competências profissionais, aos desafios e aos sacrifícios enfrentados pelas entrevistadas ao longo da escalada ao topo da carreira, apresentando o discurso delas mesmas frente às perdas e aos ganhos decorrentes do sucesso na carreira de alto nível e o esforço das mulheres que alcançaram função de alto nível para minimizar as perdas e maximizar os ganhos.

Cantadinhas baratas que eu ignorei, ou situações bizarras que eu fiz de conta que nem eram comigo (ENT. 2).

Eu sofria muito com mentiras, pois eles pensavam que eu iria pedir exoneração do cargo. Sofri denúncias, e respondo por alguns processos até hoje, mas, assim, eu vejo que tudo isso foram coisas muito pequenas em relação aos oito anos [em] que eu fiquei na reitoria. Tudo muito pequeno, porque, olha onde eu consegui chegar hoje (ENT. 3).

Todo mundo que conheceu meu marido – e eu acabei de elogiar ele aqui e elogio sempre –, mas ele era ciumentíssimo quando era meu noivo, quando era meu namorado. Ich! Ele acabou aceitando essa minha vida, que era uma vida [em] que eu tinha que viajar muito, que eu tinha que estar à disposição, não tinha noite, não tinha dia, e porque isso, porque ele me respeita (ENT. 4).

Competição foi um desafio, o pior desafio foi a competição. Eu traria a competição como um grande desafio (ENT. 1).

Foi o perfil calcado no conhecimento que não me deixou esmorecer perante os homens. Muitas vezes meus colegas que concorreram comigo quis falar que a Pedagogia era um curso de tias, de comadres (ENT. 1).

Ao falarem sobre as perdas e os ganhos advindos de sua ascensão em carreira de nível elevado, as entrevistadas relataram os esforços que as moveram em direção à posição que almejaram conquistar. Isso reforça claramente que a inserção das mulheres no mundo do

trabalho ainda não é vista com naturalidade. Apesar de um discurso de uma aparente “naturalidade” e condições de igualdade, a prática revela uma discriminação velada pelo discurso reproduzido no senso comum e, inclusive, no contexto da instituição de que, hoje em dia, as mulheres têm as mesmas condições dos homens.

Essa percepção nos remete à Scott (1990), quando a autora afirma que gênero se refere a aproximar, de maneira abrangente, os sistemas de relações sociais ou sexuais e propõe uma aproximação entre gênero e poder, apontando para as articulações entre estes, “[...] na medida em que estas referências [de gênero] estabelecem distribuições de poder (uma diferenciação no controle ou no acesso aos recursos materiais e simbólicos), onde o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1990, p. 88).

Outro aspecto importante, observado no relato de uma das entrevistadas, diz respeito à necessidade de comprovar competências profissionais, principalmente por ser mulher. Como aponta a literatura, o preconceito e a discriminação são fatores que têm limitado a ascensão e manutenção das mulheres em cargos de nível elevado.

A perspectiva apresentada de que as mulheres enfrentam maiores barreiras do que os homens aos papéis esperados daquele que alcançou nível elevado foram verificados nas entrevistas. A maioria das situações declaradas pelas entrevistadas traz consigo a dificuldade enfrentada pela mulher na tentativa de avançar na hierarquia da organização, principalmente devido à desconfiança em relação à sua competência e desempenho. Como fica explícito no depoimento abaixo:

Tentei mostrar que, por detrás da minha carreira, por detrás da minha profissão, estava uma pedagoga que, por questões de um momento, é, sim, chamada de tia no campo da educação por meus alunos, mas que, não deixava se levar por esta questão e que tinha um conhecimento como base que sustentava minha carreira. [...] Eu tive que enfrentar com postura e conhecimento os colegas que atuaram comigo (ENT. 1).

Verifica-se que na percepção da (ENT. 1) há um esforço maior da parte dela para vencer a desconfiança instaurada no seu trabalho e por ter que se adequar mais a um modelo de gestão que favorece atributos que ela considera masculino, como a competitividade, autoridade e ênfase no controle.

Para a maioria das entrevistadas, a mulher não só se esforça mais como é mais comprometida com a organização. Ela tem que tentar se adequar mais para mostrar ao homem que pode viver no mundo dele. Para isso, ela tem que provar que é muito melhor que o homem, tem que investir mais. Este maior investimento e esforço na carreira se expressam, principalmente por meio da transformação do comportamento que se adapta melhor ao mundo

masculino, mas também sob a forma de maior comprometimento. Como se vê no depoimento a seguir:

Eu trabalhava o dia inteiro e estudava à noite. Já tinha um filho e a vida não era fácil. E lá havia um coordenador que me perguntou assim: “Por que você trabalha tanto, por que você estuda tanto, você não vai fazer nada nessa vida, você não vai fazer diferença, vai ser mais uma igual às outras aqui, auxiliar administrativa!”. Eu engoli aquilo a seco, porque eu não acreditava naquilo. Pelo contrário, eu acreditava que eu poderia fazer a diferença. E hoje, quando eu volto, eu falo: 'Que pena, né. Eu não sei onde ele está. Não sei se morreu. Eu acho que está vivo, mas, assim, eu queria que ele entendesse que eu acreditava nos meus sonhos e corria atrás, e que eu fiz a diferença por isso (ENT. 2).

Observa-se, mediante o relato da Ent. 2, a preocupação de ter que permanentemente mostrar que é capaz e competente, evidenciando-se assim uma cobrança da própria mulher em se superar e em comprovar efetivamente o seu desempenho. Moema Viezzer (1989) esclarece que a visão estereotipada da mulher como pertencente a um grupo inferior estaria refletida na cabeça de muitos homens e mulheres. As desigualdades de gênero, tão estudadas nesta pesquisa, emergem nos embates das relações profissionais sempre que uma mulher passa a fazer parte de um espaço representado socialmente como sendo espaço masculino de atuação, e para se inserir, as mulheres precisam vencer muitas barreiras relacionadas a gênero e a diversos outros preconceitos.

As batalhas pelo espaço profissionais realizadas pelas entrevistadas exigiram grande esforço, pois não bastou elas apresentarem as exigências de competências e capacidade profissional, tiveram que se superar e mostrar competências para ocupar os mesmos espaços que os homens. Percebe-se, ainda, uma necessidade por parte das entrevistadas em confirmar competência profissional para justificar o alcance dos postos de nível elevado, ocorrida por mérito – e não por quaisquer outros fatores. O sucesso na carreira implicou em sacrifícios e persistência para o alcance dos objetivos planejados.

Por um lado, nota-se uma demonstração de satisfação por as mulheres terem alcançado postos de poder, mas por outro, o fato de ter que saber lidar com o poder exigiu a compreensão de que se trata de algo passageiro vinculado ao exercício do cargo. Trata-se de uma função do trabalho que as entrevistadas organizaram suas vidas, o que acabou por envolver muita dedicação e habilidades para conduzir as múltiplas obrigações. Saber conciliar os conflitos e esperar o momento certo constitui fatores de sucesso profissional.

Por meio da análise do Referencial Bibliográfico utilizado para esta pesquisa, é possível notar que a maioria dos cargos de poder não só na educação, mais relacionados a diversas profissões são ocupados por homens, e que quando ocorre de uma mulher conquistar e ocupar um determinado cargo de nível elevado, para ela manter-se neste posto elevando não

costuma ser nada fácil.

Portanto, a sustentação das posições alcançadas provocou grande desgaste nas mulheres entrevistadas, sendo tal fato evidenciado não somente por meio das falas, mas também pela expressão das entrevistadas, pois todas aparentavam muito cansaço. Entretanto, apesar de toda a pressão sofrida na busca do reconhecimento as mulheres que alcançaram funções de alto nível conseguem trazer à tona o reconhecimento positivo do esforço em atingir posições elevadas nas instituições, assim como a sensação de dever cumprido ao colherem os resultados dos esforços despendidos. É o que se percebe em algumas considerações feitas pelas participantes da pesquisa:

Mesmo tendo filho, mesmo tendo casa, tem uma foto minha de uns trinta anos atrás, que você vê o sinônimo do cansaço, mas, se não fosse assim, eu nunca chegaria onde eu cheguei. Porque, se eu não tivesse gente me aparando, gente me apoiando, eu trabalhando de tarde, de manhã e de noite, ou me dedicando e estudando mais do que os outros, eu nunca chegaria onde eu cheguei, eu nunca estaria pronta pra assumir as responsabilidades e as oportunidades que eu tive (ENT. 2).

Acabei sendo professora porque meu pai quis, [...] ele acertou, graças a deus, porque eu adoro a área hoje, né, mas o que nós, mulheres, precisamos perceber é que hoje a gente já vive um outro tempo. Essas desculpas não servem mais, essas desculpas acabaram. Daqui pra frente, eu falo daqui de uns 40 anos pra cá, quem quis fez, quem quis mesmo, quem não achou desculpas, de, ah!, mas ele não deixa, ih! e o tal negócio você tem que ter a capacidade de se convencer primeiro. Esse é o grande desafio (ENT. 4).

Isto posto, compreende-se que as mulheres entrevistadas enfrentaram preconceitos e precisaram trabalhar muito para mostrar que eram competentes como os homens (embora nem todos sejam), além de terem de lidar com pressões sociais em razão dos papéis de gênero. Segundo Gilles Lipovetsky (2000, p. 209):

[...] a atividade feminina exprime a promoção histórica da mulher que dispõe do governo de si, assim como a posição identitária do feminino [...] o reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma “vida sua”, à independência econômica, na linha de uma sociedade que celebra, cotidianamente, a liberdade e o maior bem-estar individual.

Por tanto, conclui-se que as mulheres objeto desta pesquisa, que ocuparam ou ocupam posições elevadas, contabilizam perdas e ganhos (Christine PERCHESKI, 2008). Elas atualmente acreditam que mulheres altamente qualificadas ocupam posições de gerência que podem lhes conferir prestígio, influência social e recompensas econômicas, sendo que o sucesso feminino, nesses campos, pode ser particularmente importante para a igualdade de gênero.

4.4 Relações de Gênero e Poder

Nesta categoria, podemos apontar algumas questões relativas à representação das mulheres que alcançaram nível elevado na carreira quanto às relações de gênero e poder, enfatizando questões como a divisão sexual do trabalho e o fenômeno do teto de vidro.

Quando eu entrei na Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento, eu entrei e as pessoas me aceitaram, mas assim, sabe, quando te olham desconfiando. Os três coordenadores são homens. Eu comando três homens, meu reitor é homem e, então, a maioria das pessoas que trabalham comigo são homens. Eles olham assim: Será que ela vai dar conta? Será que ela sabe? Sabe quando você se sente assim, testada?! (ENT. 2).

Quando eu fui secretária, tinha duas secretárias. Depois, quando terminou o mandato, tinha três. O resto era homem. Quando fui reitora e a gente se encontrava naqueles encontros da instituição que agrega as estaduais e municipais, o que acontecia, já tinha um número um pouquinho maior, mas ainda assim, se estivéssemos lá em 50, tinha 8 mulheres (ENT. 4).

Torna-se evidente a discriminação e a segregação vertical, entendido como “teto de vidro”. O preconceito não acontecia apenas com relação ao gênero, mas também com a idade. No setor privado, a tendência é que as mulheres que assumem cargos de chefia sejam mais novas, se comparadas aos homens (BRUSCHINI, 2004). Já no setor público, pelo menos nesta pesquisa, a maioria das mulheres entrevistadas estava aposentada ou quase se aposentando, o que indica um perfil diferente do setor privado, pois, na academia, o tempo de trabalho e a experiência são sinônimos de renome e respeito.

No setor privado, a competência deve estar atrelada à proatividade, à disposição para correr riscos e sem vícios de práticas ultrapassadas. Entretanto, o fato de ser mulher parece “pesar” mais, na aceitação, pelos professores, do que o fato de o cargo ser ocupado por uma das professoras. Irigaray e Vergara (2009) evidenciam que ser tratada como infantil no ambiente de trabalho confronta o modelo masculino para ascensão e respeito profissional. Os relatos apontaram que há indícios de que, para os homens, colocar uma mulher mais nova para ocupar um alto cargo gerencial representaria uma atitude não muito correta e esperada pelo grupo de homens-gerentes.

Com base na narrativa das entrevistadas, percebe-se que a divisão sexual do trabalho se insere nas relações de poder e se manifesta por meio da distribuição das atividades entre homens e mulheres de forma desigual, seja no âmbito da produção ou da reprodução. A legitimação desse processo passa pela construção de identidades sociais masculinas e femininas em consonância com o que se espera de cada um dos sexos no contexto em que se inserem e está na base social da desigualdade.

O que se estudou até aqui sugere que a divisão sexual do trabalho é histórica, ou seja, foi sendo constituída, não é imutável. Mas tem princípios que permanecem, modificando apenas as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade. Danièle Kergoat (1998) considera que há dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho. Um deles é a separação, essa ideia que separa o que é trabalho de homens e de mulheres. Outro é a hierarquia, que considera que o trabalho dos homens vale mais do que o das mulheres. Tais pressupostos podem ser observados nas afirmações das entrevistadas 2 e 3 como se vê a seguir:

Na minha profissão, contador, geralmente é homem, e por que não pode ser mulher? Porque mulher acaso sabe mexer com dinheiro? Nem com números? Claro que pelo contrário, ela pode mexer muito melhor. Então, assim, são questões culturais. Eu acho que o homem foi se impondo e a mulher foi, em determinados momentos, deixando ser mandada e aí foi desenvolvendo essas situações (ENT. 2).

No Brasil ainda você tem o universo masculino. Teve um ano aí que parece que passaram pelo Ministério da Educação sete ministros, nenhum do sexo feminino (ENT. 3).

Bruschini (1995) observa que na sociedade brasileira predominam relações assimétricas e hierárquicas expressas em posições desiguais de um e de outro sexo tanto na esfera da produção, quanto no âmbito privado das relações familiares. Também as participantes da pesquisa refletem:

Eu acho que não existe essa divisão. Eu acho que isso é uma questão cultural, que foram colocando como uma forma de definir papéis, mas pela vontade de alguém que queria ver aquele domínio sobre aquele determinado momento, situação ou realidade (ENT. 2).

Os manuais todos têm que ser revistos, todos, de Psicologia de Educação, de tudo. Não dá mais pra pensar assim: "A menina é rosa, o gurizinho é azul". Não dá, isso aí. Nós estamos vivendo outros tempos (ENT. 4).

A grande verdade [é] que tem que se respeitar o ser humano, né, querida. É isso que eu vejo. Acho que a gente tá ainda muito distante disso, mas muito melhor do que [em] meu tempo de menina ou de adolescente ou início de fase adulta, [tempo em] que uma mulher que fosse uma mulher taxista, todo mundo achava: 'Meu deus, como assim?'. E hoje temos general, coronéis, temos tudo e as mulheres estão aí fazendo, assim como temos os meninos que adoram cozinhar (ENT. 4).

A divisão sexual do trabalho pode ser definida como a forma de divisão social do trabalho modulada histórica e socialmente e advém das relações sociais entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho designa os homens à esfera produtiva (superioridade masculina com a apropriação das funções com maior valor social) e as mulheres à esfera reprodutiva (HIRATA; KERGOAT, 2007). Tais relações sociais assimétricas entre os sexos podem ser consideradas fator principal da divisão sexual do trabalho que configurou um modelo de homens provedores e mulheres cuidadoras. Como se viu ao longo da história, esse modelo

marcou as sociedades ocidentais, mas com os novos arranjos familiares, a feminização do emprego, a necessidade de contribuir com o sustento familiar e o envelhecimento da população, tal modelo foi se enfraquecendo.

Por meio dos relatos das entrevistadas, nota-se que fato de ocuparem cargos que são majoritariamente ocupados por homens, foi reiteradamente enfatizado. Para elas, contudo, a divisão sexual do trabalho não existe, pois todas acreditam que tudo que um homem faz a mulher pode também fazer. Entretanto, percebe-se que algumas contradições entre o discurso proferido pelas participantes de que não existe divisão sexual do trabalho, pois em outro momento das entrevistas, algumas delas afirmaram ter que trabalhar muito mais para provar que eram capazes, que tiveram que seguir carreira de professora, mesmo tendo a vontade de seguir em outra carreira, sofreram assédio moral, comentaram sobre os conflitos entre trabalho e a família.

Tais constrangimentos podem estar relacionados diretamente às assimetrias criadas nas relações de sexo. O acentuado conflito entre trabalho e família é o resultado da não harmonização dos avanços femininos no campo profissional com o relaxamento das responsabilidades relativas ao cuidado familiar. Assim, Moema de Castro Guedes e Clara Araújo (2011) constata que os avanços das mulheres no campo profissional não ocorrem concomitantemente ao processo de “desnaturalização” dos tradicionais papéis femininos e da desconcentração do trabalho reprodutivo na figura da mãe.

Mesmo se considerarmos muito importante essa característica apontada pelas entrevistadas, contudo Betânia Tanure (2004) acredita que o modelo de exercício de poder no Brasil ainda é masculino. Ela afirma que as mulheres entram no mercado de trabalho de maneira cada vez mais significativa em funções gerenciais, mas sentem o efeito de “teto de vidro” que separa a facilidade do ingresso no mercado da dificuldade de ascensão na carreira.

Como já discutido anteriormente, o efeito teto de vidro é tratado pela literatura como barreiras estruturais e invisíveis que impedem as mulheres de aspirar a cargos mais bem remunerados e de maior prestígio, impedindo-as de ascender na carreira (Ligia AMÂNCIO, 2004). Diferentemente, porém, as entrevistadas ultrapassaram o teto de vidro e alcançaram funções de alto nível em âmbito educacional.

Eu acho que ultrapassei o 'teto de vidro' e gostaria que as professoras quisessem chegar a ser reitoras da universidade. Vai ser difícil, é uma luta, vai ser difícil, mas eu acho que o caminho já foi um pouco aberto. Eu digo que a mulher deve pensar alto, não que seja só como pró-reitora, mas ir para a presidência, ser ministra. Eu acho que precisamos de mais mulheres com cargos importantes dentro dos contextos da cidade, do estado, do país. Eu nunca vi uma presidente da Federação das Indústrias mulher, nunca vi uma presidente no SEBRAE. Acho que a mulher precisa alcançar esses cargos (ENT. 3).

Eu posso dizer que consegui ultrapassar o teto de vidro, principalmente dentro da Universidade Federal, que é um lugar de disputa, de acirramento, onde as mulheres pouco se expõem, e eu consegui ultrapassar isso (ENT. 1).

Ultrapassei o 'teto de vidro'. Pela minha origem, pela minha condição de mulher, por todos esses fatores, eu acho que eu ultrapassei. Hoje o Brasil inteiro, em todos os estados brasileiros, nas universidades federais, se você falar meu nome, eles me conhecem. Se você for na UFMG hoje, e falar para o reitor sobre a (****), ele sabe quem eu sou. Se você for na Universidade Federal do Rio de Janeiro e perguntar sobre a (****), eles me conhecem lá também. Então eu ultrapassei, sim, essa barreira, com certeza (ENT. 2).

Ultrapassei essa barreira. Só não ultrapassa quem não acredita em si mesmo. É acreditar que pode. Essa é a grande sacada! (ENT. 4).

Diante exposto, entende-se que a trajetória profissional de sucesso das mulheres que ultrapassaram o fenômeno "teto de vidro" e alcançaram nível elevado na carreira em na área da educação foi marcada por perdas e por ganhos. Essas mulheres encararam o preconceito, desafiando os padrões da época e enfrentando árduas lutas. E, mesmo com tantas dificuldades, encararam o mundo e deixaram sua marca registrada na história.

Este estudo ambicionou desenhar as representações sociais dessas mulheres que conseguiram transpor as barreiras impostas pelo fenômeno “teto de vidro” e conquistaram posições que ainda atualmente são consideradas como reduto masculino – como são os cargos de pró-reitor e de reitor em universidades públicas do Mato Grosso do Sul. Essas mulheres deixaram, então, o seu legado, alcançando o topo da carreira. E para finalizar essa parte inerente aos resultados da pesquisa de campo e discussões, destaca-se as representações da Ent. 3, que afirmou:

Então eu vejo assim, que, se tivesse uma porcentagem maior de mulheres no poder dentro dessas instituições, me alegraria muito, porque a mulher, ela é dona de casa, ela cuida dos seus amigos, ela cuida dos seus filhos, ela tem uma capacidade de fazer muitas tarefas ao mesmo tempo e com qualidade. Isso hoje é muito importante dentro de uma instituição.

Realmente um número maior de mulheres em níveis atuando em níveis mais elevados da área da educação seria importante, para haver mais igualdade de gênero e justiça, porque mesmo sendo maioria na referida área de atuação profissional, são poucas as conseguem ultrapassar o “teto de vidro” para atuar em níveis elevados, como pró-reitorias e reitoria das universidades brasileiras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo consistiu em identificar, no caso de mulheres que conseguiram ultrapassar o teto de vidro e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas, as representações sociais que elas fazem sobre a própria atuação profissional, bem como sobre as relações de gênero na educação e sobre a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, ao realizar o levantamento bibliográfico, foram apresentados, inicialmente, informes sobre a história da mulher⁷ e as relações de gênero, visto que, durante muito tempo, a história da mulher foi um tema sombrio e sem sentido, sendo habitualmente escrita a partir da ótica masculina, pois os estudos realizados pelos historiadores refletia meramente a figura do homem como sujeito absoluto, que produzia um material limitado ou quase inexistente sobre o gênero feminino.

A partir daí, iniciou-se uma discussão acerca do princípio de igualdade e a força dos estereótipos na construção da imagem profissional das mulheres, já que o ser homem ou ser mulher se tornou uma prática social. Ao longo da história foi concedido, porém, maior valor profissional-social aos atributos masculinos, em detrimento dos femininos. Nesse caso, se, em uma mesma especificidade, existem situações de maior ou de menor valor entre sexos, isso acaba por resultar em condições de desigualdade.

Assim, em continuidade, estudou-se a trajetória da mulher do lar ao mercado de trabalho considerando as relações de poder existentes que estão alicerçadas no sistema patriarcal, que, por tanto tempo, dominou o entendimento da sociedade ocidental, deixando uma herança de desigualdades que ainda se manifestam de diferentes maneiras em diferentes situações.

Essas relações de poder resultaram e ainda resultam nas discriminações de gênero, influenciando diretamente na perspectiva de acesso e permanência nas hierarquias profissionais e ainda são responsáveis pela insegurança, que gera barreiras adicionais para que as mulheres entrem e progridam no mercado de trabalho.

Também foram apresentados alguns dados quantitativos com o intuito de entender como se encontra a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, observando principalmente as relações de gênero no mundo do trabalho. Assim, a ênfase foi voltada especialmente para as relações de gênero entre os profissionais da educação, procurando

⁷ No caso, o enfoque é, genericamente, sobre as mulheres do mundo ocidental dito civilizado, não incluindo as orientais não enquadradas nesse mundo ocidental, nem as mulheres das diversas populações nativas dos demais continentes.

compreender por que ainda são poucas as mulheres que conseguem ultrapassar o teto de vidro e atingir níveis profissionais mais elevados no âmbito educacional, já que tradicionalmente este é entendido como um reduto feminino.

A análise e discussão dos resultados permitiram estabelecer um alinhamento com os autores pesquisados e com seus aportes teóricos, os quais foram utilizados como suporte aos estudos sobre as representações sociais de mulheres que ultrapassaram teto de vidro e alcançaram funções de alto nível em âmbito educacional.

Assim, ao analisar as trajetórias profissionais de sucesso, percebeu-se que as imagens da infância reorganizada pelas entrevistadas trouxeram a tona grande emoção, os tempos de criança foram relatados com muito carinho e bastante saudade, constatou-se ainda o mérito dado aos estudos desde a infância, a importância do comprometimento da família, assim como de bons professores que tiveram, e que contribuíram para o seu processo de formação pessoal e profissional. Entretanto, ao refletirem sobre as perspectivas profissionais, as participantes da pesquisa mencionaram muitos obstáculos que tiveram que ser vencidos, dentre eles a desigualdade e o preconceito.

Assim, a trajetória profissional das entrevistadas revelou um contexto desfavorável, dado que foi marcada pela representação do espaço social conferido a mulher na época, ou seja, o de esposa e mãe, revelando então algumas particularidades do que se vinha discutindo ao longo deste estudo. Todavia, as mulheres entrevistadas se tornaram visíveis ocupando espaços sociais de grande prestígio, por esforço pessoal de cada uma para atingir os cargos de alto nível no mundo do trabalho.

Em relação ao topo de carreira, com suas perdas e ganhos, foi possível notar, de maneira empírica, as perdas e os ganhos advindos da ascensão das entrevistadas em carreira de nível elevado. Como, por exemplo, as participantes da pesquisa evidenciam que perderam no sentido de que tiveram que trabalhar e se esforçar muito para serem respeitadas e reconhecidas, além do sofrimento em razão de preconceitos e de assédio. Durante a entrevista, notaram-se alguns comentários como “mentira”, “cantadinhas baratas”, “competição”, etc., Percebe-se então que houve grande necessidade de confirmar competência profissional para justificar o alcance dos postos de nível elevado, ocorrida por mérito – e não por quaisquer outros fatores.

Constata-se que o sucesso na carreira implicou para as mulheres entrevistadas sacrifícios e persistência para o alcance dos objetivos planejados. Contudo, computado como ganho houve uma demonstração de satisfação de terem alcançado postos de poder onde geralmente são ocupados por homens, e terem conquistado respeito, prestígio,

reconhecimento e sucesso, enfim... por terem ultrapassado o “teto de vidro”.

No que se refere às relações de gênero e poder, percebeu-se que o fato de ocuparem cargos que são majoritariamente ocupados por homens foi reiteradamente enfatizado, porém as representações sociais predominantes entre as mulheres que participaram da pesquisa são de que a divisão sexual do trabalho não existe, pois tudo o que um homem faz em âmbito profissional a mulher pode também fazer. No entanto, foi possível notar algumas contradições entre o discurso proferido pelas mulheres entrevistadas de que não existe divisão sexual do trabalho, pois em outro momento das entrevistas muitas delas afirmaram ter que trabalhar muito mais para provar que eram capazes.

Sendo assim, diante do que foi pontuado, foi possível identificar que existe um legado de discriminação, segregação e dominação sofridas por mulheres e, também, que os estereótipos de gêneros construídos ao longo da história ainda persistem. Tais estereótipos ocasionam, por exemplo, padronizações referentes aos tipos de profissões consideradas masculinas e femininas, sendo que tal realidade dificulta, entre outras coisas, a possibilidade de entrada ou de ascensão no mercado de trabalho.

A boa notícia, no entanto, é que, a partir do estudo realizado, percebeu-se que, mesmo a passos lentos, essa realidade vem se modificando e já são muitas as conquistas femininas. Torna-se evidente que as mulheres têm cada vez mais angariado avanços no que diz respeito a seus direitos no mercado de trabalho. É fato que a modernização da sociedade tem entusiasmado uma reordenação social, dispondo-se a proteger e a respeitar as pessoas independentemente de gênero, o que fortaleceu e estimulou as mulheres a buscarem novos horizontes no mercado de trabalho – o que é um processo em ascensão, pelo menos aparentemente.

Observa-se que já é uma realidade as mulheres ocuparem postos nos tribunais superiores de justiça, nos ministérios do governo federal, no topo de grandes empresas, em organizações de pesquisa de tecnologia, entre outras instâncias e outros âmbitos. Elas também pilotam jatos, comandam tropas, perfuram poços de petróleo, ascendem na carreira política, etc. Em verdade, no Brasil, na última década, uma mulher chegou ao mais alto cargo da hierarquia, assumindo o posto de presidente da nação. Na educação, são professoras, gestoras, pesquisadoras, pró-reitoras e reitoras.

É fato que as mulheres pesquisadas ultrapassaram o teto de vidro e chegaram ao topo da carreira na educação, e foram pró-reitoras e reitoras. Sendo assim, espera-se que esse processo evolutivo de conquistas femininas a cargos profissionais elevados contribua para que sejam rompidos os estereótipos de gênero em relação ao trabalho desenvolvido por mulheres

em profissões vistas socialmente como masculinas, como é o caso da área da educação. Espera-se também que a sociedade passe a valorizar cada vez mais o trabalho desenvolvido pelas mulheres, respeitando e valorizando, inclusive financeiramente, a sua competência profissional.

Acredita-se que, havendo maiores estudos sobre a temática, torna-se possível contribuir para que se obtenha um maior reconhecimento de que, quanto mais mulheres conquistarem postos de trabalho em níveis hierárquicos elevados, maior influência positiva haverá nas relações de gênero no mundo do trabalho. Além do mais, acredita-se que uma maior diversidade de gênero em postos de níveis elevados possa resultar em maior equidade nas relações profissionais, conforme as palavras de Margaret Maruani e Helena Hirata (2003, p. 27):

Estudar a evolução do lugar dos homens e das mulheres no mercado de trabalho é dedicar-se à sociografia de uma categoria de mão de obra à parte – as mulheres. É ter meios para identificar as mudanças estruturais que produziram as transformações da população ativa. É analisar as lógicas sociais que subentendem as recomposições do mundo do trabalho. Em termos de desemprego e precariedade, de subemprego e superqualificação, as mulheres não são específicas. Elas são sintomáticas dos movimentos que agitam o mercado de trabalho. São reveladoras dos fenômenos de conjunto. A situação delas não é particular, é significada. Aprofundando a análise das diferenças de sexo no mercado de trabalho, não se constitui apenas para o acúmulo de saberes sobre a atividade feminina, participa-se também do progresso do mundo do trabalho. E é exatamente essa ideia que ainda é difícil de admitir, mas que urge aceitar, para que a variável “sexo” deixe de ser mal vista e as lógicas de gênero estejam no cerne da reflexão sobre o trabalho e emprego.

Alison Wolf (2006) assegura que é necessário ter claro o ponto de vista histórica da participação feminina no mercado de trabalho. É preciso entender que tudo o que as mulheres conquistaram no mercado de trabalho teve início nos últimos 50 anos - e de forma progressiva. Nesse cenário, as pessoas que detêm os mais altos postos, atualmente, estão na casa dos 50 anos e entraram no mercado de trabalho antes dessa abertura. As mulheres entrevistadas neste trabalho fazem parte de uma geração na qual ainda havia poucas mulheres na universidade e dispostas a enfrentar o mercado. Sendo assim, embasados nas ideias de Wolf (2006), e apoiados no que foi discutido neste trabalho, ao observar a geração que atualmente está com 20 anos e imaginarmos como ela estará daqui a três décadas, podemos inferir que nos postos mais altos das organizações haverá tantas mulheres quanto homens.

Conseqüentemente, os resultados desta pesquisa poderão servir de fundamento para que sejam propostas intervenções práticas nas universidades de forma a contribuir para que mulheres e homens compreendam esse fenômeno social e busquem alternativas para minimizar suas dúvidas e tensões. Destaca-se que é importante ainda haver novos estudos que

possam identificar, no discurso e nas práticas dos sujeitos, possíveis elementos de transformação das representações e suas consequências na construção do feminino e no respectivo reordenamento socioprofissional, principalmente no âmbito das universidades públicas do Estado de Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. *Pratiques sociales et representations*. Paris: PUF, 1994.

ALENCAR-RODRIGUES, R.; STREY, M. N.; ESPINOSA, L. C. Marcas do gênero nas migrações internacionais das mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 421-430, 2009.

ALMEIDA, J. S. Índícios do sistema socioeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 139-152, 2009.

ALMEIDA, S. C.; SANTOS, M. C. A. B.; ROSSI, T. M. F. Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 3, 2006.

ALMEIDA, J. S. de. Mulher na Educação: Missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. ; ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de.; VALDERMARIN, V. T. (Orgs.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.

AMÂNCIO, L. Percepção da discriminação e da justiça: novos desafios na pesquisa psicossociológica. In: COVA, A.; RAMOS, N.; JOAQUIM, T. (Orgs.). **Desafios da comparação: família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil**: Oeiras, Portugal: Celta, 2004a. p. 333-342.

AMBROSINI, A. B. **O perfil dos diretores de unidades universitárias e chefes de departamento da UFRGS**. 2012. Monografia (Especialização em Gestão Pública), Santa Maria. Disponível em: <<https://portal.ufsm.br/biblioteca/pesquisa/registro.html?jsessionid=51e75d880290ccb0e1af0c0a836d?idRegistro=397823>>. Acesso em: 21 jul. 2017

AUAD, D. Relações de gênero nas práticas escolares e a construção de um projeto de co-educação?. **27ª Reunião Nacional da ANPEd** – 21 a 24 de novembro de 2004, Caxambu/MG.

ARAUJO, A. M. C.; OLIVEIRA, E. M. de. Reestruturação produtiva e saúde no setor metalúrgico: a percepção das trabalhadoras. **Sociedade & Estado** [on-line], v. 21, n. 1, p. 169-198, 2006.

ÁVILA, H., **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**, São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977.

BARRETO, A. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, p. 5-46, jul./dez. 2014.

BELO, R.; CAMINO, T. Analysis of discursive repertoires about professions and gender: an empirical study in João Pessoa, **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 1, p. 23- 31, 2010.

BENEDITO, A. **Igualdade diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.

BERNARDES, N. M. G. Autonomia/submissão do sujeito e identidade de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 85, p. 43-53, maio 1993.

BORGES, N. **A evolução recente da mulher no mercado de trabalho brasileiro: perspectiva social e econômica**. Campinas, SP: Instituto de Economia Unicamp, 2009.

BORGES, P. Maioria no ensino superior, mulheres ainda estão em desvantagem. **Último Segundo – Educação**. Publicado em: 9 dez. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/maioria-no-ensino-superior-mas-longo-dos-cargos-de-chefia/n1597400100786.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BOTELHO, L. L. R. **Ascensão profissional feminina em organizações baseadas em conhecimento**. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Faculdade de Direito. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2008.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: FCC, n. 110, p. 67-104, jul. 1999.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 3 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 11340/06. **Lei Maria da Penha**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.096/95 que dispõe sobre partidos políticos. Alterada pela Lei 9.504/97. **Lei das Eleições**. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRITO, J. C. de; D'ACRI, V. Referencial de análise para a estudo da relação trabalho, mulher e saúde. **Cad. Saúde Pública** [on-line], v. 7, n. 2, p. 201-214, 1991.

CALIL, L. E. S. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica frente à desigualdade fática**. São Paulo: LTr, 2005.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASAGRANDE, M. A., **Mulheres policiais: formação e atuação profissional das primeiras alunas da Academia da Polícia Civil de Santa Catarina (1967-1977)**. Criciúma, SC: Editora do Autor, 2013.

CHÁVEZ, N. M.; RÍOS, H. *Discriminación salarial por género “efecto techo de cristal”*. Caso: siete áreas metropolitanas de Colombia. **Revista Dimensión Empresarial**, v. 12, n. 2, p. 29-45, 2014.

COSTA, S. G. Gênero e história. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009. p. 187-208.

CORREA, V. S. A. A visão androcêntrica do mundo: elemento facilitador para o acesso dos homens às funções da gestão escolar. **JORNAL DE POLITICAS EDUCACIONAIS**, n. 7, p. 53-60, jan./jun. 2010.

CORONEL, M. C. V. K. Pesquisas sobre gênero e sindicalismo docente: O que dizem a respeito da participação sindical das mulheres?. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 4 a 8 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

CRUSOÉ, N. M. C. A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação, **Aprender - Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação** - Vitória da Conquista/BA, ano 2, n. 2, p. 105-120, 2004.

DE BRITTO JÚNIOR, Á. F.; FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Revista Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em: <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200/186>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

DEL PRIORE, M. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Editora da UnB, 1993.

DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 220.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano – **Paidéia**, p. 21-32, 2007.

EXPILLY, C. **Mulheres e costumes no Brasil**. Trad. Gastão Penalva. São Paulo: Companhia Nacional do Livro, 1935.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000300013>. Acesso em: 25 out. 2017.

FERREIRA, T. de S. Modos de ver, sentir e questionar: a presença do gênero e da sexualidade no curso de pedagogia. **36ª Reunião Nacional da ANPEd** – 29 de setembro a 2 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

FONTENELE-MOURÃO, T. M. **Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

GONÇALVES, A. L. **História & gênero**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, J. P. **Representações sociais de bem-estar docente e gênero em homens que tiveram carreiras bem-sucedidas no magistério**. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

GONÇALVES, J. P.; ANTUNES, J. B. Memórias de professores homens que trabalharam como docentes de educação infantil e suas representações sociais. **Interfaces da Educação**. Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 134-153, 2015.

GONÇALVES, J. P.; SOARES, P. K.; REIS, M. G. F. A. Representações sociais de gestores escolares sobre o trabalho de professores homens nos anos iniciais do ensino fundamental. **Quaestio: Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba/SP, v. 18, n. 1, 2016, p. 331-352.

GREENFIELD, R. Mulheres sofrem discriminação por idade antes que homens. **Exame**. Publicada em: 28 out. 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/carreira/mulheres-sofrem-discriminacao-por-idade-antes-que-homens/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

GUARESCHI, P. Representações sociais: alguns comentários oportunos. In: NASCIMENTO-SCHULZE, C. M. (Org.). **Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis, SC: Imprensa Universitária/UFSC, 1996. p. 9-35 (Coletâneas da ANPEPP, 10).

GOMES, C. de S.; ALMEIDA J. S. de; **Interfaces da Educ.** Paranaíba, V.S, m.13 p. 157-178, 2014.

GUEDES, M. C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 117-132, jun. 2008.

GUEDES, M. C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v.12, p.61-79, 2011.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do trabalho docente no Brasil: um olhar sobre as unidades da federação durante a segunda metade da década de 2000**. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/indicadorestdno_vo_880.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

GUNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: Esta é a questão?. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722006000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 out. 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIGA, F. da C. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda?. **Revista Direito GV**, v. 2, n. 2, p. 484-515, ago. 2016.

HYMOWITZ, C.; SCHELLHARDT, T. D. The glass ceiling: why women cant seem to break the invisible barrier that blocks them from the top jobs. **Wall Street Journal Section**, v. 4, n. 1, p. 4-5, 1986.

IRIGARAY, H. A. R.; VERGARA, S. C. Mulheres no ambiente de trabalho: abrindo o pacote "gênero". In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração, 33., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Enanpad, 2009. 1 CD-ROM.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 17-44.

KALIL, I. A. A. C. Trabalho feminino, políticas familiares e discursos pró-aleitamento materno: avanços e desafios à equidade de gênero. **Saúde Debate**, v. 10, n. 40, p. 208-23, 2016.

KERGOAT, D. La division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (Org.). **Le monde du travail**. Paris: La Decouverte, 1998. p. 319-327.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LASSANCE, M. C. P.; MAGALHÃES, M. O. Gênero e escolha profissional. In: LEVENFUS, R. S. L. (Org.). **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997. p. 47-61.

LIPOVETSKY, G. **A terceira mulher: permanência e revolução no feminino**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: _____. O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7- 34.

LOSADA, B. L.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**, v. 12, n. 3, p. 493-502, 2007.

LUZ, N. M. Q. P. da; NASCIMENTO, A. C. do. O debate em torno da emancipação feminina no Recife (1870-1920). **Cadernos Pagu [on-line]**, n. 42, p. 341-370, 2014.

MADALOZZO, R. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil?. **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 1, p. 126-137, fev. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000100008>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MADALOZZO, R. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para a existência de teto de vidro para mulheres no Brasil? **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 1, artigo 7º, p. 126-137, jan./fev. 2011.

MANGANELLI, A. **A mão invisível no teto de vidro**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2012.

MALUF, M.; MOTT, M. L. Recôndito do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (Org.). História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 368- 421.

MARUANI, M.; HIRATA, H. **As novas fronteiras da desigualdade**: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora do SENAC São Paulo, 2003.

MEZA, C.; MORA, Y.; CHÁVEZ, N. M.; RÍOS, H. *Discriminación salarial por género “efecto techo de cristal”*. Caso: siete áreas metropolitanas de Colombia. **Revista Dimensión Empresarial**, v. 12, n. 2, p. 29-45, 2014. Disponível em: <https://www.uac.edu.co/images/stories/publicaciones/revistas_cientificas/dimension-empresarial/volumen-12-no-2/articulo02.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MINAYO, M. C. S. Estrutura e sujeito, determinismo e protagonismo histórico: uma reflexão sobre a práxis da saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 1, p. 7-19, 2001.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NAHES S. **A imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, v. 43 n. 149, p. 404-421, maio/ago. 2013.

NASCIMENTO, S. de S. Homem com homem, mulher com mulher: paródias sertanejas no interior de Goiás. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 39, p. 367-402, abr. 2016.

OLIVEIRA, B. G. R. B.; PEREIRA, A. L. Mulher = enfermeira X enfermeira = mulher. Eis a questão. **Rev. Alt. Enf.**, v. 1, n. 4, p. 4-13, 1997.

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: OLIVEIRA, F. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 104-117.

OLIVEIRA, Z. L. C. **Tempo de mudança: o trabalho de escritório sob novas configurações e antigos formatos (os dilemas da cidadania das mulheres)**. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia), IUPERJ, Rio de Janeiro.

ONMT. **Participação feminina no mercado de trabalho**. Boletim Especial do Observatório Nacional do Ministério do Trabalho. Brasília: ONMT, 2017. Disponível em: <<http://obtrabalho.mte.gov.br/images/artigos/Boletim-Especial-do-Observatorio-Mulher-e-Mercado-de-Trabalho.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2017.

PENTEADO, H. D. **Televisão e escola: conflito ou compreensão?** (Coleção Educação Contemporânea). São Paulo: Cortez, 1991.

PERCHESKI, C. Opting out? Cohort differences in professional women's employment rates from 1960 to 2005. **American Sociological Review**, v. 73, n. 3, p. 497-517, jun. 2008.

PERROT, M. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

PINTO, C. R. J. Uma mulher "recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974), **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 565-587, jul./dez. 2014.

QUIRINO, R. Relações de gênero, tecnologia e formação profissional de mulheres no segmento de mineração, **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 4 a 8 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

RAMOS, P. Gender inequality: still a problem or not?. **ProfessorRamos.net**. Publicado em 9 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.professorramos.net/gender-inequality-still-a-problem-or-not/>>. Acesso em: 30 out. 2017.

RAMOS, D. P. A família e a maternidade como referências para pensar a política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 16. Brasília, p. 87-120, jan./abr. 2015.

RABELO, A. O. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 57-88, abr. 2010.

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. L. (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81-91.

HAHNER, J. E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil – 1850-1940**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul, SC: Editora da UNISC, 2003.

RANGEL, E. A. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011.

REGO, T. C. **Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

REIS, S. L. A.; BELLINI, M. Representações sociais: teoria, procedimentos metodológicos e educação ambiental. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 149-159, 2011.

RICOLDI, A.; ARTES, A. Novos lugares da desigualdade? Caracterização do ensino superior sob a interface gênero e raça/cor na atualidade. **Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq** (mimeo) 2014.

RIBEIRO, M. **Sexo sem mistérios**. Editora Saraiva, São Paulo, 1996.

RIDGEWAY, S.; CORRELL, D. (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.

ROCHA, C. T. C. **Gênero em ação: rompendo o teto de vidro?** (Novos Contextos da Tecnociência). 2006. 258 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2003.

ROIZ, D. S. A discreta e sedutora “História das Mulheres”. **Cadernos Pagu**, n. 30, jan./jun., p. 445-452, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n30/a25n30.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SARAT, M.; CAMPOS, M. I. Memórias de infância e identidade de gênero na formação das profissionais na educação infantil. In: **Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**, 2008, Florianópolis. **Anais...** Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST10/Sarat-Campos_10.pdf Acesso em: 22 set. 2013.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M.; COSTA, V. M. R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1737847/mod_resource/content/1/Scott_g%C3%AAnero%20uma%20categoria%20%C3%BAtil%20para%20a%20an%C3%A1lise%20hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SILVA, J. A.; SALES, L. C. Representações sociais de meio ambiente construídas por alunos de 8ª série do ensino fundamental. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 5, n. 5, p. 11-23, 2000.

SILVA, M. R. da. **Canteiro de obras, lugar de mulher?** Um estudo sobre as relações de gênero e trabalho no âmbito da construção civil de Fortaleza/CE. / Mayra Rachel da Silva. – 2013. CD-ROM. 141 f.; il. (algumas color.): 4 ¾ pol, 2013.

STAMATTO, M. I. S. Um olhar na história: a mulher na escola (Brasil:1549-1910). In: **História e memória da educação Brasileira**, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema5/0539.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

STREY, M. N. Gênero. In: STREY, M. N. (Org.). **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TANURE, B. **Estratégias e gestão empresarial: construindo empresas brasileiras de sucesso**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

TEDESCHI L. A. **História das mulheres e as representações do feminino**. Campinas, SP: Editora Curt Nimuendajú, 2008. p. 85.

THE CONUNDRUM of the glass ceiling. **The Economist**, 21 jul. 2005. Disponível em: <http://www.sarg.org.za/docs/pdf/article_economist_21jul2005.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Professores no Brasil**: perfil docente, políticas para o magistério e níveis de formação dos professores brasileiros. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/perfil_docente_tpe.pdf>. Acesso em: 30 out. 2017.

TREVISOL, J. V.; SOCOLOVSKI, M. Meio ambiente e educação ambiental: um estudo de representações sociais em professores da rede municipal de ensino de Campos Novos/SC. **Revista Roteiro**, v. xxiv, n. 44, p. 27-56, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ, D. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 765-790, dez. 2013.

VIEIRA, D. A. **História do magistério**: experiências masculinas na carreira administrativa no estado de São Paulo. 2003. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2003.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, (1989).

WALTER, M. T. T.; BAPTISTA, S. G. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/962/1583>>. Acesso em: 19 jul. 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

WERBA, G. Parteiras, bruxas, mulheres: articulações entre a saúde, o poder e o feminino na história. In: ROSO, A.; MATTOS, F. B.; WERBA, G. STREY, M. N. (Orgs.). **Gênero por escrito**: saúde, identidade e trabalho. Porto Alegre, RS: Editora da PUCRS, 1999. p. 152-163.

WINCK, G. E.; STREY, M. N. Percepções sobre o gênero em homens acusados de agressão. **PSICO**, Porto Alegre, PUCRS, v. 38, n. 3, p. 246-253, set./dez. 2007.

WIRTH, L. B. Through the glass ceiling: women in management. First International Conference: Pay Equity between Women and Men: Myth or Reality? **Anais...** International Labour Office, Luxemburgo, 4 fev. 2002, p. 1-15.

WOLF, A. **Does Education Matter?** Myths about Education and Economic Growth. London: Prospect, nº 57 2006.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

ZIBETTI, M. L. T. O que pensam professoras de educação infantil sobre a feminização da profissão docente? **30ª Reunião Nacional da ANPEd** – 7 a 10 de outubro de 2007, Caxambu-MG.

ZIMMERMAN, D. E. **Psicanálise, perguntas e respostas**: verdades, mitos e tabus. Porto Alegre, RS: Artmed, 2005.

ZUZZI, R. P. **Gênero na formação de professores/as de Educação Física**: da escolha à atuação profissional. Campinas, SP: [s.n.], 2016 (Disponível no Repositório de Produção Científica e Intelectual da UNICAMP/Campinas/SP).

APÊNDICE A – Guia de Orientação para as Entrevistas

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Atuação Profissional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que Ultrapassaram o “Teto de Vidro” e assumiram funções de Alto Nível em Âmbito Educacional

AUTORA: Ana Maria Correa Silva

GUIA DE ORIENTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

I – ORIENTAÇÃO

As perguntas, organizadas em 4 (quatro) blocos, foram construídas em função das questões norteadoras da pesquisa e podem ser apresentadas todas ou apenas alguma(s) de cada bloco, conforme o desenvolvimento da entrevista. A entrevistada terá liberdade para falar sobre as temáticas e, caso não aborde alguns dos itens, será questionada a respeito do assunto.

II - PERGUNTAS

1. Identificação do perfil das entrevistadas

1.1 Comente sobre a senhora:

1.1.1 Nome, idade, local de nascimento, filhos, estado civil.

1.1.2 Mora com quem e onde?

1.1.3 Como foi a infância, a adolescência e a fase adulta?

1.1.4 Fases, acontecimentos e pessoas marcantes.

1.1.5 Qual é a sua formação?

1.1.6 Qual é a sua profissão? Atualmente a senhora está aposentada?

2. Formação

2.1 Da educação infantil, ensino fundamental e médio: Com quantos anos a senhora foi para a escola e onde cursou, instituição pública ou particular? Conte como foi e aspectos marcantes.

2.2 Como a senhora se lembra da sua escola? Como eram seus/suas professores/as? Houve algum/a professor/a marcante?

2.3 Do ensino superior:

2.3.1 Quanto tempo depois de ter terminado o ensino médio a senhora deu início ao curso superior e em qual área?

2.3.2 Como foi feita a opção pelo curso? Por que a escolha desse curso?

2.3.3 Qual foi o apoio recebido da família? Havia a compreensão de que mulher deveria estudar e investir na carreira profissional?

2.3.4 Como a senhora ingressou na faculdade e era universidade pública ou particular?

2.5 E a pós-graduação, como se deu a escolha e processo formativo? Fez mestrado e doutorado? Em qual área?

3. Carreira (trajetória profissional)

3.1 Como se deu a evolução da sua carreira profissional? Fale sobre o seu processo de formação profissional, primeiro emprego, outros tipos de atuação, onde atuou profissionalmente...

3.2 Como a senhora chegou a essa posição na carreira profissional?

3.3 Que tipo de análise a senhora faz em relação ao desenvolvimento da sua carreira?

3.4 E quais são as perspectivas para a sua carreira profissional?

4. Relações de gênero

4.1 A senhora, ao assumir o cargo de reitor e/ou pró-reitor sabe que é uma exceção entre as mulheres, porque são poucas as que conseguiram atingir esse nível. O que a senhora pensa sobre isso?

4.2 Já teve algum problema ou sofreu preconceitos (por parte de homens e de mulheres) por ser uma gestora do gênero feminino atuando em função de alto nível nas universidades?

4.3 O que a senhora pensa da divisão sexual do trabalho [*se não souber, esclarecer*]?

4.4 Em sua opinião, quais características pessoais a senhora possui e que contribuíram ou que se constituíram em obstáculo para atuar em função alto nível na área da educação?

4.5 Quais foram os desafios encontrados para chegar a uma posição de nível elevado?

4.6 Alguém colaborou para o seu sucesso profissional? Quem?

4.7 A senhora conhece o fenômeno “teto de vidro”? Acredita ter ultrapassado essa barreira?

4.8 O que diria para outras mulheres que não conseguem ultrapassar o “teto de vidro”?

4.9 Para finalizar, tem algo que não foi questionado e que gostaria de comentar?

APÊNDICE B – Solicitação para a Realização da Pesquisa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Atuação Profissional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que Ultrapassaram o “Teto de Vidro” e assumiram funções de Alto Nível em Âmbito Educacional

AUTORA: Ana Maria Correa Silva

SOLICITAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Prezado/a senhor/a _____

Instituição de Ensino Superior: _____

Vimos, por meio desta, solicitar a autorização para a coleta de dados junto a Vossa Senhoria, que consistirá na gravação de entrevista a partir de um roteiro semiestruturado de questões, para desenvolver uma pesquisa de mestrado que visa identificar as representações sociais de mulheres que atingiram funções de nível elevado em âmbito educacional, sobre a própria atuação profissional, as relações de gênero na educação e a divisão sexual do trabalho, evidenciando o perfil profissional dessas mulheres e principais desafios vivenciados por elas no exercício da função de alto nível.

Este estudo faz parte dos pré-requisitos para a obtenção da titulação de Mestre em Educação da pesquisadora Ana Maria Correa Silva, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação / Educação Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* do Pantanal, sob a orientação da professora Dra. Josiane Peres Gonçalves.

No aguardo do consentimento, agradecemos de pronto a atenção dispensada.

Colocamo-nos à disposição, pelo fone (67) 9902-2540, para quaisquer informações adicionais que se fizerem necessárias.

_____MS, ____ / ____ / _____

Assinatura

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Atuação Profissional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que Ultrapassaram o “Teto de Vidro” e assumiram funções de Alto Nível em Âmbito Educacional

AUTORA: Ana Maria Correa Silva

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora _____,

A pesquisa intitulada “Atuação Profissional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: representações sociais de mulheres que ultrapassaram o 'teto de vidro' e assumiram funções de alto nível em âmbito educacional” está sendo desenvolvida por Ana Maria Correa Silva, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, sob a orientação da professora Dra. Josiane Peres Gonçalves.

Os objetivos do estudo consistem em identificar as representações sociais de mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas, sobre a própria atuação profissional, bem como sobre as relações de gênero na educação e sobre a divisão sexual do trabalho.

Espera-se que os resultados do trabalho possam contribuir para desmistificar algumas questões que ainda fazem parte do imaginário social no que se refere à mulher no mercado de trabalho, ou seja, o fato de estudar sobre mulheres que desbravaram novos caminhos poderá servir de referência para romper com estereótipos de gênero no trabalho, evidenciando, para a sociedade, as perspectivas, os desafios e a possibilidade de, cada vez mais, existirem mulheres trabalhando e atingindo posições de destaque na carreira. Solicitamos a sua colaboração para a realização de entrevista, como também a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto. Esclarecemos que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver, a qualquer momento, desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano por isso.

Os dados coletados desta pesquisa não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação pessoal, sendo seu nome substituído por outro, para que a sua privacidade seja protegida e assegurada. A senhora não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras pela participação, mas haverá o benefício relacionado à sua participação, que é o de ampliar o conhecimento científico para a área da Educação.

Ana Maria Correa Silva
Mestranda PPGE/CPAN/UFMS

Josiane Peres Gonçalves
Professora Orientadora

Contatos: Ana Maria Correa Silva: (67) 99902-[...] – anamariacorreasilva.2004@gmail.com
Josiane Peres Gonçalves: (67) 98138-[...] – josiane.peres@ufms.br

_____MS, _____ de _____ de _____.

Declaração de Consentimento: Considerando que fui informada dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via deste documento.

_____MS, _____ de _____ de _____.

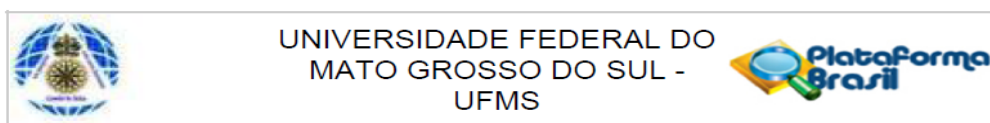
Assinatura da participante da pesquisa

ANEXO A – Cadastro do Projeto de Pesquisa no Comitê de Ética

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL – CORUMBÁ - MS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

PESQUISA: Atuação Profissional, Relações de Gênero e Divisão Sexual do Trabalho: Representações Sociais de Mulheres que Ultrapassaram o “Teto de Vidro” e assumiram funções de Alto Nível em Âmbito Educacional

AUTORA: Ana Maria Correa Silva



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO PROFISSIONAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE MULHERES QUE ULTRAPASSARAM O “TETO DE VIDRO” E ASSUMIRAM FUNÇÕES DE ALTO NÍVEL EM ÂMBITO EDUCACIONAL

Pesquisador: ANA MARIA CORREA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 75893417.8.0000.0021

Instituição Proponente: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.305.552

Apresentação do Projeto:

Esta proposta de pesquisa visa investigar as representações sociais de mulheres que conseguiram ultrapassar o “teto de vidro” e alcançaram funções de alto nível em universidades públicas, a cerca da sua atuação profissional, das relações de gênero na educação e da divisão sexual do trabalho, destacando a trajetória profissional destas mulheres na educação e seu perfil profissional. O referencial teórico aborda temáticas inerentes à teoria das representações sociais, o fenômeno “teto de vidro”, a mulher e atuação profissional, a mulher e as relações de gênero, relações de gênero entre os profissionais da educação e divisão sexual do trabalho. A metodologia a ser utilizada para a pesquisa de campo refere-se a uma investigação de natureza qualitativa, caracterizada por um estudo de caso, que será realizada por meio de gravação de entrevistas semiestruturadas, com cinco (cinco) mulheres que ocuparam cargos de nível elevado, os quais são mais comumente desempenhados por homens. A intenção é priorizar mulheres que desempenharam funções de pró-reitora ou reitora nas quatro instituições públicas do Estado de Mato Grosso do Sul. Espera-se que esta pesquisa poderá contribuir para desmistificar algumas questões que ainda fazem parte do imaginário social, no que se refere à mulher no mercado de trabalho. Ou seja, o fato de se estudar sobre mulheres que desbravaram novos caminhos, poderá

Endereço: Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação/UFMS
Bairro: Caixa Postal 549 CEP: 79.070-110
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3345-7187 Fax: (67)3345-7187 E-mail: bioetica@propp.ufms.br